



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

JACKELINE MOREIRA ANÁLIO

A FÉ AFETA?

RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADES E RELIGIOSIDADE
NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Rio de Janeiro
2024

Jackeline Moreira Análio

A fé afeta? Relações entre gênero, sexualidades e religiosidade na produção acadêmica

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação-PPGEDU, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do professor Dr. Ivan Amaro. Linha de pesquisa: Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Amaro

Rio de Janeiro
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Jackeline Moreira Análio

A fé afeta?

Relações de gênero, sexualidades e religiosidade na produção acadêmica

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação-PPGEDU, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do professor Dr. Ivan Amaro. Linha de pesquisa: Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias.

Aprovado em: ___ / ___ / _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ivan Amaro (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr André. S. Musskopf
Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) - UFJF

Prof.^a Dra Kellen Dias de Barros
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dra Cláudia Miranda
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Em memória de vovó Bem, presente na saudade

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, coragem e realizações.

A quem sou, por não desistir, por sonhar, planejar, sorrir, sofrer, persistir e alcançar.

À minha mãe Irene e ao meu pai João Carlos, sempre meu porto seguro.

À Caroline, Jayne e Tatiane, irmãs, no sentido mais sagrado e genuíno.

Às famílias Moreira e Análio, pelo apoio e incentivo.

À turma de Práticas 2022, dos desabafos à boemia, ainda bem que a gente tem a gente.

Aos bons encontros, em especial, Gean, Day, Mona, Ana, Thalissa e Milena.

À Cidade Maravilhosa, pelo céu e pelo mar.

Ao professor Ivan Amaro, pela orientação e apoio nesta caminhada.

À professora Cláudia Miranda, pelo acolhimento e incentivo no Estágio Docência.

Ao professor André Musskopf e à professora Kellen Dias, pelo cuidado e contribuições.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, um sonho realizado.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa. Sem ele, esta e tantas outras histórias não seriam escritas.

Ao NuDES, em especial, Carol, Bruno, Lainara, Fernanda e Pati, por nos impulsionarmos.

*Caminho se conhece andando
Então vez em quando é bom se perder
Perdido fica perguntando
Vai só procurando
E acha sem saber*

(Chico César - Deus Me Proteja)

RESUMO

ANÁLIO, Jackeline Moreira. A fé afeta? Relações entre gênero, sexualidades e religiosidade na produção acadêmica

O que acontece quando se juntam em ponto de análise dois temas polêmicos no campo acadêmico, principalmente educacional, como religiosidade e gênero? Esta dissertação trata da influência que os aspectos estruturais e subjetivos religiosos podem exercer nas discussões de gênero e sexualidades. Uma pesquisa cartográfica que permeia produções de pós-graduação e trabalhos em eventos acadêmicos através do estudo do tipo Estado da Arte. Com referencial teórico nacional contemporâneo, convido para o debate pensadoras e pensadores dos eixos *educação-gênero*: para discutir os desafios que setores conservadores ligados à religião impõem à diversidade na escola, e *gênero-religiosidade*: abordando perspectivas religiosas dissidentes e progressistas. Os trabalhos cartografados refletem tensões geradas pela discussão da temática no cotidiano escolar e abrem possibilidades à reflexão sobre as subjetividades. Evidenciou-se assimetrias entre expressões de fé vinculadas por exemplo, ao cristianismo e ao candomblecismo, ao passo que revelou-se esforços feitos por parte de pesquisadoras/es nas reflexões que suscitam mudanças de paradigmas para a Educação. A pesquisa identifica a necessidade de novos temas e novos enfoques, principalmente metodológicos, na presente discussão.

Palavras-chave: Educação; Religiosidade; Gênero; Sexualidades; Produção acadêmica

ABSTRACT

ANÁLIO, Jackeline Moreira. Does faith affect? Relations between gender, sexualities and religiosity in academic production

What happens when two controversial topics in the academic field, especially in education, such as religiosity and gender, come together? This dissertation deals with the influence that structural and subjective religious aspects can have on discussions of gender and sexualities. It is a cartographic research that permeates postgraduate productions and papers in academic events through a state-of-the-art study. With a contemporary national theoretical framework, I invited thinkers from the education-gender axis to the debate: to discuss the challenges that conservative sectors linked to religion impose on diversity at school, and gender-religiosity: addressing dissident and progressive religious perspectives. The works mapped reflect tensions generated by the discussion of the subject in everyday school life and open up possibilities for reflection on subjectivities. Asymmetries between expressions of faith linked, for example, to Christianity and Candomblecism were revealed, while efforts were made by researchers to reflect on changes in paradigms for education. The research identifies the need for new themes and new approaches, especially methodological ones, in this discussion.

Keywords: Education; Religiosity; Gender; Sexualities; Academic production

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses.....	23
Quadro 2 - Dissertações.....	25
Quadro 3 - ANPEd: 37ª Reunião Nacional.....	28
Quadro 4 - ANPEd: Gênero, Sexualidades e Educação.....	29
Quadro 5 - Anais da ANPTECRE.....	30

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

HIV/AIDS - Vírus da Imunodeficiência Humana

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LGBTQIAP+ -Comunidade de pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais

NINFEIAS - Núcleo de Investigações Feministas da Universidade Federal de Ouro Preto

NuDES - Grupo de pesquisa *Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades*

ONU - Organização das Nações Unidas

PNE - Plano Nacional de Educação

PPGAV - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais

PPGEDU - Programa de Pós- Graduação em Educação

R/E - Religiosidade/Espiritualidade

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Mental	57
------------------------------	----

SUMÁRIO

ITINERÁRIOS DE UMA JOVEM PESQUISADORA EM CONSTRUÇÃO: TRILHAS DE INCERTEZAS E INQUIETAÇÕES	13
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: PERCURSOS E PERCALÇOS DE UMA PESQUISA EM MOVIMENTO	18
1.1 Abordagem da pesquisa	18
1.2 Processos e procedimentos para cartografar a produção científica	22
1.3 Problematizando o Estado da Arte	31
2. QUEM FOI CONVIDADE PARA A CONVERSA? GÊNERO, SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE EM CENA	36
2.1 De antemão, um desafio: as tensões que circundam a diversidade na Educação	36
2.2. Gênero, sexualidade e educação: narrativas em disputa	41
2.3. Religião e Religiosidade: discutindo conceitos	44
2.4 Religiosidade, gênero e sexualidade: perspectivas conservadoras no controle das subjetividades?	46
3. MERGULHO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS EM PROCESSO	55
3.1. Religiosidade, Gênero e Sexualidade nas Teses e Dissertações	57
3.2. Religiosidade, Gênero e Sexualidade nos encontros nacionais da ANPEd	68
3.2.1. Trabalhos relacionados ao GT 23 da ANPEd	74
3.3. Religiosidade, Gênero e Sexualidade na ANPTECRE	80
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: BRECHAS, ABERTURAS E ITINERÁRIOS FUTUROS	91
5. REFERÊNCIAS	96

Itinerários de uma jovem pesquisadora em construção: trilhas de incertezas e inquietações

Uma jovem graduanda, no fim de 2021, confinada em casa em meio a pandemia da Covid-19, concluía seu artigo de TCC falando da importância de práticas feministas interseccionais estarem presentes em espaços onde há religiosidade. Esse foi o desafio que, inconscientemente, havia lançado a mim mesma para a pesquisa de Mestrado em Educação, imaginando uma continuidade linear do processo iniciado. Mas, as trajetórias da pesquisa são incertas, são imprevisíveis... Marisa Vorraber Costa (2007) diz que o mundo da pesquisa é uma aventura que nos coloca diante do inesperado, que devemos nos atentar às nossas “intuições, suspeitas, dúvidas” (p. 151) entendendo-as como possibilidades de conexão com o que desejamos investigar.

Assim, ao chegar no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UNIRIO), trago comigo as marcas de uma jovem pesquisadora em construção, tendo em vista que “engatei” a Graduação diretamente com o Mestrado.

Parto da Arte, e não me aparto dela. Minha formação se deu pelo viés da licenciatura em Artes Cênicas na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e minha pesquisa se aprofundou no feminismo interseccional como via de equidade social. Foram anos de prática como arte educadora no Núcleo de Investigações Feministas da Universidade Federal de Ouro Preto (NINFEIAS/UFOP). No chão da Escola Pública, ministrando oficinas artísticas com temáticas de gênero, étnico raciais e de classe para estudantes da periferia do município, foi que vivenciei e experimentei os maiores desafios da minha carreira, até agora. Movida pela necessidade e vontade de aprofundar e melhor definir meu foco investigativo é que apresento minha dissertação de Mestrado, que trata de uma análise cartográfica das relações entre educação, religiosidade e as questões de gênero e sexualidade na área acadêmica.

No processo de definição da pesquisa atual, procuro me debruçar sobre os fenômenos das religiosidades múltiplas e sua interferência na área da Educação. Para tanto, afasto-me da perspectiva centrada no cristianismo (trabalho feito na graduação), para entender tais dinâmicas por vieses diversificados. Percebo esse processo enquanto distinção dos conceitos de religião e religiosidade, os quais são marcantes na cultura humana ao longo da história e suas definições não encontram consenso entre pesquisadoras/es. Fez-se necessário então, um estudo mais aprofundado em relação a essa temática, discutido adiante nesta dissertação.

Ao cartografar materiais de teses e dissertações na área da Educação, Religião e áreas afins, bem como trabalhos em eventos, a busca é descobrir como as diferentes realidades e organizações do conhecimento podem estar vinculadas às discussões centrais da temática. Ademais, busca-se acompanhar os processos de produção de saber sobre o assunto, identificando as tendências teóricas e metodológicas que se fazem presentes (ou ausentes). Entendendo, também, que os achados darão um norte à pesquisa continuada, uma vez que são provisórios, não definitivos (COSTA, 2007, p.151).

No contexto educacional brasileiro, as discussões sobre a diversidade foram alocadas dentro do currículo, numa perspectiva transversal, o que pressupõe certa subestimação de sua relevância. No âmbito das temáticas de gênero e sexualidade, parece haver maior intenção de não focalizar tais assuntos na escola. Estudantes que não se encaixam na heteronormatividade são lidas/os/es¹ como problemas a serem enfrentados, e até mesmo repreendidos. Práticas sexistas, tão normalizadas em ambientes escolares, são resultado de uma sociedade, entre tantos outros preconceitos, homofóbica e misógina, produtora de sentidos de moralidade. Estes atravessam cada uma/um de nós, são o que compõe o discernimento de pais e mães, que o transmitem para crianças e adolescentes que durante cinco dias da semana se juntam a outras em um ambiente controlado onde precisam conviver em harmonia: a escola.

Neste lugar, deparam-se com o aprendizado atravessado por outras perspectivas morais, as de docentes. Professoras/os/es, tão responsabilizadas pela noção sexista na escola, também têm sua moralidade formada desde a infância por um sistema muito avançado, hierarquicamente falando, o social.

No Brasil, o braço direito da concepção sexista, homofóbica e machista na Educação é a moral cristã. É uma realidade temerosamente presente na escola e, que há tempos nos cansa, educadoras/es que nos preocupamos em alterá-la. Bruna Andrade Irineu e Cecilia Nunes Froemming (2012) apontam para os desafios enfrentados em decorrência da ausência de laicidade no ensino, considerando que as influências do referencial judaico-cristão se colocam como obstáculo na inserção da diversidade sexual na escola. As professoras destacam a emergência dos movimentos feministas e LGBTQIAP+ como coro à efetivação do Estado laico, bem como a responsabilidade deste na equiparação dos direitos entre pessoas hetero e homossexuais. Frisam que este debate, mesmo quando reflexivo e convidativo em suas práticas como gestoras, é constantemente interrompido por questões de cunho religioso.

¹ Ao utilizar neste texto o pronome neutro, bem como expressões de neutralidade, procuro fugir do padrão binário da escrita a fim de torná-la mais inclusiva, entendendo que a língua é viva, mutável e defendendo que sua função política precisa se sobrepor às normas gramaticais.

Os quatro anos do último governo foram sombrios em relação às políticas públicas no Brasil. No tocante a diversidade de gênero, retrocederam aportes da gestão pública governamental outrora firmados para a promoção da diversidade na educação, tais como Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade (1994), Programa Brasil sem Homofobia (2004) e Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009). A respeito do movimento de censura às indicações de gênero e sexualidade do Plano Nacional da Educação que compreende o período de 2014 a 2024, o poder de controle e silenciamento das políticas públicas, aliadas aos enquadramentos sociais, negam o benefício do direito às minorias, amordaçam a prática docente e tendem a manter as discussões pertinentes à diversidade de gênero “dentro do armário”.

A retirada de qualquer menção aos termos gênero, sexualidade e orientação sexual nos planos de educação reforça a ideia de interdição, de censura, de silenciamento por meio das regulações jurídicas e políticas. O movimento de diversas casas legislativas municipais e estaduais para aprovar leis que proibam a difusão e/ou divulgação de qualquer material alusivo às discussões de gênero na escola contribui para este quadro de retrocesso (AMARO, 2017, p. 7-8).

Ainda com a esperança de êxito na nova configuração do Ministério da Educação formulada a partir de 2023 com a eleição de Lula, falar em equidade de gênero na escola significa desafiar concepções e práticas que vêm distanciando o conhecimento de temas caros à sociedade, como a descriminalização do aborto e a violência infantil, por exemplo. Compreender de que forma as pesquisas acadêmicas têm se voltado a essa realidade tão comum e atual, ao passo que anormal e dura, motiva meu trabalho.

Chego até aqui com questões, que são catapultas para a investigação, seguindo pelos caminhos de uma Pedagogia da Pergunta (Freire, 1985). A central delas é: *De que forma as pesquisas acadêmicas têm abordado as relações entre religiosidade, gênero e sexualidades?* Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é **investigar como a produção acadêmica, na Pós-Graduação, têm focalizado as relações entre religiosidade, gênero e sexualidades, além de mapear a produção que se faz em divulgação de eventos na área da Educação e das Ciências da Religião.** O caminhar da pesquisa permeia as subjetividades presentes nos diversos achados, o que, de acordo com perspectivas baseadas em estudos da área, possibilitou conferir ao processo caráter cartográfico. As demais perguntas se deram de maneira secundária e auxiliam a chegar ao objetivo traçado:

- Quais os problemas relativos às articulações entre religiosidade, gênero e sexualidades emergem como preocupações para a produção do conhecimento na área de Educação? O que tem motivado esta produção?

- Como as pesquisas em Educação estabelecem o diálogo entre os estudos de gênero e as religiosidades?
- Quais tendências teóricas têm sido privilegiadas como ferramentas investigativas no conhecimento produzido sobre religiosidade, gênero e sexualidades?
- Que pressupostos teórico-metodológicos têm sido assumidos pela produção acadêmica?
- Quais os principais achados e as principais lacunas apontadas pelas pesquisas acadêmicas que tratam da religiosidade, gênero e sexualidades?

Assumindo uma perspectiva pós estruturalista, esta pesquisa busca caminhar ao lado de pesquisadoras/es brasileiras/es contemporâneas/es que têm contribuído para o campo dos estudos de gênero e educação, como Guacira Lopes Louro (1997) e Ana Mae Barbosa (2021), bem como estudiosas/es da temática da religiosidade entrelaçada com este campo, como André Musskopf e Ivone Gebara (2019).

Como forma de organização desta dissertação, trataremos, no Capítulo 1, da abordagem metodológica da pesquisa, esmiuçando sua vinculação à cartografia, no primeiro momento. Outros procedimentos necessários ao alcance de nossos objetivos são , a partir do Estado da Arte, cartografar a produção nos programas de pós-graduação, bem como a produção nas Reuniões Nacionais da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE).

No Capítulo 2, focaremos nos referenciais teóricos que nos auxiliam a pensar as temáticas de gênero e sexualidade e sua conexão com as religiosidades na Educação. Para tanto, este capítulo é subdividido em dois momentos: o primeiro tratando da diversidade de gênero na Educação, e o segundo destacando a religiosidade nesse contexto.

No Capítulo 3, apresentaremos as análises dos principais achados na construção do Estado da Arte e sua relação com as teorias abordadas. Algumas conclusões serão pertinentes visando uma possível continuidade da pesquisa.

Agora, a mulher graduanda de 2021 é a mestranda de 2024. Pela orientação do professor Dr. Ivan Amaro, que têm sua trajetória acadêmica centrada nas questões de gênero e sexualidades, e atualmente como membra do grupo de pesquisa NuDES- *Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades*, chancelado na UERJ e registrado no Diretório dos Grupos

de Pesquisa no CNPQ, tenho o apoio e partilhas necessárias para essa jornada estimulante e desafiadora.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: PERCURSOS E PERCALÇOS DE UMA PESQUISA EM MOVIMENTO

Neste capítulo, percorro os rumos teórico-metodológicos da pesquisa, abraçando o conceito da cartografia e estruturando o estudo do tipo Estado da Arte. Para tanto, as ideias foram organizadas em 3 seções: a primeira delas trata da abordagem da pesquisa e seus principais aportes, a segunda diz dos processos e procedimentos necessários para cartografar a produção científica, e, finalmente, na terceira seção me ocupo em problematizar e refletir criticamente a respeito da metodologia utilizada.

1.1. Abordagem da pesquisa:

O anseio de ingressar com esta pesquisa no mestrado, parte da curiosidade sobre a relevância do tema no contexto social e acadêmico. Interessa-me saber o que já foi estudado nesse tema, quais os principais expoentes dos estudos, qual a incidência dos escritos e das práticas a respeito das questões gênero e sexualidade e sua relação com a religiosidade na Educação. A fim de compreender esse cenário, propus aventurar-me no estudo do tipo Estado da Arte, que pode se constituir, também, como um procedimento cartográfico que auxilia no acompanhamento de processos. Aqui, entendemos o conceito de cartografia como o adotado por Virgínia Kastrup (2014), de referência Deleuziana e de Guattari (1995) que consiste no acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção e conexão de redes ou rizomas.

São múltiplas as entradas em uma cartografia. A realidade cartografada se apresenta como mapa móvel, de tal maneira que tudo aquilo que tem aparência de “o mesmo” não passa de um concentrado de significação, de saber e de poder, que pode por vezes ter a pretensão ilegítima de ser centro de organização do rizoma. Entretanto, o rizoma não tem centro (Kastrup, 2014. p.10).

Com referência científica norte americana e ampliação no Brasil na década de 1990, o “estado da arte” diz respeito ao mapeamento e balanço de determinado assunto em teses, dissertações, revistas e congressos, presente em variadas áreas do conhecimento, com o objetivo de analisar a relevância social do tema, bem como identificar lacunas existentes, o que de alguma forma, pode se constituir num procedimento cartográfico, já que a produção de conhecimento é resultado de inquietações, de movimentos que se constituem nos processos de subjetivação e produzem, também, subjetividades. O texto das teses e dissertações não são escritos objetivos e desconectados de quem os produz. Muito das subjetividades se

manifestam nestas produções. Assim, entendemos que o mapeamento de teses, dissertações e outras produções científicas representam processos e, portanto, conversam com a perspectiva cartográfica em tela.

Kleber Prado Filho e Marcela Montalvão Teti (2013) refletem a respeito do método da cartografia ligado à subjetivação, sendo práticas de normalização como sexualidade, saúde e educação pontos politicamente importantes para as análises. Segundo a autora e autor, a cartografia opera como instrumento ligado à problematização de uma história do presente, uma vez que torna possível fazer uma crítica ao nosso tempo, “permitindo também enfrentar enunciações, modos de sujeição e resistir a jogos de objetivação e subjetivação que fazem de nós aquilo que somos” (p.51).

Assim, a cartografia aqui apresentada não se refere a territórios, mas a campos de forças e relações; diz mais respeito a movimentos do que propriamente a posições fixas; desdobra-se no tempo, mas também no espaço, além de incorporar os métodos históricos de Foucault – o eixo metodológico saber-poder-subjetividade – à medida que se apresenta como método de análise de dispositivos (Filho; Teti, 2013, p.48).

Estruturalmente, podemos entender a cartografia como um método estratégico-rizomático. A ideia associada a rizoma, é uma metáfora botânica que vem da “Introdução” a “Mil platôs”, obras nas quais Deleuze e Guattari desenvolvem uma concepção de rizoma ligando-a à cartografia. O rizoma se espalha num plano horizontal, sem possuir um centro, definição ou hierarquia, possibilitando a multiplicidade, tanto de reflexões e interpretações quanto de ações.

Ele não opera pelo jogo de oposição entre o uno e o múltiplo, não tem começo, fim ou centro, nem é formado por unidades, mas por dimensões ou direções variáveis, além de constituir multiplicidades lineares ao mesmo tempo em que é constituído por múltiplas linhas que se cruzam nele, formando uma rede móvel, conectando pontos e posições. Deve-se ainda ter em conta o aspecto subterrâneo de uma formação rizomática, que leva a um problema de visibilidade imediata dessa complexa e intrincada teia de relações (Filho; Teti, 2013, p.48).

Kastrup e Barros (2014, p. 74) nos dão a pista de que cartografar é acompanhar processos. Segundo as autoras, a produção dos dados se dá de maneira processual, forma que se estende à análise dos materiais, “que se faz também no tempo, com o tempo, em sintonia com o coletivo. Da mesma maneira, o texto que traz e faz circular os resultados da pesquisa é igualmente processual e coletivo, resultado dos muitos encontros.”

Joana Paulin Romanowski e Romilda Teodora Ens (2006) traçam as contribuições e desafios do estado da arte ligado à formação de professores, através de participações em grupos de pesquisa. Essa sistematização de dados dimensiona um determinado campo do

conhecimento em todos os seus aspectos: referenciais teóricos, pesquisas e práticas pedagógicas, relevância político social, entre outros.

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (Romanowski, Ens, 2006, p.3).

No que diz respeito ao método do estado da arte, ou também “estado do conhecimento” como é conhecido de maneira mais restrita quando se utiliza de apenas uma fonte de pesquisa, Romanowski (2002, p.15-16) descreve o que seria o passo a passo para a pesquisa. Entre os principais elementos, estão:

- *definição dos descritores, ou seja, o tema que comumente aparece nas palavras-chave dos trabalhos analisados;*
- *localização dos bancos de pesquisas, bem como acervos e bibliotecas online;*
- *relatório e descrição dos achados;*
- *análise e elaboração das conclusões preliminares*

Em concordância com as autoras (p.45), é perceptível o enfoque que os estados da arte dão a três aspectos importantes da pesquisa. O primeiro diz respeito à dimensão da atenção de pesquisadoras/es com a temática; um segundo aspecto se relaciona aos tipos de pesquisa usados na investigação (estudos de caso, descritivos, exploratórios, etc), e o terceiro se refere à identificação das técnicas lançadas na pesquisa (entrevistas, questionários, documentação, etc).

A questão x dos estados da arte está conectada às políticas públicas. Nesse sentido, é válida a indagação: “quais políticas e estratégias têm sido executadas a partir da produção diretamente relacionada ao tema?” (p.46)

Quando se pensa em políticas públicas na Educação, o currículo é um aspecto bastante latente e território de constante disputa de poder. A forma como se organizam os currículos e seus conteúdos diz muito sobre o que é tido como norma ou banalizado na sociedade.

Ao trabalhar com currículo, gênero e sexualidade é necessário ter em conta, portanto, que muitas vidas têm dificuldades de serem vividas em diferentes espaços, inclusive no currículo. Todas as estratégias de poder vinculadas ao slogan "ideologia de gênero", que buscam intimidar, coibir e impedir qualquer trabalho na escola com os temas gênero e sexualidade, estão contribuindo exatamente para aumentar o número de vidas não *vivíveis*; aumentar o número de mortes sociais.

E por tudo isso - e porque considero que o currículo deve ser território para hospedar as diferenças, afirmar a vida e multiplicar os encontros que nos fazem

desejar e expandir-que há tempos lutamos por currículos que considerem as relações de gênero e sexualidade temas de grande importância (Paraíso, 2018, p.24).

É necessário lembrar, visto a recente saída de um governo de extrema direita do setor Executivo do Congresso Brasileiro, da “tormenta” (Paraíso,2018) que boicotes à Educação como a “ideologia de gênero” causaram e como suas marcas são evidentes nos currículos atuais. Muita força ganhou o movimento contra a diversidade nas escolas em detrimento de posicionamentos religiosos conservadores. Há três anos, no meu artigo de conclusão de curso² (Análio, 2021a), mencionei a maquinação que houve na política brasileira aliada ao discurso religioso cristão conservador, que resultou na retirada do tema igualdade de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014.

Aliado ao movimento Escola Sem Partido, o discurso da “ideologia de gênero” vem, desde os anos 1990, em confronto com as temáticas concernentes à diversidade de gênero nas escolas. Com forte apelo da Igreja Católica, teólogas acadêmicas discursaram no Senado em defesa da família, da conformação heterossexual, da criminalização do aborto e do controle dos direitos reprodutivos das mulheres. O que as forças políticas e religiosas conservadoras querem é deturpar a luta social das minorias em prol de uma Educação equânime, reduzindo-a a um conceito equivocado de ideologia e causando na sociedade, assim, “um pânico moral” (MISKOLCI, CAMPANA, 2017), ao passo que mantém o controle hegemônico do Estado (p. 28).

Nesse sentido, não são poucos os trabalhos acadêmicos de análise de currículos em diversos temas. Com relação à gênero, sexualidades e religiosidade, o desafio é “entrar no currículo por meio de suas ramificações” (Paraíso, 2018), ou seja, levando em conta os diferentes e interdependentes aspectos que tornam viável ao passo que dificultoso o trabalho com a temática na Educação. Seguindo esse rizoma, encontraremos outras tantas formas de se acessar e analisar o currículo. Destas, Paraíso (2018, p.27) destaca o que nomeia *raciocínios pedagógicos e políticos, sistema de pensamento cultural e pensamentos feministas e de gênero* “para dizer de suas normalizações, de sua performatividade, de suas citacionalidades e também de suas aberturas”. Este se conecta a pesquisa nesta dissertação pretendida, na medida em que penso o feminismo interseccional como parte do paradigma crítico do estudo.

Como uma pesquisa que se entende cartográfica, levar em conta os cotidianos descritos nos trabalhos analisados, suas inconstâncias, não linearidades, descontroles e imprevisibilidades, é fundamental. A escola nunca esteve apartada do que acontece fora de seus muros, pelo contrário, é ao mesmo tempo reflexo e causa na sociedade. Entender a instituição escolar como espaço político é abrir as portas à diversidade. E se os currículos não

² Ver em:< <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/3570> >. Acesso em: 25/01/2024.

dão conta de tamanho desafio, terão eles de ser também reformulados. A cartografia mostra a experimentação como um caminho possível.

Então, se tudo está tão caótico, se professoras sentem que há tanta incompatibilidade entre currículo e mundo, currículo e vida, não resta outra saída senão experimentar para fazer do caos uma estrela dançarina. Duas compreensões ético-políticas são extremamente importantes para um currículo como possibilidades: " a) a de que o mundo não pode ficar fora de um currículo e b) a de que um currículo aberto à criação de possíveis não pode funcionar segundo as regras do mundo. Ao tomar isso como um objetivo de liberação e de esperança, essas professoras têm feito muitas experimentações nos currículos. Experimentações variadas, porque uma desemboca na outra que, por sua vez, dá em uma nova que não estava prevista. Experimentações que têm efeitos também variados: instauração de conflitos, alegrias, desgastes, lamentações, satisfações... (Paraíso, 2018, p.37).

O mote desta dissertação é uma análise cuidadosa do tema que envolve gênero, sexualidades e religiosidade na Educação. Enquanto pesquisadoras/es, em que pé estamos? Do que tratam as produções quanti-qualitativas de estudo da temática? Percorro, a seguir, as trilhas que envolvem problemáticas, principais conceitos e achados.

1.2 - Processos e procedimentos para cartografar a produção científica:

Como supracitado no início deste capítulo, a pesquisa a partir dos descritores se faz fundamental para que se entenda a amplitude ou afunilamento do tema central desta dissertação. A metodologia³ adotada tomou como procedimento inicial, a definição de onde fazer a busca. Assim, definimos a busca em 2 eixos: **teses e dissertações e produção em eventos (ANPEd e ANPTECRE).**

Para o primeiro eixo, escolhemos a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), plataforma que congrega o conjunto 625.990 dissertações e 231.098 teses produzidas nas universidades brasileiras. De acordo com o site, a BDTD/IBICT “integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico” (BDTD/IBICT). A base disponibiliza diversos filtros para buscas como “área do conhecimento”, “ano”, “autoria”, dentre outros. Para pessoas interessadas na pesquisa acadêmica, ter acesso a plataformas

³ Julgo pertinente justificar o caráter bibliográfico da pesquisa. A definição pelo mapeamento das produções e não por uma pesquisa de campo se deu em detrimento das dificuldades de acesso às escolas, entendendo o processo pós pandêmico, quando as aulas foram retomadas. Ademais, como bolsista CAPES, não possuo vínculo empregatício com instituições de ensino, o que, nesse caso, seria um facilitador para o trabalho em campo.

como essa é fundamental para que se entenda a diversidade de temas e materiais produzidos, bem como a importância social destes. Produzir na universidade e gerar retorno à toda sociedade é um ciclo que deve ser cada vez mais desempenhado, gerando visibilidade e consequente valorização do ensino e pesquisa no Brasil.

Iniciando o processo de Estado da Arte, lancei mão da pesquisa dos descritores “feminismo e religião”. Estes foram escolhidos, a priori, nos primeiros escritos dessa jornada, por se relacionarem ao estudo realizado por mim entre 2017 e 2021 que resultou no artigo *Feminismo e Religião Cristã: Práticas artístico interseccionais em espaços de religiosidade*. (Análio, 2021a). Assim, esse movimento inicial de pesquisa se deu pela busca estipulando o período de uma década, entre 2010 e 2020. Em seguida, houve a distribuição dos títulos dos trabalhos em quadro, onde se organizaram resumos, palavras-chave e bibliografia dos mesmos. Também em quadro, sistematizei as informações a respeito da classificação das produções por área de conhecimento e período das publicações.

No Quadro 1, sistematizamos os resultados desta primeira etapa da pesquisa:

QUADRO 1: TESES

n°	Ano	Programa/IES	Título/Palavras-Chave	Autoria
01	2017	Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião/ PUC SP	Cada nascimento de uma criança intersexual é um tapa na cara da sociedade: uma reflexão sobre religião e gênero na sociedade brasileira Palavras- chave: hermafroditismo, gênero, Teoria Queer	Carlos Antônio Braga de Souza
02	2017	Programa de Teologia/ Faculdades EST	Educação sexual de adolescentes na escola pública: matizes culturais, religiosos e pedagógicos para a sua sistematização Palavras-chave: RELIGIÃO E EDUCAÇÃO; Adolescência; Educação sexual; Gênero; Teologias feministas	Vicente Gregório de Souza Filho

Fonte: Autora (2023).

A partir deste primeiro quadro, é possível conferir o material encontrado na plataforma BDTD/IBICT. Do resultado de 30 trabalhos, examinei-os pela leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, então separei e listei 2 deles no quadro acima, cuja relação é direta entre gênero, sexualidade e religiosidade na Educação, e comunga de determinada forma,

com esta pesquisa. Em um universo de centenas de milhares de documentos contidos na plataforma, o resultado supracitado em dez anos revela o caráter restrito da temática.

A tese de Carlos Antônio Braga de Souza, pela orientação de uma das principais referências no campo do gênero e da religião no Brasil, Maria José Rosado, como o próprio título sugere, é “um tapa na cara da sociedade”. Uma investigação muito franca que escancara o conchavo entre as religiões e os setores conservadores da sociedade na construção de uma política que torna *invivíveis* e invisíveis sexualidades “periféricas” no sistema patriarcal. E é pela periferia que Souza (2017) revela subsídios para entender a violência contra mulheres e LGBTQIAP+, na busca de redimensionar o debate e afastá-lo do molde neoliberal norte americano.

Vicente Gregório de Souza Filho (2017), em *Educação sexual de adolescentes na escola pública: matizes culturais, religiosos e pedagógicos para a sua sistematização*, pesquisa compreender os indícios do sexismo na educação e possibilitar o debate sobre educação sexual nas escolas. Para tanto, houve o foco na história da sexualidade por viés sociocultural e político. Sua pesquisa é quali-quantitativa com adolescentes do ensino médio da rede pública estadual da cidade de Parnaíba-PI, que responderam questionários que revelaram os desafios na abordagem da sexualidade na escola. Filho (2017) finaliza a pesquisa com indicações teórico metodológicas para o corpo docente da instituição trabalhada, o que considero de suma importância no serviço que a Ciência deve prestar à sociedade. Com referências feministas, incluindo Ivone Gebara, a dissertação aponta que o pensamento cristão conservador interferiu diretamente nas respostas dos discentes.

A seguir, trazemos as informações iniciais do segundo quadro, o qual contém as Dissertações de Mestrado encontradas na plataforma BDTD/IBICT com relação aos primeiros descritores definidos:

QUADRO 2: DISSERTAÇÕES

nº	Ano	Programa/IES	Título/ Palavras-Chave	Autoria
01	2014	Programa Família na Sociedade Contemporânea/ Universidade Católica de Salvador	Violência de gênero em diferentes tempos: enfrentamentos na esfera pública e privada Palavras-chave: violência, gênero, família, Estado, Religião	Bárbara Pontes de Assis
02	2014	Programa de Pós-Graduados em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo	Gênero/Sexo/Sexualidade: Representações e Práticas Elaboradas por Professoras/es da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino em Salvador Palavras-chave: educação infantil, gênero, sexualidades, representações sociais, formação de professoras/professores	Amanaiara Conceição de Santana
03	2016	Programa de Pós-Graduados em Educação/UFTM	Concepção de Mulher em Professoras da disciplina Educação Cristã em escolas confessionais evangélicas do Triângulo Mineiro Palavras-chave: Educação, educação cristã, ensino fundamental, mulher, gênero	Doris Day Rodrigues Marques
04	2017	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Saúde/UNB	Religião, família, formação e profissão: a amálgama no processo de significação das concepções de gênero em professores Palavras-chave: concepções de gênero, dinâmicas de significação, professores, educação infantil, Psicologia cultural	Cátia Cândido da Silva
05	2019	Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas/ Unigranrio	“Arreda homem, que aí vem mulher!”: as pombagiras de umbanda e o empoderamento feminino Palavras-chave: Religião, cultos afro-brasileiros, feminismo, Umbanda	Raphael Fernandes Gomes

Fonte: Autora (2023).

Utilizando o mesmo procedimento feito anteriormente, agora temos acima o resultado das buscas por dissertações na plataforma BDTD/IBICT . Os dados, dessa vez, ultrapassam o dobro do anterior em números de trabalhos encontrados. Do total de 78 dissertações, foram listados 5 documentos, cuja perspectiva educacional a respeito das relações entre gênero, sexualidade e religiosidade se fazem presentes de maneira central nas pesquisas. Mais uma vez, Humanidades é a grande área de conhecimento de todas as dissertações e, ainda que Ciências da Religião predomine, a área da Educação, correspondente a esta dissertação, está presente na lista.

Gênero e educação infantil na perspectiva de docentes, esse é o tema da dissertação de Cátia Cândido da Silva (2017). Foi interessante notar como esse trabalho se encaixa na temática desta pesquisa, no sentido de compreender as opressões de gênero como construções sociais e subjetivas que influenciam, muitas vezes de maneira automática e imperceptível na sala de aula. Através de entrevistas com três docentes da educação infantil da rede pública de

ensino do Distrito Federal, analisou-se que as concepções de gênero de cada um/uma são variáveis e determinadas pela naturalização e também percepções feministas, que os elementos que as constituem são religião, família, formação e profissão e que, segundo as entrevistadas/os suas concepções de gênero influenciam no lecionar. Para tanto a pesquisa se ancorou na Psicologia Cultural, Teoria do Self Dialógico, da Teoria do Posicionamento e do Dialogismo bakhtiniano.

Foi auxiliador encontrar, em trabalhos pesquisados, metodologias parecidas com as utilizadas nesta dissertação. É o caso da pesquisa de Bárbara Pontes de Assis (2014), que permeia violência de gênero e religião. Através do Estado da Arte realizado no Banco de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), Assis (2014) analisa duas teses e oito dissertações entre 2001 e 2011 e percebe família, feminismo e patriarcado como categorias analíticas que interferem diretamente na questão da equidade de gênero no país. Foi também feita a historiografia de ações e as agendas de organizações internacionais e nacionais para o enfrentamento da violência de gênero na esfera privada, bem como analisadas as representações e as construções identitárias da mulher a partir das religiões judaico-cristãs. A conclusão a que Assis (2014) chega é de que, embora o avanço de movimentos de mulheres em prol da luta de gênero seja significativo, este não dá conta de modificar as estruturas de poder patriarcais sustentadas pelo pensamento dogmático cristão na sociedade.

Permeando o ensino da Educação Cristã, a dissertação intitulada *Concepção de mulher em professoras da disciplina Educação Cristã em escolas educacionais evangélicas do Triângulo Mineiro*, de Doris Day Rodrigues Marques (2016) analisa dados e entrevistas de dez professoras da Educação Cristã no Ensino Fundamental de três escolas confessionais evangélicas das cidades de Uberaba e Uberlândia, a fim de investigar a concepção de Mulher que cada uma possui e, mais, até que ponto estas se influenciam pela dogmática da Bíblia ou pela perspectiva feminista. A conclusão que Marques (2016) chegou é a de que a concepção de mulher cuidadora do lar reflete no conceito feminino pelas entrevistadas, contudo a perspectiva feminista se alia ao sentimento de conquista profissional de cada uma. Em grande medida, foi interessante analisar, que, mesmo satisfeitas profissionalmente, reconhecem o peso da tripla jornada de trabalho, o cuidado da casa, do marido, dos filhos e mais outra responsabilidade: a de prover a família.

Em *Gênero/Sexo/Sexualidade: Representações e Práticas Elaboradas por Professoras/es da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino em Salvador*, Amanaiara Conceição de Santana Miranda (2014) se aprofunda na trajetória profissional de professoras/es da capital baiana para entender como introduzem e trabalham conceitos como

gênero e sexualidade com crianças. Como metodologia foram utilizadas observação direta da prática docente e a técnica do grupo focal, apoiada nas reflexões de Placco (2005). Outras referências teóricas importantes na pesquisa são Teoria das Representações Sociais (TRS), de Moscovici (2012) e Minayo (2010), Teoria do Ponto de Vista de Harding (2002), também os pensamentos de Haraway (1995; 2004), Butler (1998; 2001; 2002; 2003), Felipe (1999; 2007), Scott (1995; 1999), Lima e Souza (2002; 2011), Miskolci (2012; 2009; 2007), Messeder (2009; 2012), Louro (2012; 2010; 2008; 2003; 1997), Foucault (1996; 2006). A conclusão da pesquisadora destacou a visão estereotipada da criança como assexuada e heterossexual por parte do corpo docente, que se baseiam em pressupostos teóricos e filosóficos específicos da Biologia, Psicologia e da Religião para pensar ou atuar na Educação Infantil com conteúdos referentes a gênero e sexualidade.

Em *“Arreda homem, que aí vem mulher!”: as pombagiras de umbanda e o empoderamento feminino*, Raphael Fernandes Gomes (2019) analisa a figura da entidade pombagira e seu poder de fortalecer a autoconfiança e coragem de suas consulentes e médiuns, através do discurso e do comportamento. Para tanto, ele lança mão da perspectiva feminista de gênero, bem como traça uma comparação histórica pertinente entre a visão do feminino nas religiosidades afro-brasileiras em contraponto à no cristianismo judaico e na mitologia grega. Conclui-se que a objetificação e condenação em relação a mulher se fortalece nestas, enquanto naquelas a ancestralidade, o sentido de comunidade e o empoderamento se faz presente não apenas por meio da entidade analisada, mas também de outras: mães-de-santo e Orixás, por exemplo. Sua análise é bibliográfica e qualitativa baseada na epistemologia das macumbas de Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2018).

Esta primeira busca foi embrionária e surgiu antes da definição do tema central da pesquisa e sua estruturação, como a escolha pelo termo religiosidade na pesquisa em detrimento de religião, por exemplo. Este momento da investigação partiu da percepção de que gênero e sexualidade estão diretamente relacionados à concepção feminista.

A partir desta busca, interessou-me investigar se o Programa no qual estou matriculada, qual seja, Programa de Pós-Graduação em Educação - UNIRIO, produziu alguma pesquisa relacionada ao foco desta. Em vista disso, além da plataforma BDTD, lancei mão da procura no site oficial do PPGEDU - UNIRIO, das teses e dissertações nele disponibilizadas. Do material disponibilizado, há um total de 26 teses e 389 dissertações, defendidas entre 2006 e 2020. Não foi encontrada qualquer referência direta nos títulos ou resumos que articule religiosidade, educação, gênero e sexualidade. Os trabalhos que esbarram em algumas dessas perspectivas são os seguintes:

- *Educar para a sexualidade é educar para a vida? Um estudo sobre a sexualidade infantil numa creche comunitária.* Virgínia Georg Schindhelm. Dissertação de Mestrado, 2008.
- *Tenha piedade de nós: uma análise da educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul de 1925 a 1930.* Alexandre Ribeiro Neto. Dissertação de Mestrado, 2010.
- *Quem defende a criança viada? Cultura visual, questões de gênero, sexualidade e interseccionalidade no youtube.* André Ricardo Marcelino. Dissertação de Mestrado, 2020.

Para o eixo 2, vinculado a eventos acadêmicos, pesquisamos a produção dos 24 Grupos de Trabalho que compõem a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, através da Biblioteca Digital da associação. Nessa busca, foi possível encontrar artigos e resumos expandidos relacionados à temática da pesquisa, compreendidos entre 2010 e 2020. Os materiais selecionados foram, coincidentemente, todos trabalhos apresentados na 37ª Reunião Nacional da ANPEd, que ocorreu em Florianópolis-SC no ano de 2015.

QUADRO 3: ANPEd - 37ª Reunião Nacional

nº	Grupo de Trabalho	Título/ Palavras-Chave	Autoria / Instituição
01	GT14: Sociologia da Educação	A religiosidade na prática docente Palavras-chave: religiosidade, escola pública, Brasil, laicidade.	Gabriela Abuhab Valente – FEUSP
02	GT14: Sociologia da Educação	Religião e formação docente: desafios para uma educação mais tolerante Palavras-chave: Habitus; formação docente; religião; gênero.	Adriane Knoblauchh – UFPR
03	GT23: Gênero, Sexualidade e Educação	Formação docente, experiência religiosa e sexualidades: problematizações Palavras-chave: formação docente, sexualidades, experiência religiosa.	Roney Polato de Castro – UFJF
04	GT18: Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Educação de Jovens e Adultos e Religiosidades de matrizes africanas: afirmação de identidade e demarcação da diferença Não constam palavras-chave	Heli Sabino de Oliveira – UFMG

Fonte: Autora (2023).

Também foi utilizado como corpus de análise deste eixo, o relatório feito pelo grupo de iniciação científica coordenado pelo professor Ivan Amaro, *Levantamento dos trabalhos com temática de Gênero, Sexualidades e Educação apresentados em reuniões nacionais da ANPEd de 2000 a 2019*⁴, pelo qual tive acesso aos seguintes resultados relacionados à temática da pesquisa no GT23:

QUADRO 4: ANPEd - GT 23 - Gênero, Sexualidades e Educação

Ano	Modalidade	Título/ Palavras-Chave	Autoria / Instituição
2017	Trabalho apresentado	Os efeitos do pânico moral sobre o movimento feminista: Ecos em direção à agenda conservadora Palavras-chave: pânico moral; transexualidade; interseccionalidade; teoria queer; feminismo radical	Carolina Langnor E Souza Lisboa – UFPR/CAPES
2017	Trabalho apresentado	Impactos da ‘ideologia de gênero’ na geração de Políticas Educacionais para a população LGBT Palavras-chave: Políticas educacionais. Ideologia de gênero. LGBT. PNE 2014	Jasmine Moreira – UFPR/CAPES
2017	Trabalho apresentado	Pedagogias religiosas no combate à ‘ideologia de gênero’: efeitos de saber-poder-verdade Palavras-chave: ideologia de gênero; discursos religiosos-cristãos; educação.	Roney Polato de Castro – UFJF
2017	Trabalho apresentado	As diversidades sexuais na escola: (In)junções discursivas entre a religião e o Estado laico Palavras-chave: educação, Estado Laico, diversidade sexual, formação discursiva, religião.	Lisiane Goettens – IFFarroupilha/RS Maria Simone Vione Schewengber – UNIJUÍ Rudião Rafael Wisnieswki – IFFarroupilha/RS
2019	Trabalho apresentado	Dez noções subsunçoras à ideologia de gênero no discurso midiático-pedagógico: uma autoetnografia	Marcos Felipe Gonçalves Maia - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

⁴ Nesse quadro, o período compreendido foi previamente estipulado pelo grupo de iniciação científica. Ser o ano de 2019 o último do levantamento deve-se ao fato de as Reuniões Nacionais da ANPEd possuírem caráter bianual e, portanto, a produção de 2021 estar fora do escopo de tempo deste trabalho.

		Palavras-chave: Mídias. Educação. Política. Tocantins.	
2019	Trabalho apresentado	A chegada do discurso “ideologia de Gênero” no contexto educacional brasileiro. Palavras-chave: gênero, ideologia de gênero, educação	Thais C M Gava - Fundação Carlos Chagas
2019	Pôster	“Escola Sem Partido” e “ideologia de gênero” no GT23 da ANPed (2008-2017) Palavras-chave: Escola sem Partido. Ideologia de Gênero. Educação.	Yasmin Serra Lino - UFMS

Fonte: Autora (2023).

Afim de investigar o diálogo entre o campo das Ciências da Religião e o da Educação, também foi realizada uma busca nos anais dos eventos disponibilizados eletronicamente⁵ pela Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião ANPTECRE. Os materiais levantados estão listados abaixo:

QUADRO 5: ANAIS DA ANPTECRE

Ano	Congresso/ GTs e STs	Título/ Palavras-Chave	Autoria / Instituição
2013	IV Congresso da ANPTECRE ST16: GT Religião e Educação	Entre o Xangó e a Macumba, a Umbanda e o Candomblé: Representações sociais das religiões afro-brasileiras pelos estudantes de três Escolas de Referência da Rede Pública Estadual da região norte da cidade do Recife Palavras-chave: Representações Sociais, Religião Afro-brasileira, Lei 10.639/2003.	Constantino José Bezerra de Melo- UNICAP
2013	IV Congresso da ANPTECRE ST16: GT Religião e Educação	A macumba no imaginário infantil: Diversidade religiosa no ensino fundamental em uma escola particular laica Diversidade religiosa. Macumba. Educação. Infância. Escola laica	Geová Silvério de Paiva Júnior - UFPE
2013	IV Congresso da ANPTECRE ST16: GT Religião e Educação	Educação e alteridade: análise acerca do lugar que os segmentos LGBTTTI ocupam no currículo da disciplina de Ensino Religioso em escolas estaduais de Recife	Aurenéa Maria de Oliveira - UFPE

⁵ Constam, no site oficial da ANPTECRE, os anais dos III, IV, VI, VII e VIII Congressos da Associação, sendo os I, II e V não disponíveis eletronicamente e, portanto, não listados. Os dois volumes do VIII Congresso da ANPTECRE (2022) não pertencem ao escopo de tempo desta pesquisa. Ver em: <<https://www.anptecre.org.br/downloads>>. Acesso em: 12/09/2023.

		Palavras-Chave: Educação; Ensino Religioso; Currículo; Religião; LGBTTI	
2017	VI Congresso da ANPTECRE	GÊNERO NO BRASIL: BINARISMOS E REPRODUÇÕES PATRIARCAIS NO DISCURSO POLÍTICO-RELIGIOSO BRASILEIRO Palavras-chave: Gênero; “Ideologia de gênero”; Colonização; Educação.	Fernanda Marina Feitosa Coelho – Mestra – UMESP
2017	VI Congresso da ANPTECRE	IGREJAS INCLUSIVAS: UMA FORMATAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NA NORMATIVA HETEROSSEXUAL? Palavras-chave: Igrejas inclusivas; Homossexualidade; Heteronormatividade	Fernando Cesar Bertolino Junior – Mestrando – PUC SP
2017	VI Congresso da ANPTECRE	A REDE DAS MULHERES DE TERREIRO E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA Palavras-chave: Religião; Gênero; Intolerância; Negociação; Resistência.	Zuleica Dantas pereira Campos – Doutora - UNICAP
2017	VI Congresso da ANPTECRE	CONTEXTUALIZANDO O ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE Palavras-chave: Ensino Religioso; Currículo; Identidade; Planejamento.	Vantuir Raimundo – Doutorando – UNICAP
2019	VII Congresso da ANPTECRE GT01: Religião e Educação	As margens como ponto de partida: Repensando o ensino religioso apartir das abordagens pós-coloniais Palavras-chave: Educação , Ensino Religioso, Pós- Colonialismo	Adriana Guilherme Dias da Silva Figueirêdo- UNICAP
2019	VII Congresso da ANPTECRE GT04: Gênero e Religião	Religião - Espiritualidade e as pessoas LGBTI+ Palavras-chave: discriminação, ódio, violência, religião, espiritualidade	Maria Cristina S. Furtado - UFRJ

Fonte: Autora (2023).

As teses e dissertações apresentadas, bem como os trabalhos da ANPEd e ANPTECRE mencionados, compõem o corpus de análise da pesquisa, material analisado e aprofundado no capítulo 3.

1.3. Problematizando o Estado da Arte:

Nas pesquisas de estado da arte, um fator dificultante é a falta de precisão em resumos e incompletude nos títulos de trabalhos, o que pode tornar a busca morosa. O que também comumente acontece é, ao buscar pelo tema nos catálogos acadêmicos, os resultados enveredarem para um aspecto da temática ou outro, especificamente. Exemplo disso foram

muitos dos textos por mim analisados nos quais ora se encontrava a temática da religiosidade isolada das questões feministas de gênero e sexualidade, ora vice-versa e, por essa razão, não foram mencionados.

Para além, Norma Sandra de Almeida Ferreira (2002) sinaliza essa problemática ligada às subjetividades, tanto da escrita da autoria, quanto da interpretação de quem a acessa.

[...]podemos dizer que a História de certa produção, a partir dos resumos das pesquisas, não oferece uma compreensão linear, uma organização lógica, sequencial do conjunto de resumos. Entre os textos há lacunas, ambiguidades, singularidades, que são preenchidas pela leitura que o pesquisador faz deles. Então, a História da produção acadêmica é aquela proposta pelo pesquisador que lê. Haverá tantas Histórias quanto leitores houver dispostos a lê-las (p.269).

E ainda:

Por outro lado, um pesquisador jamais terá controle sobre seu objeto de investigação ao tentar delimitar seu corpus para escrever a história de determinada produção. Ou melhor, é ilusório pensar que, se tomar apenas os resumos encontrados no CD-ROM da ANPED, o pesquisador estará escrevendo a História da produção acadêmica da Educação sobre determinada área, no país. Ele estará, quando muito, escrevendo **uma das possíveis Histórias**, construída a partir da leitura desses resumos (p. 269).

Tendo em vista que Ferreira (2002) escreveu há mais de duas décadas, as pesquisas disponibilizadas hoje por meio digital tendem a conceder a esse tipo de estudo maior agilidade, confiabilidade e exatidão dos dados.

Um ponto marcante no estado da arte é sua capacidade de revelar, para além dos tipos de pesquisa e suas técnicas, quais temas são mais discutidos e quais ocupam menos espaço na produção acadêmica. Também pode nos conduzir às diferentes perspectivas de cada autoria, visões conservadoras ou/e progressistas, paradigmas estruturalistas ou/e não, e , especialmente, a quem se destina cada estudo, sua razão de ser.

Os dados coletados em estudos do tipo estado da arte indicam a atenção que os pesquisadores dão à temática, além de apontar para que aspectos da área da educação voltava-se a preocupação dos pesquisadores. Apontam os temas, subtemas e conteúdos priorizados em pesquisas e mostram a necessidade de algumas pesquisas, ou seja, mostram que alguns temas são quase que totalmente silenciados. Os estudos de estado da arte evocam aspectos pontuais como um curso ou uma área de formação com sua proposta específica. Mostram, ainda, os temas que têm preocupado os pesquisadores (Romanowski, Ens, 2006, p.45).

Alguns encaminhamentos metodológicos (p.46) sobre como a produção atual efetivamente contribui para o avanço do conhecimento da área estudada, as consequências políticas, sociais de seus resultados e estratégias de auxílio no delineamento de políticas públicas são pertinentes aos estudos do tipo Estado da Arte. Quando, ademais, comparam-se as produções entre regiões, estados e países diferentes, busca-se encontrar tendências políticas, divergências e questões em comum através das pesquisas.

A atenção às etapas do desenvolvimento dos processos é laboral na pesquisa bibliográfica. Nela a cartografia se dá de maneira diferente do trabalho de campo, uma vez que

Pesquisas quantitativas e qualitativas podem constituir práticas cartográficas, desde que se proponham ao acompanhamento de processos. Para além da distinção quantitativa-qualitativa restam em aberto impasses relativos à adequação entre a natureza do problema investigado e as exigências do método. A questão é como investigar processos sem deixá-los escapar por entre os dedos (Kastrup, 2014, p.8). Grifos nossos.

O processo cartográfico é disruptivo na medida em que propõe uma nova forma de enxergar o método. Se, etimologicamente, *metá-hódos* significa a meta que definirá os caminhos a serem seguidos, o processo cartográfico inverte a ordem de ambos os termos e privilegia, assim, o percurso da pesquisa como seu condutor (p. 10). Por essa lógica, periga-se entender a cartografia como processo distanciado do rigor, pelo contrário, este não é abandonado e, sim, ressignificado. “O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida [...]. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção” (p. 11).

Com relação ao campo das Ciências Humanas, alguns desafios impactam a forma de se fazer pesquisa, como a não transparência do olhar de quem a constrói, a equiparação entre sujeito e objeto, não levando em conta as subjetividades concernentes ao estudo. Estariam essas questões ligadas ao afastamento do perspectivismo em detrimento do paradigma construtivista (p.12). Tais problemas se colocam para a reflexão sobre as formas de estudar e compreender os processos de produção cartográficos. Kastrup (2014) sugere, não regras, mas pistas que auxiliam nesse desafio.

A primeira delas diz respeito à cartografia enquanto método de pesquisa- intervenção, discutindo a inseparabilidade entre conhecer e fazer, pesquisar e intervir. Caminho que se dá através do aprofundamento na experiência que concerne teoria e prática, sujeito e objeto num mesmo plano. “A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação.” (Passos; Barros, 2014, p. 18).

Outra comparação pertinente nessa pista é entre o “know what” e o “know how” da pesquisa. O primeiro não pertence ao sentido da cartografia, uma vez que parte do pressuposto de que já se conhece em totalidade o objeto de estudo. Nesse sentido, indagações são pertinentes para motivar o método cartográfico, associado então ao segundo termo, um saber que emerge do fazer.

Essa também é a direção indicada pelo movimento institucionalista quando afirma que se trata de transformar para conhecer, e não de conhecer para transformar a realidade. O que tem primado é o plano da experiência enquanto intervenção, em que estão sempre encarnadas as ferramentas conceituais ou os operadores analíticos com os quais se trabalha (p. 18).

Para uma “pesquisa-ação” (Lewin, 1965) é necessário que haja o envolvimento entre os sujeitos, mesmo quando esta não aborda o trabalho de campo físico. O campo de análise é operatório nesse tipo de pesquisa, na abordagem de uma situação social concreta, aproximada da realidade. E, como na vida, as implicações dessa análise não estarão isentas das influências do jogo de forças: interesses, concepções, crenças, valores, etc. Pensando na prática docente, lidar com esses jogos faz parte de entender a educação e entender-se enquanto pessoa educadora, “autoatualizar”-se (hooks, 2013). “É essa constatação que força o institucionalismo a colocar em questão os ideais de objetividade, neutralidade, imparcialidade do conhecimento (Passos; Barros, 2014. p.19).

É no cenário da cartografia que podemos compreender a pesquisa como clínica-política. Guattari (1964), denomina o processo de transversalização que diferencia o *socius*. Trata-se do atravessamento entre *status* majoritários e minoritários em relação a diversos âmbitos sociais.

Assim, por essa operação, há uma equivalência funcional entre homem, adulto, heterossexual, branco, rico, variáveis maiores (dispostas no eixo vertical) que se rebatem umas sobre as outras, gerando uma existência ideal em oposição a qual se define mulher, criança, homossexual, negro, pobre, variáveis menores (eixo horizontal) (Passos; Barros, 2014. p.30).

Esse arranjo faz lembrar o conceito de avenidas de poder (Akotirene, 2019), pelas quais transitam as opressões e privilégios de pessoas e grupos sociais, evidenciando as encruzilhadas onde duas ou mais assimetrias se encontram (exemplo: ser mulher - ser negra). Trata-se de uma perspectiva feminista interseccional.

Outra pista sugerida por Kastrup (2014) para percorrer a cartografia é a **atenção** no trabalho, valendo-se dos conceitos de atenção flutuante (Freud, 1912/1969) e reconhecimento atento (Bergson 1897/1990). O aproveitamento da atenção na pesquisa é crucial em todas as etapas, destaca, a produção de dados. Entendido comumente como coleta, rígida e puramente quantitativa, esse processo é complexo. Complexo porque exige disciplina cognitiva para identificar pontos de contato entre os dados e a pesquisa, porque foge ao modelo extrativista da produção de conhecimento e aproxima-se do construtivista.

A atenção no método cartográfico é um constante voar e pousar (p. 35). Seguindo esse movimento de concentração é possível identificar quatro variedades do funcionamento

atencional: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. A primeira trata de uma varredura de campo, ou seja, identificar as pistas, os signos que compõem o campo a ser estudado, entendendo que estes são móveis e inconstantes. Por esse rastreio, quem se envolve com a cartografia precisa aguçar seus sentidos, para ser afetado, tocado em determinada medida pela realidade que se investiga, o que justifica a segunda variedade. A partir do momento em que algo nos afeta na pesquisa, é hora do pouso, ou seja, momento de maximizar determinado recorte do estudo e nele se debruçar. É comum (e positivo) estranhar, indagar o que se investiga, faz parte de acompanhar os processos. A isso Kastrup (2014,p.44) chama reconhecimento atento.

Percorrer, ou melhor, sobrevoar o caminho da cartografia sugere levar em conta sua perspectiva cognitiva-construtivista. Se o paradigma objetivista não serve à cartografia, também não se trata de subjetivismo, de um estudo baseado em juízo de valor, ou desconexo, sem rigor, como já mencionado. Assim, parece ser no construtivismo que se fortalece o trabalho cartográfico.

A construção do conhecimento se distingue de um progressivo domínio do campo de investigação e dos materiais que nele circulam. Trata-se, em certa medida, de obedecer às exigências da matéria e de se deixar atentamente guiar, acatando o ritmo e acompanhando a dinâmica do processo em questão. Nesta política cognitiva, a matéria não é mero suporte passivo de um movimento de produção por parte do pesquisador. Ela não se submete ao domínio, mas expõe veios que devem ser seguidos e oferece resistência à ação humana. Mais que domínio, o conhecimento surge como composição (p.49).

Longe de compactuar com o “mito da originalidade do conhecimento – pesquisar o que não se conseguiu ainda, fazer o que ainda não foi feito” (FERREIRA, 2002, p.260-261), o que me moveu enquanto pesquisadora a essa investigação foi o fato de ouvir desde a graduação que “esse tema nunca tinha passado por aqui antes”. Menos original do que audaciosa, essa pesquisa instiga a reflexão sobre a forma como a religiosidade se faz presente e interfere nas práticas pedagógicas analisadas nos trabalhos encontrados. Deste giro inicial entre as teses, dissertações e trabalhos em evento na área, passo agora para uma breve apresentação dos principais referenciais teóricos que nos ajudarão no processo analítico da produção, identificando suas tendências, suas principais problemáticas, percursos teórico-metodológicos e principais achados. Além disso, espera-se identificar as lacunas e desafios que se colocam para futuras pesquisas.

2. QUEM FOI CONVIDADE PARA A CONVERSA? GÊNERO, SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE EM CENA

Para entender como têm se articulado a produção acadêmica com relação a gênero, sexualidades e religiosidade faz-se necessário destrinchar tais conceitos nos campos da Educação e das Religiosidades. Este capítulo apresenta as principais tendências teóricas que envolvem a investigação.

No primeiro momento, discutiremos os desafios, nada recentes, de se pensar gênero na Educação, e como o conservadorismo religioso hegemônico têm afetado as políticas públicas educacionais e, por consequência, o cotidiano da escola. Adiante, a partir de uma breve reflexão sobre os conceitos de *religião* e *religiosidade*, apresentaremos perspectivas progressistas religiosas em contracorrente aos cânones tradicionais.

Neste sentido, este capítulo tem a finalidade de apresentar alguns referenciais teóricos que nos ajudarão no processo de análise do material empírico identificado. Entender como as pesquisas têm focalizado estas articulações entre gênero, sexualidades, religiosidade e educação. Para esta reflexão não caminho sozinha, convido para o diálogo pensadoras/es brasileiras/es importantes da área.

2.1 - De antemão, um desafio: as tensões que circundam a diversidade na Educação:

Entrar no campo da Educação pela perspectiva de gênero é se descobrir em um campo minado. Os desafios e problemáticas são inúmeros, frente às constantes ameaças e boicotes ao tema na sala de aula, haja vista a ascensão de movimentos conservadores pelo viés neopentecostal. Por que uma educação para a diversidade tanto incomoda? A quem beneficiam práticas educativas hegemônicas?

Embora as produções a respeito da temática tenham aumentado⁶ ao longo dos anos, e esteja firmada juridicamente nos parâmetros nacionais da LDB da Educação Básica a Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a abordagem das temáticas de sexualidade e de gênero nas escolas, os tensionamentos no ambiente escolar mostram o ensino como campo de opressões e disputa de poder. Alguns subtemas são basilares na abordagem da temática: o sexismo, a homofobia e a misoginia parecem caber na construção de um arquétipo de escola ideal, nos padrões heteronormativos da sociedade. Tema de discussão inesgotável, há tempos vem sendo central nas pesquisas acadêmicas do país. A

⁶ Ver: <https://www.generonumero.media/reportagens/grupos-genero-caca-bruxas/> . Acesso em: 26/06/23.

partir de agora, dialogo com autoras que pesquisam e batalham por uma educação para a diversidade.

Guacira Lopes Louro (1997), situa a escola como produtora de diferenças e desigualdades. Desde sua concepção, voltada à elite social, a instituição escolar no contexto do Ocidente moderno teve cunho separatista: por classes sociais, por crenças, e pelo sexo biológico. Ao longo dos anos, o desenvolvimento da escola teve de ser pensado por uma perspectiva social mais ampla, graças ao movimento de reivindicação ao estudo pela população que antes não tinha direito a ele. “Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição”(p.57). A autora nos instiga a pensar sobre como tais diferenças foram e são produzidas e suas reverberações na vida dos sujeitos.

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos "fazem sentido", instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (Louro, 1997, p.58).

A escola enquanto delimitadora de espaços pode tornar-se um não lugar, um ambiente que não favorece o desenvolvimento subjetivo de muitas crianças, adolescentes e jovens, que ali não se reconhecem em totalidade.

A incidência do sexismo no ambiente escolar, o controle e a separação de corpos pelos binômios “menino” e “menina” é uma realidade que sempre me inquietou. Quando digo sempre, é porque me lembro de ilustrar no caderno a história de “Adão e Eva”, nas primeiras aulas de Ensino Religioso, de não poder jogar futebol com os meninos nas aulas de educação física no Ensino Fundamental, de dois amigos não poderem dançar quadrilha juntos na festa junina no Ensino Médio. Quando digo sempre é porque, anos depois, nos estágios de docência da graduação, vi esse contexto se repetir na vida de crianças e adolescentes nas mais diversas instituições escolares. Percebo esses binômios como consequência da construção e performatividade de gênero, presentes na mídia, em casa, na rua e na escola⁷.

Ao não se sentirem pertencentes, estudantes muitas vezes se revoltam, se rebelam e causam necessárias tensões na prática docente: seu planejamento, currículo, didática, etc, uma vez que “Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas.

⁷ A respeito da temática da performatividade de gênero, construí uma palestra performance intitulada *Os aparelhos (2021)*. Este trabalho fez parte do Festival Maracá Autoral - Criar e Resistir, disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=jmFUPVBoIqU&list=PL0ZqmV5_Hv_wp_cZAEHYC17oy47yRozLT&index=5 >. Acesso: 26/06/23.

Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens — reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente” (p. 61).

Atentar aos cotidianos escolares é crucial para compreender como as diferenças se articulam e, aos poucos, vão assumindo caráter natural nas práticas. “Desconfiar” (p. 63) deste lugar é uma ótica de análise importante. É no dia a dia que podemos perceber desde as micro até as macro agressões e discriminações que ocorrem no ambiente escolar. O *bullying*, expressão recentemente conhecida e hoje assumida nas escolas, muitas vezes esconde marcas racistas, misóginas, homofóbicas e sexistas em forma de insultos e injúrias. Louro (1997) chama atenção para um meio de opressão potente: a linguagem.

É impossível esquecer que uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina, na escola, consiste em saber que, sempre que a professora disser que "os alunos que acabarem a tarefa podem ir para o recreio", ela deve se sentir incluída. Mas ela está sendo, efetivamente, **incluída ou escondida** nessa fala? Provavelmente é impossível avaliar todas as implicações dessa aprendizagem; mas é razoável afirmar que ela é, quase sempre, muito duradoura. É muito comum que uma profissional, já adulta, refira a si própria no masculino: "eu, como pesquisador...". Afinal, muitos comentariam, isso é "normal". Como também será normal que um/a orador/a, ao se dirigir para uma sala repleta de mulheres, empregue o masculino plural no momento em que vislumbrar um homem na platéia (pois essa é a norma, já que aprendemos e internalizamos regras gramaticais que indicam ou exigem o masculino) (Louro, 1997, p.66).

Questionando a história por trás dessas denominações e da própria construção engendrada da linguagem, os movimentos feministas propõem alternativas não sexistas a fim de acessibilizar a linguagem e torná-la *lócus* de reconhecimento em detrimento do seu papel opressor. Todavia, destaca Louro (p. 66) “se em algumas sociedades seus esforços estão sendo acolhidos e incorporados, em outras são ainda menosprezados ou ridicularizados”.

Atualmente, percebe-se nas redes sociais, como *instagram* e *tiktok*, certa efervescência das discussões acerca do uso do pronome neutro. Entre páginas que compartilham discursos conscientes sobre a temática, os conteúdos que mais viralizaram (sejam vídeos, fotos, *cards*, fíof, memes) são de teor difamatório e ridicularizador do uso e da importância dessa inclusão na linguagem, reduzida a “mimimi”. Esse movimento, presente mesmo dentro do contexto virtual globalizado que, em si, produz reformulações de comunicação e linguagens próprias a todo tempo, reforça o caráter conservador ainda muito presente na sociedade brasileira.

Falas discriminatórias produzem silenciamento. E quanto mais silenciadas forem as pessoas que fogem aos padrões normativos da escola, menos são vistas e cada vez mais se adequam a categoria do “bom comportamento”. Ou seja, já não representam um perigo às/aos colegas, nem um problema às/aos docentes. É cruel perceber como a heteronormatividade exige de discentes, mesmo ainda crianças, os deveres sociais de pessoas adultas. “ (Note-se

que se busca estabelecer uma correspondência entre as práticas infantis e as dos adultos tomando sempre como referência os adultos considerados "normais", ou seja, os heterossexuais)" (p. 78).

Refletindo, ao passo que produzindo padrões normativos, a escola é tida como isenta na abordagem da sexualidade. Há quem defenda que cabe ao ambiente familiar tais "ensinamentos" e que na escola não se pode conceber a temática, como se estivesse dela apartada. Fato é que as sexualidades lá estão, em suas diversas formas e vieses, mesmo que não discutidas formalmente, como em disciplinas de Educação Sexual, porque constituem as pessoas, "ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir" (p.81). Debates acerca da construção social de cada sexualidade nas escolas, nesse sentido, seria um ganho para a educação, de modo que a homossexualidade se desvinculasse de rótulos e moldes perversos como os de patologia, ilegalidade e desvio.

De certo, todo esse debate configura um ganho não apenas para a escola como para toda a sociedade. No início deste subcapítulo indaguei: "a quem beneficiam práticas educativas hegemônicas?". No cerne desta questão mora o entendimento de que a escola é "campo político", lugar das "relações de poder" (p. 84). Comporta, a escola, a missão de transformar a sociedade? Ou ao menos interferir nos jogos de poder?

Assim como sugere a autora em sua obra, nesta dissertação são mais valorizadas as indagações do que tentativas de conclusões absolutas, assumindo a reflexão crítica como guia para um pensamento mais equânime em relação à educação.

Guacira Lopes Louro (1997) faz um apanhado histórico para mostrar como o exercício da docência, antes exclusivo aos mestres, severos e religiosos, detentores do saber e da iluminação, como os jesuítas, passa a ser função feminina. Por consertar-se ao zelo, ao cuidado e a doação, lecionar tornou-se socialmente um "dom" de mulheres, a princípio solteiras e sem filhos, para mais tarde essa função fazer parte da tripla jornada de trabalho (doméstico, materno e profissional). Ora, se mulheres estão no "comando" da organização escolar, qual a necessidade de o feminismo se fazer presente? Nas palavras de Guacira:

é possível argumentar que, ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino — não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se construíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos (os programas, os livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de investigação "científicos" e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos (Louro, 1997, p. 89).

Nesse cenário, inscrevem-se pedagogias feministas como contracorrente ao androcentrismo presente no fazer escolar. São pensadoras do mundo todo comprometidas

com suas práticas. A ativista norte americana que nos deixou recentemente, bell hooks e a educação para transgredir (1994), pesquisadoras latino americanas como Maria Lugones e a colonialidade de gênero (2008), e pensadoras brasileiras contemporâneas, Sueli Carneiro e Luana Tolentino, são alguns exemplos.

Ana Mae Barbosa (2003) defende que o ensino da arte deve convergir com o direito à cultura, e estar aberto às mudanças de paradigmas contra hegemônicos que denunciem as opressões de gênero na história da Arte no país. “A igualdade no Brasil não leva em conta a diferença: é preciso articular os discursos da igualdade e da diferença em conjunto, para que a mulher possa ser o sujeito de seu próprio discurso” (p. 129).

No contexto da Pandemia de Covid - 19, a autora, juntamente com a pesquisadora Maria das Vitórias Negreiros do Amaral (2021) organizaram um volume de artigos vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGAV/UDESC), a respeito dos desafios da diversidade de gênero e questões étnico raciais no contexto da arte-educação. Nele, professoras/es abordam, analisam e discutem casos de sexismo, racismo e homofobia em suas aulas, afetadas pelo isolamento social, bem como também lançam estratégias em prol da diversidade através do afeto. Trilhas que visam a pergunta inquietante lançada: “A arte e seu ensino: são caminhos para todes?” (p. 7)

Em um período de pandemia, todes estamos bem atarefades em nossas rotinas remotas, quando se tem um equipamento adequado a essas tarefas (pensando em nossos estudantes), a isso se soma a sobreposição de tarefas domésticas e profissionais, família, amigos e companheiros de trabalho (online) se intercalam, às vezes provocando alguns constrangimentos. Tempos que geram problemas psíquicos, angústias e um sentimento de incapacidade e irresponsabilidade, muitas vezes. Com tudo isso, agradecemos imensamente aos autores dos artigos aqui apresentados (Barbosa; Amaral, 2021, p. 11).

A Pandemia se foi, e com ela mais de meio milhão de pessoas no Brasil. Além das sequelas físicas e emocionais que vivemos, o desenvolvimento sociocultural e político do país foi extremamente afetado. Estudos apontam que a Educação Básica brasileira regrediu 20 anos em dois⁸. Iniciativas como o trabalho supracitado refletem o empenho de docentes para confrontar o modelo de educação que ainda hoje padece, e que faz parte da vivência de todes nós.

Louro (1997, p.119) nos convida a olhar ao redor e nos perceber dentro das dinâmicas de poder que somos contra, uma vez que “A construção de uma prática educativa não-sexista necessariamente terá de se fazer a partir de dentro desses jogos de poder. Feministas ou não,

⁸Ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-07/pais-regrediu-20-anos-na-educacao-com-pandemia-d-iz-secretario> . Acesso em 26/06/23.

somos parte dessa trama e precisamos levar isso em conta”. Para tanto, a autora lança mão de uma perspectiva pós-estruturalista, ou seja, mais específica e voltada à realidades próximas ao que se vive, com tendências e aportes menos universais do conhecimento. O trabalho em rede é essencial nessa perspectiva, cuja coletividade contribui para se pensar e agir dentro e fora da escola.

A/o nova/o intelectual terá, necessariamente, de se perceber como participando das relações de poder e isso implicará no exercício constante da auto-crítica. Atenta/o às "manobras", às "táticas", às "técnicas" e aos "funcionamentos" de produção e de nomeação das desigualdades, a/o intelectual precisará descobrir formas de interferir mais viáveis e próximas. As lutas se tornam mais imediatas e cotidianas. Elas são, também, mais localizadas e talvez pareçam menos ambiciosas (Louro, 1997, p.123).

Ao tratar dos impasses da efetivação da Educação Sexual na escola, a autora, no final da década de noventa, trazia à tona sementes para a discussão religiosa no campo da Educação, através de crítica ao modelo cristão e sua influência no conservadorismo escolar.

Personagens e eventos são destacados nesta trajetória: a Igreja Católica, a princípio unificadamente refreadora, posteriormente dividida em "facções distintas"; os militares, a censura, a "abertura"; as experiências isoladas em educação ou orientação sexual promovida por escolas públicas ou privadas e as punições dos/as pioneiros dessas experiências; congressos de Educação Sexual nas escolas; a introdução da temática da sexualidade em programas regulares de rádio e televisão; a promoção de conferências e outros eventos acadêmicos; o surgimento de críticas e de condenação; etc (p. 129).

A incidência do cristianismo na lógica educacional tem raízes históricas profundas que germinaram em movimentos de resistência à diversidade de gênero, cujas tensões persistem. Para entender melhor o cenário político que envolve a discussão, a seguir abordaremos seus principais aspectos.

2.2. Gênero, sexualidade e educação: narrativas em disputa

Nas buscas que resultaram nos trabalhos selecionados para análise nesta pesquisa, foi interessante perceber como as temáticas de gênero e religiosidades na educação se conectam à problemática da **ideologia de gênero**. Tal conexão se justifica pela trajetória histórica desse conceito e suas reverberações no campo do ensino.

De saída, é preciso salientar que a ideologia de gênero é um conceito pré existente, mas não na perspectiva a qual é comumente associada. Da sociologia, *ideologia de gênero* refere-se às assimetrias que incidem do poder hegemônico patriarcal, manifestadas pelo machismo, sexismo, homofobia e misoginia. O que historicamente houve foi o usurpo do conceito pelas vertentes ativistas reacionárias da Igreja, invertendo sua lógica e propagando o terror a uma “ditadura gay/feminista/comunista,etc.”

No embaralhar das ideias vinculadas a gênero, mora a estratégia de causar estranhamento a respeito do tema e consequente afastamento. Nesse sentido, Rogério Diniz Junqueira (2017) frisa a diferença entre a chamada “teoria de gênero” e os Estudos de Gênero.

“Teoria”, ali, aparece sempre no singular e, frequentemente, é substituída por “ideologia” – termos curiosamente tratados como sinônimos nos documentos da Cúria Romana dedicados ao tema. [...] nos sítios discursivos vaticanos, bem como em outros cenários em que se polemizam questões de gênero a partir desses pressupostos, não há diferença entre “teoria de gênero” e “ideologia de gênero” (p.27).

Assim, em meados da década de 1990, a ideia deturpada de “teoria/ideologia de gênero” emergiu do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais, e se tornou *slogan* contra políticas sociais, reformas jurídicas e ações pedagógicas na promoção de direitos sexuais e combate à violência de gênero. Outras pautas insistentemente atacadas foram (e ainda são) a legalização do aborto, a criminalização da homofobia e o reconhecimento da homoparentalidade (p.27).

O autor menciona relevantes eventos e documentos de origem vaticana que confrontaram conferências da ONU, incorporando a “ideologia de gênero” como ameaça à família e à cidadania, bem como vertentes reacionárias que agiram a fim de que se mantivesse a naturalização da “ordem sexual”. Exemplos são os documentos da Conferência Internacional sobre População, no Cairo, em 1994, e da Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim; uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, do monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, o documento *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*, que contou com mais de 70 autorias pelo Conselho Pontifício para a Família, até a famosa *Carta de João Paulo II às Famílias*, em 1994. (Junqueira, 2017). Vale ressaltar que muitas dessas obras têm referências do movimento antifeminista.

A repulsa ao “gender”, “ideologia ultrafeminista” e outras denominações cristãs assumiu-se como rótulo político, conquistando adesão pública e midiática, ultrapassando os muros das igrejas até se legitimar na esfera política, figurar em documentos legais e pronunciamentos políticos do Estado, “inclusive com ares de aparente laicidade”(p 28). Nada de científico se encontra nessas sintagmas, todavia, seu caráter retórico reacionário tem poder para polemizar, ridicularizar, escandalizar e ameaçar ativistas e ações que ousarem se voltar contra os preceitos morais da família “natural” (p.28).

Como consequência social, grupos marginalizados são colocados no centro da atmosfera odiosa que se cria, e o pânico moral assombra as “pessoas de bem”, que lutam com

todas as forças contra ameaças imaginárias, kits gay e mamadeiras geometricamente eróticas. Esse cenário quixotesco seria cômico se os ataques aos “moinhos de vento” não resultassem no massacre às mulheres e à comunidade LGBTQIAP+ todos os dias.

O discurso nesse contexto também se configura como importante instrumento de legitimação da opressão, seja na construção de verdades absolutas, seja na estigmatização de quem a elas se opõem “destruidores da família, familiofóbicos, homossexualistas, gayzistas, feminazis, pedófilos, heterofóbicos, cristofóbicos, etc.” (p.29). O poder de indução desse discurso, porém, não se abre a contra argumentos, uma vez que “não há por parte desses alarmados cruzados nenhum interesse pelo confronto acadêmico. O seu público alvo [...] são principalmente gestores públicos, parlamentares, juristas, jornalistas, dirigentes escolares, eleitores.” (p.30)

Pela contextualização histórica dos preceitos da “ideologia de gênero”, é possível compreender e dimensionar aspectos da onda conservadora que invadiu também o universo escolar, censurando disciplinas como filosofia e artes, silenciando e monitorando docentes em sala de aula, aos moldes de intentos políticos como o Escola Sem Partido e o Novo Ensino Médio. Se, pela lógica anti-gênero, não se pode desvincular o ensino das tradições subjetivas e da moral familiar, com riscos de “privar as crianças de direitos e liberdade”, o espaço para o pensamento crítico e respeito à diversidade são censurados na escola.

Propostas educacionais inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e garantir o caráter público e cidadão da formação escolar, tendem a ser percebidas e denunciadas por esses movimentos como uma “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” daquelas famílias cujos valores morais e religiosos (de ordem estritamente privada) são, segundo eles mesmos, inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos produzidas por instituições, como a ONU, “colonizadas pela agenda do gender”(p.44).

Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, Fátima Lúcia Dezopa Parreira e Cristian Bianchi Lissi (2017) não perdem de vista o caráter mecanicista da educação tradicional, voltado à produção de mão de obra barata para satisfazer os interesses da elite. E por elite, tanto outrora, como hoje podemos compreender os setores burgueses associados à Igreja. Esse entendimento afasta a visão a respeito do moralismo cristão de uma espécie de cegueira, ingenuidade ou falta de conhecimento e a aproxima de estratégias de interesse, das quais os setores sociais elitizados compartilham e delas se beneficiam.

Retomando a discussão sobre o poder do discurso, no caso da religião cristã, percebe-se a lógica de poder pastoral (Foucault, 2004) operante, cuja representatividade é masculina e condutora de dogmas a serem seguidos numa lógica individualista de conversão,

libertação do pecado e salvação. Tal forma de poder pode causar um efeito manada, ou melhor, rebanho gerando comportamentos de intolerância e violência. Quando este discurso chega à sala de aula, diversas religiões são silenciadas, corpos e vidas não hegemônicas, atacadas.

Não se pode afirmar que a completa ausência das discussões sobre religiosidade na escola seja a solução para tensões levantadas, já que por essa lógica, impossibilitaria-se as trocas e conhecimentos acerca das múltiplas religiões. Ademais, quando os sujeitos da escola nela estão, suas crenças e identidade não ficam do portão para fora, convivem, assim como nos demais setores da sociedade. O que busco aqui problematizar é a monopolização da abordagem de uma religião em detrimento das demais, bem como o uso do ambiente escolar para práticas de proselitismo religioso, movimento de raízes históricas conservadoras e que ainda hoje macula a laicidade da Educação. As dinâmicas que envolvem gênero, sexualidades e religiosidade na educação são múltiplas, é sobre elas que discutiremos a seguir.

2.3. Religião e Religiosidade: discutindo conceitos

Durante o caminhar da pesquisa, fez-se intrigante uma questão: estamos falando de religião ou de religiosidade? Diferenciar (mais que definir) ambos termos, entender sua origem histórica e social tornou-se, então, uma busca.

Como produções humanas situadas na esfera da cultura (Manoel, 2007, p.105), religião e religiosidade são conceitos históricos. No Ocidente, durante séculos a fé, seus dogmas e crenças serviram para explicar a vida, bem como estabelecer normas de civilização. Na Europa dos séculos XVIII e XIX, o que havia do teocentrismo se chocou com movimentos modernos como o Iluminismo e o Marxismo, criando então relação antônima entre fé e razão.

Hoje, não mais se sustenta a ideia de que fundamentos religiosos são conduzidos pela irracionalidade, uma vez que as religiões possuem, em si, Ciências. A respeito do tema, Denise Najmanovich (2003) aborda o caso histórico das invenções de Galileu e seu embate com a Igreja à época. Nesse confronto, o tema central seria a Fé *versus* a Razão. Ao argumentar os porquês da resistência dos teólogos em utilizarem o telescópio, e as informações básicas e primárias que aquele recente invento trazia consigo, a autora suscita a pensar no quanto de fé há na razão e o quanto a razão permeia a fé, quando pontua que “Na polêmica entre Galileu e a Igreja não se enfrentaram somente a “fé” dos religiosos e a “razão” do cientista, mas também a fé de Galileu no sistema copernicano, e a razão dos jesuítas a respeito da falta de provas contundentes a favor desse sistema” (Najmanovich, 2003, p.31).

A respeito da categoria religião, nota-se a influência de um determinismo cristão, pelo qual é direta a associação de religar-se ao sagrado, como sendo “religar-se a Deus”, numa ponte entre o sagrado e o profano. Não é rara essa associação em textos acadêmicos.

É evidente que essa conceituação se refere ao campo religioso monoteísta do mundo ocidental – não me atrevera adentrar sequer o Oriente Médio, por não conhecer a religião islâmica o suficiente, quanto mais o Extremo Oriente e as religiões africanas. Assim, me restrinjo ao cristianismo e alguns tópicos do Antigo Testamento, o que já não é pouca coisa (Manoel, 2007, 107).

Para além de um recorte de pesquisa, foi interessante analisar que religiões não hegemônicas e/ou marginalizadas parecem não caber no conceito de religião. Daí seus ritos e dogmas serem classificados como expressões de religiosidade, sincréticas. Um exemplo da hierarquização de religião e religiosidade, onde a primeira se encontra legitimada em detrimento da inferiorização da segunda, no Brasil, é a situação das religiões de matrizes africanas e indígenas, que reivindicam seu lugar no campo da religião.

Com relação às religiões afro-brasileiras, cujo surgimento foi consequência da resistência ao apagamento da crença das pessoas escravizadas em detrimento da catequização colonial, há o desafio histórico de pertencimento e legitimação no campo da religião. Se, outrora, o sincretismo era a única via para professar a fé sem possibilidade de castigo ou morte pelo poder de senhores de engenho, e as igrejas - separadas por raça e etnia - o único lugar possível ao culto, hoje são as Comunidades de Terreiro o lócus de configuração e expressão das religiões afro-brasileiras e de matrizes afro.

A catequese da Igreja Católica Romana, aqui no Brasil Colônia, passou pela obrigatoriedade que determinou seu caráter quantitativo e pela afirmação da escravidão como meio salvífico que determinou seu caráter qualitativo. Assim se estabeleceu um controle social decorrente da obediência em todos os aspectos, inclusive às crenças dos senhores posseiros portugueses. Entre a perseguição insana ao quantitativo em detrimento da qualidade catequética, o espaço para o *apartheid religioso* – nascedouro das irmandades que sacramentou a segregação, ao mesmo tempo que permitiu a salvaguarda das tradições religiosas oriundas das terras africanas que povoavam o imaginário mítico daqueles aqui aportados e de seus descendentes (Koury, 2017, p. 533/534).

Academicamente, nota-se o movimento de aproximação do conceito de religiosidade enquanto amplitude de experiências que ultrapassam as afiliações religiosas e, portanto, não necessitam delas para serem vividas, como é o caso das religiões, concebidas por meio da institucionalização de regras, ritos, dogmas, etc.

No âmbito desta reflexão, a religiosidade é concebida como espiritualidade, busca de resposta do ser humano à finitude e as religiões são entendidas como linguagem que, na visão de Bakhtin (1988) é material e se configura como espaço de disputa ideológica e política, arenas de luta. As religiões, como sistemas ideológicos que são, engendram nas relações cotidianas, tensões e jogos de força que passam a ser veiculados como direito à liberdade de crença, expressão e experiência ou como estereótipo, discriminação e preconceito (Kramer e Edelheit, 2018, 65).

Estariam, dessa forma, as experiências de religiosidade ligadas à ancestralidade, entendida como fenômeno macrosocial da coletividade de culturas e povos. A autora Vivian Fukumasu da Cunha e também os autores Lucas Rossato e Fabio Scorsolini-Comin (2021), ao analisarem tais conceitos dentro das pesquisas nas ciências da Saúde, sugerem a combinação religiosidade/espiritualidade (R/E), como “uma alternativa encontrada para abarcar os múltiplos significados atribuídos aos aspectos religiosos e espirituais.” (Cunha Rossato ; Comin,2021,p.164). Defendem que espiritualidade e religiosidade possuem pontos em comum e que, na prática, sua combinação auxiliaria no entendimento da amplitude e interconexão entre eles.

A Pós Modernidade fez com que o tema *religião* ressurgisse no âmbito social, e que cada vez mais se falasse dele no plural. Inicialmente, foi uma preocupação minha enquanto pesquisadora afastar-me da concepção de religião enquanto instituição, temendo, de certo modo, restringir a discussão e, quiçá, colocar em xeque o comprometimento com a laicidade na área da Educação. Por meio deste estudo, foi possível compreender que religiões e religiosidades são diferentes e não substituíveis entre si. Portanto, nesta pesquisa, quando falo de *religião*, refiro-me não apenas ao cristianismo, como à Umbanda, ao Candomblé, ao Espiritismo, Budismo, e todas as instâncias de organização religiosa. Quando falo em *religiosidade*, digo das formas múltiplas de se expressar fé, crença, e também descrença. A presença desse tema na Educação e suas relações com questões de gênero e sexualidade neste campo são o que me interessa.

2.4. *Religiosidade, gênero e sexualidade: perspectivas conservadoras no controle das subjetividades?*

De que forma as relações de gênero se articulam às abordagens religiosas na produção acadêmica? O ponto chave desse diálogo é a presença e articulação da religiosidade na escola pública, seja na perspectiva discente e docente, como também de estudantes de pós-graduação que se preparam para lecionar.

Gabriela Abuhab Valente (2015) lembra que o modelo de escola como hoje conhecemos é de base cristã, constituída sob controle colonial da Igreja Católica até 1891, quando no Brasil a Constituição Republicana instituiu a separação Estado-Igreja em decorrência da Revolução Francesa. Se, àquela época, não havia objeções evidentes e legais sobre tal contexto, hoje a relação escola e Igreja têm gerado debates pertinentes à laicidade do ensino. Segundo a autora,

É importante problematizar o modelo republicano de laicidade utilizado no Brasil com inspirações no modelo francês. Procura-se levar em conta as particularidades da população brasileira, principalmente no que tange a sua identidade religiosa, sincrética e plural, e questionar se o modelo de laicidade que as escolas públicas brasileiras necessitam é realmente este que está sendo debatido, a saber, um modelo não-permissivo, fechado, em que não se considera a religião como parte da identidade da população (p.3).

Com a Constituição de 1934, que promulga a disciplina de Ensino Religioso no currículo escolar, as questões que envolvem a temática tornaram-se efervescentes, uma vez que tais disciplinas têm funcionado como ferramenta de propagação moral de religiões hegemônicas. Esse cenário embaralha a diferença entre as formas de religiosidade presentes na sociedade e portanto no espaço escolar, e práticas de proselitismo religioso. Estas podem ser facilmente reconhecidas em objetos e adereços no ambiente escolar, como crucifixos, quadros de santos, e ritos como orações coletivas. Aquelas, por sua vez, estão diretamente relacionadas à identidade dos sujeitos sociais que compõem a escola, passíveis de estarem imbuídas de intolerância e preconceitos.

Por falar neles, o racismo religioso⁹ e assédio religioso¹⁰ no ambiente escolar são incidentes, perturbando o exercício da Lei nº 10.639 (Brasil, 2003) que prevê a abordagem da História e Cultura Afro Brasileira nas escolas, censura que deslegitima religiões como o Candomblé e a Umbanda. Heli Sabino de Oliveira (2015) enfatiza que esse movimento faz parte da construção de um “currículo silencioso” (Escolano, 2001) que se mantém não apenas pelo silenciamento de discussões caras ao pluralismo cultural e religioso, como também pela organização do espaço escolar quando privilegia o simbolismo das religiões hegemônicas, ou ainda, quando se apropria do de religiões marginalizadas para descaracterizá-las e assim reforçar sua soberania. Essa prática, lembra Oliveira (2015,p.5), é comumente percebida em cultos ligados ao neopentecostalismo. Atravessamentos estes constituem desafios para uma educação emancipatória.

Para Roney Polato de Castro (2015) a lógica moral religiosa pauta a manutenção da heteronormatividade e o binarismo na escola, percebidos através da vivência de docentes em formação. Tal recrudescimento afasta o debate acerca das questões de gênero de sua devida importância na sala de aula ao passo que promove a ‘homofobia religiosa’ (Natividade e

⁹Sidnei Nogueira (2018) fala em racismo religioso para determinar atos discriminatórios contra religiões de matriz africana, entendendo que “tolerância religiosa” não abrange a tendência racista de tais opressões, e que tolerar não seria o suficiente para uma sociedade diversa.

¹⁰ O professor Dr. Márcio de Jagun (2022) utiliza o termo “assédio religioso” para explicar a apologia ao cristianismo presente na escola.

Oliveira, 2013 . Apud Castro, 2015. p.2). À época em que o autor escreveu, Castro (2015) cita episódios de deturpação das causas de promoção da diversidade sexual nas escolas:

A começar pelo veto à distribuição do “kit anti-homofobia” para as escolas de Ensino Médio de todo o país, parte do programa “Escola sem homofobia”, após um jogo de „influências” promovido pela bancada religiosa no Congresso Nacional, que levou à presidenta a afirmar que não aceitava “propaganda de opções sexuais” e que “não podemos intervir na vida privada das pessoas” . Mais recentemente, assistimos à polêmica em torno da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), quando deputados da bancada religiosa se opuseram veementemente à redação do artigo 2º do então projeto de lei, que se relacionava à superação das desigualdades educacionais, provendo a igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Os deputados afirmavam que se tratava da imposição de uma “ideologia de gênero”, contrária aos “valores morais” e que, portanto, temiam pela “destruição da família”(Castro, 2015,p.3)

São muitos os entraves ligados à temática das religiosidades na educação. A escola é espaço plural de convivência cotidiana entre diferentes ‘experiências religiosas’ (Castro, 2015). São elas entendidas como as formas de atravessamento de crenças, valores, modos de agir e viver, moralidades e formação de sujeitos dessa moral. Tais atravessamentos são produtores de discursos, os quais, na lógica da legitimação de preconceitos, são postos como verdade. Numa interpretação foucaultiana, o discurso da verdade produz reconhecimento entre sujeitos pela inferiorização de outros uma vez que “O pertencimento doutrinário se constrói com a partilha, por um conjunto de indivíduos, de um só e mesmo conjunto de discursos, pelo reconhecimento das mesmas verdades e pela conformidade com os discursos validados” (p.4).

No tocante às relações de gênero e sexualidades, o ensino enfrenta o fundamentalismo religioso, o qual separa o ‘joio do trigo’, condutas sexuais naturalizadas e condenadas, relacionamentos certos e errados, discursos jocosos e criminosos, mostrando a força que o discurso religioso pode ter no assujeitamento no ambiente escolar. Essa lógica converte-se na construção de sentidos de racionalidade para justificar discursos discriminatórios, como “Deus fez homem e mulher para crescerem e se multiplicarem”, reforçando a heterossexualidade compulsória através de analogias biologizantes e dos escritos bíblicos.

Importante ressaltar, aqui, o papel que as Ciências tiveram ao longo da história na patologização da homossexualidade. Como Luiz Ramires Neto (2004) pondera,

É do campo científico, contudo, que se extrai – até os dias de hoje – um conjunto de explicações que mantêm a homossexualidade como fenômeno patológico difícil de entender e lidar. Até o início da década de 1970, prevalecia a idéia de que a homossexualidade era um distúrbio psíquico. Nela, a inversão do objeto da libido, que “naturalmente” deveria dirigir-se ao sexo oposto) era atribuída – pela teoria freudiana – a uma fixação à fase anal do desenvolvimento sexual humano (p.4).

Se na conduta cristã, relações homoafetivas são vistas como pecado e condenação, a categorização da condição homossexual como doença tem sua origem no científico. Frente aos desafios entre religiosidade e educação, algumas inquietações, das quais compartilho:

De que modos podemos pensar em mudanças sociais, nos enfrentamentos às violências, aos preconceitos que circulam nos currículos e práticas pedagógicas, que constroem experiências de abjeção e sofrimento, se não conseguimos problematizar nossos próprios fascismos? Que efeitos produz a problematização do discurso religioso-cristão na formação docente? De que modos as estudantes podem, considerando as escolas públicas laicas, sem se desfazer de suas crenças religiosas, investir mais em práticas de liberdade e menos em práticas de assujeitamento? (Castro, 2015.p. 6).

Trata-se de uma atmosfera nebulosa concernente às esferas pública e privada, gerando tensões entre o que cada discente e docente subjetivamente leva para dentro dos muros da escola, conseqüentes de sua formação de vida, familiar social, e as formulações pedagógicas e didáticas, que muitas vezes se misturam a influências morais. Um exemplo é a associação entre valores sociais e a religião “na perspectiva de que não há possibilidade de discussão desses valores fora do campo religioso e que a melhoria no convívio social se produz com uma mistura de “temor a Deus” e “conversão a uma religião” (Castro, 2015.p.8).

Estariamos, então, frente a um processo de dessecularização das religiões dentro da escola? Adriane Knoblauch (2015) destaca importante ponto entre os processos de secularização e dessecularização do Estado nos estudos da Sociologia da Religião. O primeiro processo, conseqüente de análises weberianas das décadas de 60 e 70, associava a Modernidade ao pluralismo religioso e a vivência privada da religião. Todavia, o avanço do fundamentalismo religioso provocou o questionamento dessa pluralidade, visando outras relações entre sagrado e profano, público e privado. “[...]vale destacar que a segunda perspectiva foi duramente criticada, lembrando que o processo de secularização é descontínuo e irregular. Novos movimentos religiosos poderiam ser compreendidos como conseqüência do pluralismo religioso [...]” (p.4).

Reconhecendo a bagagem subjetiva, cultural e social que cada agente escolar carrega, é necessário que se promova possibilidades de formação profissional voltada para as questões que permeiam a laicidade do Estado e a promoção de equidade e diversidade na educação. Concordo com a autora quando diz que

Em se tratando de formação de professores e de direitos humanos historicamente negados a uma minoria, com o recorte [...] nas questões de gênero, recomenda-se que essa discussão possa fazer parte de forma mais consistente nos cursos de formação inicial e continuada de professores (Knoblauch, 2015,p.15).

É perceptível nos apontamentos teóricos desse diálogo, a incidência do conservadorismo cristão nas atitudes e comportamentos discriminatórios no contexto escolar.

Como superá-la? Ou, menos radicalmente dizendo: é possível se pensar o viés religioso cristão em contracorrente aos seus cânones?

Há movimentos antigos na história da religião e do feminismo que buscam saídas para tal impasse. Trago aqui, como base teórica e filosófica a Teologia Feminista.

O feminismo teológico é um movimento existente nas religiões cristãs, islâmicas e judaicas, que diz respeito a novas hermenêuticas, trazendo outras referências antropológicas, éticas e filosóficas ao discurso religioso. Defendendo a equidade de gênero, ele problematiza as opressões sociais consequentes da organização patriarcal monoteísta que elege, como no cristianismo, a figura de um Deus simbólica e culturalmente sexuado e masculino (Análio, 2021, p. 22).

No Brasil, a grande referência da Teologia Feminista é Ivone Gebara¹¹, freira ativista e parceira da ONG Católicas Pelo Direito de Decidir¹². As Católicas desenvolvem relevante trabalho social e comunitário pelos direitos das mulheres, principalmente no que tange seus direitos sexuais e reprodutivos. Em 2019, realizaram o livro *Teologias Fora do Armário: teologia, gênero e diversidade sexual* contendo ensaios de autoras e autores especialistas na área das teologias progressistas, entre elas/es, André Musskopf e Ivone Gebara.

A autora reivindica que mulheres tenham seus direitos humanos e cívicos garantidos em igualdade aos homens e levando em conta fatores como etnia, raça, orientação sexual, promovendo também a equidade das relações sociais. Percebe este cenário como um desafio no âmbito religioso cristão.

A questão da igualdade e da equidade atinge também as religiões na medida em que estas estabelecem normas de conduta para seus fiéis especialmente no que se refere à vivência da sexualidade. Em geral fundam suas normas na vontade divina, o que dificulta ainda mais as reivindicações por mudança. No caso particular da Igreja Católica Romana a igualdade e a equidade são problemas sérios, dada a sua organização hierárquica masculina e aos conteúdos que mantém para legitimar essa estrutura. E isto porque a Igreja Católica é marcada por uma referência religiosa monoteísta, isto é, se acredita que a referência máxima para nossos comportamentos é Deus e que a partir de Sua ‘revelação’ em Jesus Cristo é possível determinar essa vontade divina masculina ao longo da história (Gebara, 2019, p.58).

Sem poupar as críticas ao modelo tradicional cristão conservador e discriminatório, aos moldes dos antigos cânones produzidos por figuras masculinas poderosas, como o Concílio de Trento, Gebara (2019, p.60) nos chama a atenção para as reinterpretações do Evangelho, movimento que desde o século passado tem sido feito através da luta feminista e de diversidade sexual. Os principais pontos de ação da Teologia Feminista conectam-se ao vies contra patriarcal, às novas hermenêuticas de leitura da Bíblia, à interculturalidade que ultrapassa a visão ocidental do cristianismo, ao pluralismo das identidades sexuais, à

¹¹ Autora de *O que é Teologia Feminista?*(2007) e *Rompendo o Silêncio: uma fenomenologia feminista do mal* (2000), Gebara lançará em breve seu mais novo livro *Caminhos para compreender a Teologia Feminista* (2023).

¹² A ONG foi fundada em 1993, e hoje é referência na luta progressista católica. Para saber mais, ver: www.catolicas.org.br . Acesso em 26/06/23.

dimensão ética dos Evangelhos e seus desafios, ao senso de e à organização em comunidades de acolhimento.

O movimento teológico feminista é plural e se desenvolveu de formas variadas ao longo das décadas e conforme as demandas nos contextos geográficos. Na América Latina, por exemplo, pauta fundamental da Teologia Feminista é a descriminalização do aborto. “A Igreja Católica e outras têm feito um lobby terrível contra o aborto. Tem usado métodos cruéis com as mulheres afirmando com isso defender a vida. Acredita que defende a vontade de Deus. Mas que vida defende? E quem é seu Deus?” (p. 61). No Brasil, ainda hoje trata-se de um tabu social e, apesar do empenho de movimentos progressistas apoiadores da legalização do aborto, a igreja continua fazendo como outrora, invadindo o Senado, ocupando espaços de poder e deslegitimando essa pauta de saúde humanitária e de equidade de gênero.

Refletindo sobre o contexto político da época em que escreveu, a autora aponta os tensionamentos, os quais percebo causados pela onda neoliberal e facista da última gestão presidencial, e como os textos bíblicos foram utilizados para legitimar violências como a de gênero.

Em meio a essa reflexão temos que ter em mente a pergunta sobre o que é violência de gênero e como e por que ela está sendo detectada na Bíblia. Nesse sentido, detectar essa violência, mostrá-la não diminuiria o caráter sagrado do Livro? É uma pergunta importante a ser feita. Por isso, creio que a palavra ‘sagrado’ também deveria ser compreendida de novo, sobretudo nos tempos em que a vida do planeta e a vida humana em particular têm sido tão ameaçadas e eliminadas pela ação predatória provinda de nós mesmos (p. 64).

Daí a importância de desconfiar do que é social e culturalmente imposto como verdade absoluta. Cânones, sejam da igreja ou mesmo provindas de teorias das ciências tradicionais, são passíveis de reinterpretações e mudanças, uma vez que a cultura e a sociedade estão em constante e fluido movimento, e tudo o que julgamos conhecer em totalidade foi atravessado por nossas influências internas, emocionais e também externas, históricas temporais. Ivone Gebara (2019, p.65) sugere que “retomar o conhecimento de nós mesmas/os, a mistura em nossa epistemologia cotidiana, a mistura de nossas inseguranças e emoções com nossas afirmações parece um caminho importante para entendermos quais são as nossas fontes de autoridade e qual é sua relevância”.

A força da propagação e ensinamento de condutas, como no cristianismo, encontra-se na palavra. Através da escrita de homens, configurou-se um Deus dominante, masculino, heteronormativo e branco. Foram formadas suas leis, sua comunicação com fiéis do mundo todo, por isso a potencialidade que tais escrituras têm na disseminação de “terror”, preconceitos e condenações é relevante.

O texto religioso era a vontade dos homens sobre nós e esta vontade feita vontade de Deus era às vezes terna, mas muitas vezes violenta. Esta problemática foi abordada pelas biblistas feministas desde a década de 1970 quando a ‘Bíblia das mulheres’ de Elisabeth Cady Stanton foi redescoberta ao completar 100 anos e quando Mary Daly escreve seu livro “Para além de Deus Pai”, e muitas e muitas outras mulheres sábias ignoradas pela hierarquia das igrejas desenvolvem reflexões críticas inspiradas pelo feminismo (pgs. 66 -67).

Reconhecendo que as concepções conservadoras cristãs não fazem sentido na busca de um projeto de sociedade igualitária e libertadora, a Teologia Feminista se propõe a suspeitar e confrontar as regras hegemonicamente impostas, rompendo com uma tradição de opressão milenar. É um empenho audacioso.

Concomitantemente a essa linha de pensamento surgem outros movimentos progressistas como a Teologia Queer, nomeada pela teóloga Marcella Althaus-Reid (2005), Teologia Indecente. Da perversão, subversão e transgressão aos cânones da tradição cristã hegemônica, a Teologia Indecente desvela novas relações entre cristianismo e sexualidade. Com fortes raízes na Teologia da Libertação, o movimento teológico queer fundamenta-se nos contextos cotidianos de opressão do sistema econômico na América Latina, ao passo que tece relação causa e efeito entre a vigilância da sexualidade e a opressão de classe.

A Teologia Indecente de Althaus-Reid permite que novas construções teológicas sejam possíveis quando sujeitos e realidades, outrora excluídos do fazer teológico, refletem sobre a fé a partir da experiência real de luta pela liberdade. A proposta teórica da teóloga queer cria alicerces que permitem outra compreensão do que se é experimentado como vivência de fé (Freire, 2020, p. 103).

A crítica ao binarismo e o debate acerca da construção de gênero são características caras na busca pela diversidade em comunhão com a religiosidade. O professor do programa de Pós- Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Dr. André Sidnei Musskopf possui vasta produção teórica a respeito das Teologias Queer¹³. Defende a multiplicidade que envolve as teologias, o resgate de tradições religiosas marginalizadas. Destaca que o surgimento de novos movimentos teológicos forçou as igrejas a abrirem o diálogo com outras áreas do conhecimento como a antropologia, sociologia e economia. Deste diálogo surgem novas teorias que remodelam e diversificam o que conhecemos por religião e religiosidade. Ora, “Falar em teologia ou religião no singular, na atualidade, tornou-se impraticável” (Musskopf, 2019, p.114).

Vertentes teológicas progressistas passam, então, a ocupar espaço no contexto das religiosidades, gerando o ‘estranhamento’ (queer) pela abordagem das relações de gênero e

¹³ Musskopf é autor de *Uma brecha no armário* (2015), *Espiritualidade queer* (2021) e *Igrejas e grupos cristãos inclusivos e a luta por direitos* (2022).

sexualidade divergentes da heteronormatividade. Esse movimento é marcado pela construção de sujeitos e suas identidades antes silenciadas e condenadas nas chamadas “Sagradas Escrituras”.

[...] ao falar de *teologia sobre a homossexualidade*, o que se pretende não é fazer um inventário de todas os discursos teológicos que se articularam sobre este tema, mas partir de um ponto histórico que, de uma certa forma, rompe com as formas anteriores de abordagem da temática, e inaugura um novo período, com a emergência de um novo sujeito, uma nova identidade. É uma ruptura em que não estão ausentes descontinuidades e contradições (p. 116).

O autor (2019, ps. 117/118) cita contextos históricos que foram marco do empoderamento Gay, como o Movimento Homófilo nos Estados Unidos da década de 60, conduzido por dezenas de grupos de reivindicadores dos direitos de pessoas homossexuais na Europa que foram fortemente perseguidos durante a II Guerra Mundial. Foi a Revolta de Stonewall, em 28 de Junho de 1969, catalizadora para a constituição identitária da homossexualidade, uma vez que fundou o Movimento de Libertação Sexual, que deu origem a um novo grupo social marcado pela consciência e vocabulário próprios. Ampliando o contexto das lutas dos Estados Unidos, estão o movimento anti-guerra, o movimento negro, o movimento feminista e movimentos *hippies* de contracultura nas décadas de 60 e 70 destacados como fundamentais para a emergência do Movimento Homossexual.

Essa construção identitária trouxe nova configuração ao discurso teológico, embasando a *teologia sobre homossexualidade*, que mais tarde assumiu o termo Teologia Gay. “Na área bíblica, por exemplo, a pergunta que norteia este discurso teológico é “o que a Bíblia diz sobre homossexualidade?”. Este tipo de leitura trata de desconstruir os “textos de terror” associados e interpretados como condenação da homossexualidade” (pgs. 120/121). Percebe-se que iniciativas como essa buscam distanciar pessoas homossexuais dos estigmas de crime, pecado e doença, ao passo que afirmam a identidade sexual como essencial a personalidade humana, capaz de se sobrepor aos cânones tradicionais e permitir o contato com o divino.

Musskopf (2019, p. 122) analisa o discurso de teólogos que divergem em relação ao teor desse movimento. Enquanto defende-se que se trata de uma teologia apologética, por focar em inserir a vivência homossexual na Bíblia, buscando portanto certa reconciliação com a Igreja, por outro lado argumenta-se que tal característica seria inerente à Teologia Liberal.

Na América Latina, os movimentos sociais militantes do século XX influenciaram na consolidação de teologias progressistas voltadas às questões de gênero e sexualidade, étnico raciais e de classe.

No contexto da Segunda Onda do Movimento Feminista surgiu a Teologia Feminista; no contexto do Movimento Negro surgiu a Teologia Negra. Não se pode ignorar, neste contexto, a irrupção da Teologia da Libertação na América Latina, na sua relação com os movimentos sociais das décadas de 60 e 70, que influenciaram grandemente a Teologia Gay que se articula neste período. Além disso, informam e influenciam este debate a nova área de estudos acadêmicos definida como Estudos Gays e Lésbicos. Este campo acadêmico abandonará um discurso essencialista no âmbito das identidades sexuais para assumir posturas e construções ligadas à idéia de construção social, com a proeminência de estudos na área da sociologia (pgs.122 e 123).

O surgimento da epidemia da AIDS afetou sobremaneira a vida de pessoas homossexuais, seja pelo preconceito acentuado pela associação de tal doença às práticas sexuais homoafetivas, seja pelas mazelas que trouxe à saúde humana. Nesse contexto tensionado, fortalece-se a Teologia Queer, abraçando outras sexualidades dissidentes e voltando-se à espiritualidade.

A presença constante da realidade da morte exigiu respostas que não podiam ser dadas dentro de um discurso teológico assimilacionista fundado na idéia de uma identidade essencial e intrinsecamente “boa” do estilo de vida gay. Um dos temas que emerge com força é a espiritualidade gay. Inicialmente mais centrada em rituais que lidam com as questões de vida e morte, sobrevivência e luto, esta abordagem vai se voltar também para a análise e discussão de uma espiritualidade gay que, por fugir do controle e dos padrões eclesiais ortodoxos, representa uma forma de discurso teológico queer (p. 134).

Da necessidade de fortalecimento espiritual surgem as Igrejas Metropolitanas Comunitárias, também conhecidas como “igrejas gays”. Fundado no fim da década de sessenta por Troy Perry, esse modelo de igreja representa um espaço marginal de resistência e também potência de criação de novas teologias dissidentes. Através do trabalho de base e com influências da Teologia da Libertação (p.134/135), as Igrejas Metropolitanas foram reproduzidas ao redor do mundo, migrando do norte global para países latino Americanos como o Brasil¹⁴.

Perspectivas religiosas progressistas são uma realidade em determinados contextos da fé. Estariam elas também presentes no ambiente escolar? De que forma se articulam essas e outras formas de religiosidade na vida de discentes e docentes cristãs/aos, umbandistas, budistas, protestantes, ateus/eias? O que a produção acadêmica atual tem para nos contar a respeito da influência das religiosidades na escola? É cartografando os achados dessa pesquisa que investigaremos tais questões.

¹⁴ Tive a oportunidade de conhecer a Igreja da Comunidade Metropolitana do Rio de Janeiro em outubro de 2022, participando do *III Seminário Gênero, Sexualidade e Fé*, no qual apresentei o trabalho intitulado: *Feminismo e Religião*.

3. MERGULHO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS EM PROCESSO

Chegamos ao momento da análise dos achados. Retomando nosso objetivo, aqui investigamos como a produção acadêmica permeia as relações de gênero, sexualidades e religiosidade. Este capítulo é dividido em 3 seções: a primeira delas abordando as teses e dissertações selecionadas na plataforma BDTD/IBICT, a segunda diz dos anais da ANPED e a terceira e última, do material da ANPTECRE. As questões que compõem os objetivos específicos deste estudo se transformaram em subseções que nos auxiliaram no entendimento das motivações dos trabalhos, o envolvimento dos sujeitos com suas pesquisas, os diálogos presentes (ou não) entre religiosidade, gênero e sexualidades, as tendências teórico metodológicas privilegiadas e assumidas, tipos de pesquisa e técnicas utilizadas e, em destaque, os principais achados e lacunas apontadas nos materiais cartografados.

Assumir uma perspectiva cartográfica na pesquisa é questionar e descamar a ideia de método, como comumente conhecemos. Quais são suas vertentes? Como concebemos o método no dia a dia? O primeiro passo para refletir sobre essas questões é entender que antes do método sempre há uma experiência. Denise Najmanovich (2003), em *O feitiço do método*, faz uma analogia a respeito do trajeto em um mapa: de um ponto a outro se traça uma linha reta, indicando qual será a distância percorrida. Porém, destaca, a retidão da linha ignora o tempo chuvoso na estrada, as pedras e buracos no chão, a falta de gasolina, os atalhos encontrados, ou seja, os contextos tortuosos desse trajeto. Assim, não faz sentido pensar num método único, que leve a uma verdade absoluta sem abrir os olhos à estrada da vida. Eis “o feitiço do método”. “O feitiço do método reside nessa possibilidade de reescrever a história, deturpar o passado, exorcizar a complexidade e inventar uma estrada onde haja somente uma pegada difusa ou uma rede de trilhas entrecruzadas” (Najmanovich, 2003, p.31).

E por falar das experiências que constituem essa caminhada, são elas que dão sentido à construção de metodologias. A metodologia é um ponto fundamental no método, e é interessante perceber em quais contextos ela é valorizada, ou não.

É notável que, em quase todas as universidades do mundo, não exista uma disciplina denominada “metodologia da pesquisa” naquelas faculdades onde se ensinam as ciências exatas ou naturais; ao contrário, nas faculdades de ciências sociais e humanas, tal disciplina é quase onipresente (Najmanovich, 2003, p.31).

A ruptura do modelo cartesiano, o combate à ideia de um método único, não significou que não seriam utilizados instrumentos ou dispositivos, mas que se acreditou na

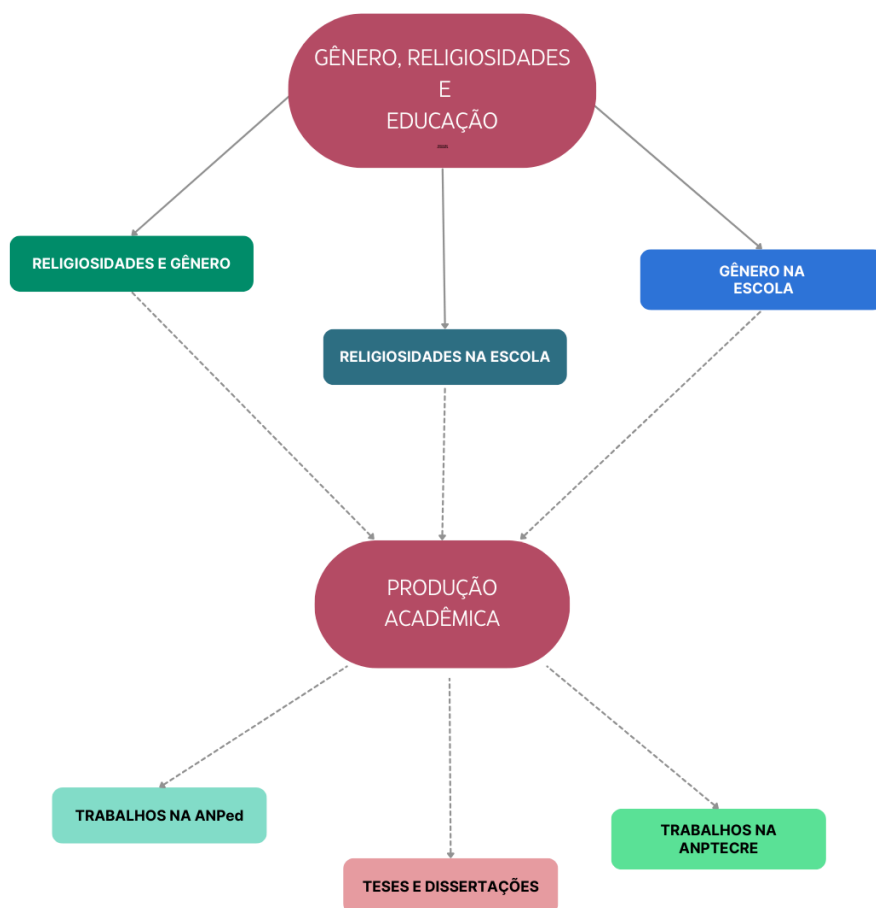
multiplicidade do caminho, na diversidade da vida e, admitindo que não há uma maneira certa de pensar, explorar e inventar.

Hoje é um desafio pedagógico pensar no acordo prático e teórico da pesquisa com o cotidiano, lançando mão de questionamentos “para quem e com quem se dá o fazer?”. É necessário entender epistemologia como uma formação étnica pela diversidade/pluralidade. Assumir a incerteza da vida é dar lugar a complexidade, a não linearidade dos processos. Desconstruir a ideia de método talvez seja o ponto onde essa pesquisa apresenta uma ruptura com padrões hegemônicos do pensamento. Mas, como bem pondera a autora, não se trata de “cair no abismo do sem sentido” (Najmanovich, 2003, p.35) e sim captar outros meios de conceber razão e cultura.

Falar sobre religiosidade e diversidade de gênero na Educação é o desafio lançado nesta investigação, um caminho imprevisível, difícil, audacioso e que só é possível percorrer, quando na prática docente, levando em conta a complexidade dos cotidianos escolares.

Será que em nossas escolas e em nossas salas de aula ainda caminhamos, com nossas práticas, na direção de anular aspectos das identidades dos estudantes? Será que os aspectos de homogeneização que muitas vezes promovemos, por meio do currículo, dos procedimentos didáticos, das relações pedagógicas e da avaliação, contribuem, de algum modo, para consolidar as relações de poder que atravessam as diferenças presentes no nosso alunado? (Moreira, 2019. p.15)

A partir dos referenciais teóricos da pesquisa, construímos a análise do material empírico no estudo do Estado da Arte produzido nesta dissertação. Busquei, de início, ensaiar a estrutura de alguns eixos temáticos que compõem a análise feita neste capítulo, mapeando-os nas possíveis categorias analíticas. No entanto, recordando o pressuposto da cartografia que nos leva para o imprevisível, outras categorias e subcategorias puderam emergir para nosso trabalho interpretativo em meio ao processo de maior adentramento no material empírico.



Mapa Mental. Fonte: Autora (2023).

Os caminhos da cartografia são variáveis, os mapas podem levar a descobertas inimagináveis, imprevisíveis, incertas e por isso mesmo, surpreendentes. O percurso da pesquisa apontou, justamente, possibilidades, problematizações e reflexões que dão suporte ao acompanhamento dos modos como o conhecimento acadêmico tem abordado e articulado às relações de gênero e sexualidades com a influência das religiosidades na produção acadêmica.

3.1 Religiosidade, gênero e sexualidades nas Teses e Dissertações:

O trabalho com Estado da Arte exige uma leitura atenta e assídua e, para tanto, os focos da pesquisa precisam estar evidentes. Busquei uma metodologia que pudesse me auxiliar: um questionário que, visando os objetivos específicos da pesquisa, engloba as indagações impulsionadoras na investigação dos materiais selecionados:

- Quais as motivações do trabalho analisado?
- Qual o envolvimento, a atenção da a/o/e pesquisadora/o/e com a temática?
- O trabalho estabelece relação/ diálogo entre os estudos de Educação e de gênero e as religiosidades?
- Quais tendências teóricas têm sido privilegiadas como ferramentas investigativas desse trabalho?
- Que pressupostos teórico-metodológicos foram assumidos?
- Quais os principais achados e as principais lacunas apontadas pela pesquisa em questão?

Outras questões de ordem sistemática também se fizeram pertinentes no processo investigativo, levando em consideração aspectos importantes mencionados por Romanowski e Ens (200, p.45):

- Quais os tipos de pesquisa usados no trabalho em questão (estudos de caso, descritivos, exploratórios,etc)?
- Quais as técnicas lançadas na pesquisa (entrevistas, questionários, documentação, etc)?

E aqui se inicia nossa jornada investigativa:

3.3.1. Das motivações e envolvimento:

*Dedico este trabalho a minha avó Maria Ester Monteiro (in memoriam),
que me ensinou que o saber não ocupa espaço,
a Ana, para que histórias como a dela sejam evitadas ao máximo,
e a todas as Moças nas encruzilhadas da vida.
Laroyê!
(Gomes, 2019)*

Falar sobre religião envolve cuidado. De maneira geral, pesquisadoras/es são levadas a essa temática por motivações muito íntimas, de fé, crença e ancestralidade que ultrapassam a formação profissional e acadêmica. É o meu caso, e também pude observar essa peculiaridade nos trabalhos analisados.

De início, é possível perceber que algumas pesquisas possuem caráter continuado, no caso das teses, de maneira mais evidente retomam a temática abordada no mestrado e no caso das dissertações, algumas se relacionam a experiências profissionais anteriores. É o caso da

pesquisa de Vicente Gregório de Souza Filho (2017), cuja relação com o tema educação sexual e adolescência surge desde trabalhos e vivências anteriores ao doutorado.

O autor mostra um envolvimento sensível com a temática, relata com pesar episódios de homofobia o qual presenciou e até um caso de suicídio. O interesse pela religiosidade também parte de algo pessoal: os anos como seminarista. Além das discussões de gênero e religião, a temática da violência contra a mulher e outras relações parentais (renda, escolaridade) fazem parte da pesquisa. A vivência enquanto praticante religioso também pôde ser observada na trajetória de Raphael Fernandes Gomes (2019), umbandista desde o fim da adolescência, iniciado na Tenda Espírita Cabocla Jurema, lócus de sua pesquisa e terreiro com o qual possui vínculo afetivo, localizado na Cidade de Deus - Rio de Janeiro. É bonita e emocionante a forma como protagonizou a figura feminina na sua escrita, debruçando-se sobre o poder das Pombagira.

Para Carlos Antônio Braga de Souza (2017), mestre em área relacionada a Estética da Religião e graduado em Artes, defende que “arte e religião, se não sinônimas, são análogas”(p.22). Compreender a religião para além do patriarcado monoteísta, reflete sua relação familiar com o tema da intersexualidade e com a militância intersexo. O pesquisador se coloca interessado pelas questões descolonizadoras da religião, relacionadas à intersexualidade. Como “brasileiro amazônico” (p.14), abraça uma perspectiva pós-colonial.

A familiaridade com o campo escolhido para se pesquisar é uma característica presente nos trabalhos analisados. Cátia Cândido da Silva (2017) possui similaridade profissional com discentes entrevistadas por ela, conhecendo um deles/as previamente. A escolha pela área da educação infantil se deu a partir da prática como coordenadora central de educação infantil da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Foi durante esse percurso, no decorrer das discussões com os/as professores/as, que emergiu nosso interesse em pesquisar acerca da construção de suas concepções sobre gênero, uma vez que esse tema, aliado a outros sobre diversidade, era um dos que gerava mais polêmica e controvérsia nos debates (p.1).

A autora é mãe e, através dos agradecimentos registrados em sua dissertação, mostrou-se uma pessoa cristã. Essa informação é compatível com de outras/es pesquisadoras/es e considero de relevância demarcar aspectos da subjetividade e ideológicos marcantes nas motivações das pesquisas. Doris Day Rodrigues Marques (2016) também é uma mulher cristã, parte de sua identidade o seu interesse. No momento da dissertação, era bacharel em teologia e envolvida com aconselhamento de mulheres e casais na igreja da qual faz parte. Buscou problematizar a noção de mulher que se tem tanto no cristianismo como em críticas à

ele, principalmente voltada ao trabalho doméstico em contraponto ao profissional de mulheres. Sua pesquisa leva em consideração aspectos de formação e subjetivos dos sujeitos envolvidos.

Embora não descreva sobre si na introdução da pesquisa, seu percurso pessoal e profissional até ali, percebe-se pelos agradecimentos da dissertação de Bárbara Pontes de Assis (2014) que se trata de uma mulher que é mãe, e cuja família teve especial importância no processo do mestrado. Quiçá, não à toa a área escolhida para o mestrado seja justamente em “Família na Sociedade Contemporânea”. A autora faz uma análise a respeito do conceito da violência de gênero, preocupada em não estabelecer padrões binários na discussão, também traz dados relevantes no tocante à violência doméstica, os ciclos de violência e estatísticas da época. Uma percepção curiosa é que ela não remete seu discurso de agradecimento a Deus ou a qualquer outra entidade religiosa, atitude quase unânime nos trabalhos analisados.

Só podemos falar de onde viemos. Neste ponto da análise, a minha atenção se voltou à importância de ressaltar que a pesquisa nasce de nossas experiências, de nossos desejos, de nossas inquietações e daquilo que nos move e nos inquieta. Enquanto experiência, entendo a noção abrangente de Larrosa (2002) na qual afetamentos diversos: emoções, sonhos, recordações nos permeiam e fazem parte de quem somos, uma vez que não há experiência descolada do sujeito. No caso das trajetórias acadêmicas aqui cartografadas, tais afetamentos são capazes de constituir saber, o saber de experiência.

A prática docente é uma experiência bastante evidenciada nos trabalhos analisados. Pessoas interessadas no campo da Educação justamente por pisarem ou terem pisado no chão da escola. O foco na Educação básica e pública também é um dado marcante. Como em pesquisas supracitadas, na de Anamaira Conceição de Santana Miranda (2014) o envolvimento com gênero e sexualidades através da sua atuação como professora e coordenadora pedagógica da Educação Básica desde 1988, tendo a oportunidade de atuar nos níveis da Educação Infantil ao Ensino Médio e também como mediadora em formação de professoras/es. Nesse cenário constatou a resistência da temática na prática escolar, bem como a reprodução dos papéis de gênero. Faz uma análise aprofundada de cada particularidade das 31 professoras nas disciplinas observadas na educação infantil, dividindo em cenas do cotidiano escolar.

3.3.2. Da relação/ diálogo entre os estudos de Educação e de gênero e as religiosidades:

Os três eixos principais desta dissertação foram procurados nas duas teses e cinco dissertações analisadas com o intuito de descobrir suas relações e a forma como cada autora/os estabelece.

Na maioria dos trabalhos, a pesquisa se deu no campo da escola, com contato direto entre seus sujeitos, sejam eles docentes ou/e discentes. No de Souza Filho (2017) a pesquisa está diretamente relacionado com a perspectiva teológica feminista e de gênero na Educação. Guacira Lopes Louro (1997) aparece como referência teórica no texto, e a relação com discentes e docentes é também direta.

Silva (2017) lida diretamente com os 3 eixos na medida em que são entrevistades profissionais da Educação Infantil do Distrito Federal a respeito de como as questões de gênero influenciam suas práticas. A religião, bem como família, formação e experiência profissional dos sujeitos da pesquisa, permeia a investigação.

Uma análise minuciosa dos sujeitos também foi feita por Marques (2016). A dissertação é especificamente da Área de Educação, e diz respeito à concepção de mulher (gênero) em escolas confessionais (cristãs evangélicas). O processo empírico ocorreu de maneira a focalizar as vivências de cada uma das 10 professoras que no momento da pesquisa lecionavam a disciplina de Educação Cristã no Ensino Fundamental I de 3 escolas no triângulo Mineiro, considerando seus aspectos subjetivos, de formação e também familiares.

Miranda (2014) aborda representações de gênero e questões concernentes a sexo e sexualidade na prática docente. Embora a pesquisa não aprofunde diretamente a temática da religiosidade, dedicando-se mais ao viés do gênero na Educação infantil, a religião das professoras é um fator descrito com relevância.

Outro aspecto identificado e importante de ser citado diz respeito à pertença cultural religiosa das professoras. Algumas delas trazem suas crenças religiosas como fator determinante nos pensamentos referente à sexualidade e no discurso vinculado às práticas educativas direcionadas às crianças. O discurso de Nelcina e Clotilde, as duas que tem pertença religiosa, o Candomblé, demonstram um posicionamento que pode ser traduzido como progressista. Mas observei também que a heteronormatividade norteia as práticas educativas limitadas a este grupo independente da opção religiosa, é mais do que isto. Mesmo com sua crença, ou, quanto àquelas que não possuíam religiosidade, todas as professoras demonstraram ter dúvidas sobre quais discursos devem ser vinculados nas suas práticas sobre gênero, sexo e sexualidade (p.142).

A maioria dos materiais cartografados nesta dissertação se contextualizam na Educação Formal. Entretanto, alguns trabalhos levam a reflexão a respeito da temática das religiosidades e gênero no âmbito da Educação não formal.

O mote do trabalho de Assis (2014) é entender a dinâmica da violência de gênero nas religiões cristãs. É notável a forma com a autora dá pistas de que trabalhar a temática nas igrejas seria também uma forma não formal de educar, inclusive citando roteiros de oficinas realizadas por igrejas na temática de gênero.

Dessa maneira, percebemos que mais que legislação e política públicas é necessário estabelecer uma educação e consciência igualitárias, só assim poderemos combater o ideal patriarcal que não só justifica a violência como a silencia revitimizando as vítimas (p.114).

A pesquisa de Souza (2017) também não está diretamente voltada à área da Educação, no entanto é interessante notar diferentes pontos de vista nas entrevistas que faz com pessoas vinculadas à universidade e às que não tiveram esta oportunidade.

Em Gomes (2019) a relação gênero - religiosidade é evidenciada na medida em que o autor atrela o empoderamento feminino ao universo da Umbanda, e também se debruça sobre aspectos da mitologia grega e judaico-cristã. Trabalho que possibilita, mais uma vez, a reflexão sobre a Educação fora do espaço formal. É inegável que a epistemologia da encruzilhada, as figuras das Pombagiras tanto educam, ensinam e agregam valores comunitários.

3.3.3. Das tendências teóricas privilegiadas e pressupostos metodológicos assumidos:

Nas discussões que permeiam a temática em comum dos trabalhos analisados, tendências investigativas convergem-se e diferenciam-se de forma interessante conforme a subjetividade de cada pesquisadora/or e sujeitos da pesquisa.

Com vistas a compreender a história da sexualidade e atuais movimentos de mulheres e LGBTQIAPN+, sua relação política e social com a religião, Souza (2017) aciona conceitos que envolvem, segundo ele, movimento de “atrair e repelir”. São elas o Protagonismo social e Direito à identidade. Também se debruça sobre a história do Androgenismo e hermafroditismo. A Teoria queer é utilizada e autores como Thomas Laqueur, Michel Foucault e Peters. N. Stearns são trazidos. O autor analisa também a História da Sexualidade e performance de gênero via Butler.

Sousa Filho (2017) fala das contribuições sócio históricas e culturais da abordagem de gênero, cita as implicações da psicanálise freudiana para a compreensão da sexualidade adolescente, bem como trata das ênfases da história da educação sexual no Brasil e as contribuições das teologias feministas para a educação sexual dos alunos. Metodologicamente sua pesquisa utilizou questionários com discentes e docentes, por meio

dos quais construiu análise das respostas, e por fim deu recomendações metodológicas às escolas: oficinas com temáticas de gênero e sexualidades, rodas de conversa, atualização curricular docente, reuniões em projetos interdisciplinares, criação de festividades e espaços de diversidade na escola.

Ao realizar pesquisa qualitativa, Silva (2017) lança mão de entrevistas narrativas com 3 docentes de instituições públicas de Educação Infantil do Distrito Federal, sendo: uma católica, uma sem religião, e um candomblecista. A Psicologia Cultural, a Teoria do Self Dialógico e a Teoria do Posicionamento fazem parte das tendências teórica, bem como a teoria bakhtiniana para os estudos em psicologia. Foi interessante perceber que a autora movimentou-se no sentido de destacar diferentes concepções sobre as relações de gênero e, especificamente, as concepções de gênero no Catolicismo e no Candomblé.

Metodologicamente, esta dissertação se aproxima da de Assis (2014), uma vez que a autora utiliza o levantamento do estado da arte, selecionando, no Banco de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), duas teses e oito dissertações que tratam da questão da violência, de gênero e religião no período de 2001 à 2011, através do método histórico-descritivo, pautado em categorias analíticas tais como tempo, violência e gênero. As referências teóricas e os conceitos abordados são extensos: Teologia Feminista por Ivone Gebara e Elizabeth Fiorenza, a temática da violência de gênero por Costa (2003), Colling (2004), Scavone (2008); a família como locus da violência em questão, por Bruschini (1989), Bourdieu (2012), Cavalcanti (2008), o conceito de conjugalidade, relação na qual eclode a violência, por Porreca (2007) e Singly (2007). A autora conceitua gênero, realizando um recorte histórico através de Butler (2010), Costa (2003), Gonçalves (2006), Marcelino e Dimenstein (2006), Saffioti (1987, 1994, 1997 e 2004); além de utilizar o conceito de Patriarcado por Pateman (1993) e Saffioti (2004).

Voltada à literatura da Bíblia e suas possíveis reinterpretações, a pesquisa de Marques (2016) permeia uma análise da figura da mulher na referida escritura e ao longo da História. A autora interessou-se em buscar Fundamentos do Ensino Religioso no Brasil e a Educação Cristã, debruçou-se também nos conceitos do Feminismo e da Teologia. A ferramenta utilizada na pesquisa foi a Técnica de Elaboração e Análise de Unidade de Significado, baseada na proposta de pesquisa fenomenológica, conforme postulam Moreira, Simões e Porto (2005). A técnica proposta pelos autores possui os seguintes aspectos: Relato Ingênuo, Identificação de atitudes e Interpretação.

Em Miranda (2014), a abordagem metodológica é qualitativa. A pesquisa para a coleta de dados utilizou dois instrumentos metodológicos: observação direta da prática docente,

subsidiada pelas orientações de Vianna (2013) e a técnica do grupo focal, apoiada nas reflexões de Placco (2005). Os referenciais teóricos baseiam-se na Teoria das Representações Sociais (TRS), a partir dos estudos de Moscovici (2012) e Minayo (2010). Em relação às teorias feministas há destaque, em especial, na Teoria do Ponto de Vista baseada nos estudos de Harding (2002), Haraway (1995; 2004) e outros estudos de Jaggar (1997), Sardenberg (2002) e Andrade (2011). Na busca de fazer a leitura dos dados empíricos foram utilizados, além das/dos autoras/autores citadas/citados, os pensamentos das/dos teóricas/teóricos: Butler (1998; 2001; 2002; 2003), Felipe (1999; 2007), Scott (1995; 1999), Lima e Souza (2002; 2011), Miskolci (2012; 2009; 2007), Messeder (2009; 2012), Louro (2012; 2010; 2008; 2003; 1997), Foucault (1996; 2006), dentre outros.

Gomes (2019) realizou uma pesquisa de campo pautada pelos métodos de análise temática de Laurence Bardin (1977) e da epistemologia das macumbas, sob a perspectiva do cruzo de saberes e da figura do pesquisador cambono estabelecidas por Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2018). Diversas tendências teóricas foram por ele privilegiadas: construção de gênero, com Judith Butler (1987 e 2015), Simone de Beauvoir (2016), Joan Scott (1989) e Heleieth Saffioti (2015), o conceito de patriarcado com Carole Pateman (1993), Kate Millet (2000) e Pierre Bourdieu (2010). Tratou também sobre o conceito de violência simbólica cunhado por Bourdieu (2010), fazendo um contraponto com questões atuais e cotidianas enfrentadas pelas mulheres através dos relatos presentes nos trabalhos das autoras Chimamanda Adichie (2018), e Rebecca Solnit (2017). Debruçou-se sobre a chamada “Terceira onda do feminismo” com Judith Butler (2016), Kimberle Crenshaw (1989 e 2017) e Angela Davis (2016), destacando questões ligadas à empoderamento feminino apresentados por autoras como Srilatha Batliwala (1997), Lucita Lazo (1995) e Joice Berth (2018).

3.3.4. Dos principais achados e lacunas:

Durante a análise dos trabalhos foi possível perceber características pertinentes de cada pesquisa sendo reveladas, tensionamentos entre os sujeitos, aberturas a novas possibilidades no campo estudado.

Com Souza (2017), pudemos conhecer vivências diferentes entre pessoas intersexo. Fugindo ao senso comum que relaciona o ateísmo a pessoas LBGTQIAPN+, as entrevistadas e o entrevistado revelam que, enquanto os dogmas religiosos são fonte de discriminação, a fé é algo que as move. Ambiguidades que fazem parte da vida. Também foi expressa uma situação de cansaço na militância intersexo, motivo pela qual uma pessoa se recusou a ser

entrevistada. A condição social des entrevistades demonstrou em que medida a discussão sobre intersexualidade pode ser mais aberta ou vista como invasiva, recrudescida. A reivindicação da pesquisa é o afastamento da religião na luta intersexo, pelo fim do controle dos corpos, das cirurgias de correção genital em crianças intersexuais.

Na perspectiva do cotidiano escolar, a pesquisa de Sousa Filho (2017), aponta a preocupação de docentes com as sexualidades na escola, professoras e professores que se mostraram dispostos a trabalhar com essa temática. Em relação ao corpo discente, foram estudantes com opiniões divergentes e algumas vezes positivas em relação à diversidade de gênero, no entanto, prevaleceram porcentagens altas nas respostas de cunho misógino, machista e homofóbico. Pertinente a interferência do conservadorismo cristão nesse pensamento.

A investigação evidenciou que os discursos das igrejas evangélicas e católica as quais os(as) alunos(as) frequentam ainda primam por uma visão patriarcal de gênero, onde as mulheres e os homossexuais parecem não exercer o devido protagonismo. Embora a pesquisa tenha ocorrido entre alunos(as) de escolas públicas não confessionais, ficou tangível a força que a religião ainda tem na vivência da sexualidade dos(as) questionados(as), vez que tanto evangélicos quanto católicos expuseram que as práticas sexuais fora do matrimônio redundariam em sentimento de culpa, o que vem ratificar uma visão repressiva e castradora e por demais negativa da sexualidade por parte dessas denominações religiosas” (p.206).

Metodologicamente, inquietou-me a não justificativa da divisão entre meninas e meninos no questionário da pesquisa de Filho (2017), e também restou a dúvida se esta divisão se deu antes ou depois das respostas analisadas.

A diferenciação entre posicionamentos religiosos de professoras/es também foi característico na dissertação de Silva (2017). Influências da religião, família, formação e experiência profissional foram pontos destacados na construção subjetiva dos sujeitos da pesquisa, de formas amalgamadas, ora convergentes, ora divergentes, portanto diferentes. Compreender de que forma tais interferências influenciam a prática docente foi uma lacuna, como pondera a autora:

O que, talvez, não tenha ficado muito claro durante as narrativas é se esse/as professor/as ponderam se a interferência de suas concepções em suas práticas pedagógicas pode atuar diretamente na constituição do conceito de si, das concepções de gênero e da identidade de gênero de seus/suas alunos/as. Deste modo, espera-se que uma das consequências desta pesquisa seja levar os/as professores/as a refletirem sobre sua participação como alteridade importante e influente na configuração e produção de significados de gênero de seus/suas alunos/as, uma vez que seus posicionamentos, valores e ações reverberam no ambiente intrapsíquico destes (p.159).

Também se tratando do contexto escolar, as professoras colaboradoras da pesquisa de Miranda (2014) se mostraram preocupadas com o que as mães, pais e responsáveis pensam

sobre o que é ensinado às/aos suas/seus filhos/filhas no ambiente escolar. Suas práticas pedagógicas reforçam estereótipos de gênero materializados em modos de vestir as crianças, cores das roupas, brincadeiras, brinquedos, ou seja, em diferentes elementos presentes na escola. A sexualidade foi vista pelas colaboradoras como algo que deve corresponder ao sexo biológico. Percebe-se que os meninos são submetidos a uma pedagogia da masculinidade e as meninas a construção da feminilidade. Percebeu-se também que as professoras demonstraram basear-se em pressupostos teóricos e filosóficos específicos da Biologia, Psicologia e da Religião para pensar ou atuar na escola com conteúdos referentes a sexo/gênero/sexualidade. A autora, no entanto, não considera por acabada a pesquisa, uma vez que “a grande quantidade e diversidade de dados coletados permitem dizer que esta análise está apenas começando. As possibilidades se desdobram em diferentes caminhos investigativos, que certamente serão percorridos, por diferentes pesquisadoras e pesquisadores” (p.144).

No Estado da Arte realizado por Assis (2014), Foi achada maior quantidade de pesquisas ligadas às religiões protestantes, nelas destacado maior protagonismo de mulheres no exercício da igreja e maior diálogo em relação às religiões judaico - cristãs e católicas. Ao abordar questões relacionadas ao patriarcado, verificou-se que este foi exercido de diferentes formas nas religiões pesquisadas. Outro ponto destacado foi a interferência da teologia feminista no combate à violência doméstica nos contextos de fé cristã. Considero pertinente a que Assis (2014) escolheu, entre o material analítico, uma dissertação onde foram entrevistados os homens e casais, com possibilidades de se visualizar o discurso opressor e coletivo na dinâmica da violência de gênero.

Percebeu-se que o Estado e as Igrejas se entrelaçam no domínio social, e que se antes não forem modificadas as bases ideológicas destas religiões no imaginário social, segundo a autora, não serão efetivadas as políticas públicas do Estado. A ausência de dados a respeito da incidência da violência doméstica na região pesquisada pode levar a refletir sobre a negligência do Estado no combate a esse crime.

No que se refere à realidade soteropolitana, não há dados disponíveis sobre a temporalidade cotidiana, do tempo que as mulheres levam para realizar a denúncia, nem que tipos de auxílio elas buscam antes de recorrerem a denúncia, levando em consideração variáveis como geração, renda familiar e pessoal, número de filhos, raça, religião. Sobre tempo do Estado, não encontramos dados que revelem o quanto dura o processo atualmente, o que nos sugere a necessidade de pesquisa (p.115).

Marques (2016) nos mostrou posicionamentos convergentes das entrevistadas em relação a certa autonomia da mulher, ainda que inserida nos moldes do matrimônio

heteronormativo. Também sua pesquisa revelou divergências que apontam diversidades e subjetividades outras na construção da ideia de mulher cristã.

Aqui, teço algumas percepções que me pareceram lacunas na pesquisa. Houve pouco envolvimento do estudo com as relações heteronormativas de opressão que culminam na desvalorização da mulher na Igreja, como a sobrecarga doméstica por exemplo.

Por outro lado, o paradigma do homem machão, provedor, que não sabe cozinhar, lavar ou passar, que não se “intromete” nos assuntos da casa, pois é coisa de mulher, também não se sustenta mais, pois quando essa mulher assume funções culturalmente instituídas como masculinas, quando ela sai para o campo de trabalho para trazer sustento para casa como ele, **pra que essa balança se equilibre** o homem também deverá tomar para si atividades antes consideradas apenas como femininas (p. 100). Grifos nossos.

A autora evidencia a visão do trabalho doméstico e profissional como culturalmente pertencentes a mulher e ao homem respectivamente, aliando a causa da exaustão feminina mais à superestimação da carreira profissional, do que do descomprometimento do parceiro com o trabalho doméstico, trabalho este que, penso, deve ser cumprido também pelo homem independentemente de sua parceira trabalhar fora ou não.

Em Gomes (2019), foi possível notar a importância das Pombagira nos processos de empoderamento feminino, sororidade, empatia, conselho, direcionamento e amparo às mulheres. Através da narrativa de suas últimas encarnações, tais entidades foram exemplos de mulheres de sofrimento e luta, seus conselhos vão ao encontro do auxílio em casos de violência física, moral e psíquica de mulheres, auxiliando-as também em casos de traição e dependência financeira. A figura das Pombagira se assemelha à realidade de mulheres (principalmente trans) que vivem em situação de prostituição. Por meio das conversas, foram revelados discursos contra hegemônicos e percepção ampla da constituição social, política e histórica das religiões. Conforme sugere o autor, a pesquisa suscita debate aberto e inesgotável.

3.3.5. Dos tipos de pesquisa usados e das técnicas lançadas:

Entrevistas, narrativas, pesquisas bibliográficas, estudos de caso, foram variadas as técnicas investigativas utilizadas nos trabalhos analisados, tendo eles algo em comum: pesquisas qualitativas.

Na dissertação de Gomes (2019), foi utilizada documentação (teses, artigos, dissertações), análise de conteúdo e entrevistas com as entidades Pombagiras, através de suas médiuns, bem como entrevistas com consulentes e também com a cantora tecnomacumba

Rita Benneditto. Ao todo 19 mulheres foram entrevistadas. Na pesquisa de campo, utilizou-se análise temática, descritiva, exploratória, explicativa, narrativa, e bibliográfica.

Miranda (2014) também realizou uma pesquisa de campo, centrada na observação docente através da técnica de Grupo Focal. Já no Estudo de Caso de Marques (2016) a autora foi à campo utilizando o método da entrevista e análise por quadros interpretativos. A pesquisa de Assis (2014) é quali-quantitativa e valeu-se do método analítico descritivo na constituição do estudo do tipo Estado da Arte.

Silva (2017) foi à campo com entrevistas narrativas, analisadas por meio do Método de Análise Temática da Conversação, formulando mapas de significados de cada narrativa analisada. A pesquisa empírica de Sousa Filho (2017) se deu através de questionários com questões fechadas para discentes e abertas para docentes, resultando na criação de gráficos para análise de porcentagem. Já Souza (2017) lançou mão de levantamento de dados bibliográficos, livros, artigos, vídeos e blogs. Uma pesquisa de campo com ativistas intersexo, contatadas via whatsapp, facebook e emails. A técnica utilizada foram as entrevistas.

Neste primeiro eixo das análises, houve muitos momentos de voo e pouso. Materiais extensos, consequência de anos de investigação e prática. Os momentos e contextos de afetamento foram aqui descritos e analisados, entendendo sua mobilidade e inconstância. Em alguns pontos houve o estranhamento, a indagação. Todavia, na maior parte do percurso, a sensação foi de admiração pelas trajetórias aqui descobertas e as pesquisas realizadas. São pesquisadoras e pesquisadores com caminhadas ímpares e que, em muitos casos, seguiram a carreira acadêmica. É urgente ressaltar a importância e legado dessas pesquisas como ponte semântica de reconhecimento e possibilidades para que outras, como esta, sejam realizadas.

A seguir, continuamos a análise dos achados, desta vez os que concernem aos encontros nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

3.2. Religiosidade, Gênero e Sexualidade nos encontros nacionais da ANPED

Os artigos selecionados narram diferentes trajetórias e perspectivas no contexto escolar. Suscitam compreender de que maneira a fé se encontra nele presente. Metodologicamente, continuamos seguindo nosso roteiro para melhor visualização da análise realizada.

3.2.1. Das motivações e envolvimento:

Compreender de que forma a religião e religiosidade estão presentes nos espaços institucionais escolares é, em grande medida, a preocupação das autoras e autores nos trabalhos dos artigos analisados. No caso de Gabriela Abuhab Valente (2015), seu trabalho articula-se com sua pesquisa de mestrado. A autora realizou um estudo de campo de caráter etnográfico durante um ano em uma escola de nível Fundamental 1 em Santo André - SP. A pertença religiosa das duas professoras que foram sujeitos da pesquisa, seu comportamento em sala de aula, características da personalidade, idade, formação e tempo de carreira foram aspectos levados em consideração no texto.

Envolvimento similar de atenção aos sujeitos da pesquisa foi percebido no artigo de Adriane Knoblauch (2015), que acompanhou-se 77 alunos do primeiro ao terceiro período do curso de Pedagogia de uma universidade federal, entre 2012 e 2014 levando em conta suas subjetividades até que se chegasse ao momento das entrevistas, realizada com quantidade menor de estudantes. Através do recorte de gênero, a autora coloca duas questões interessantes: “quais relações se estabelecem entre disposições religiosas e disposições pretensamente seculares veiculadas pelo curso de pedagogia? Em que medida disposições religiosas interferem no aprendizado e na prática de futuros professores?” (p.15).

A maioria dos trabalhos analisados neste estudo do Estado da Arte, dizem respeito a pessoas pesquisadoras que vão a um determinado campo, aos quais não pertencem diretamente. Poucos foram os casos em que o sujeito pesquisador é vinculado ao espaço pesquisado. Roney Polato de Castro (2015) era, na época, professor da disciplina de Pedagogia em uma universidade federal. A sala de aula é o lócus de sua pesquisa, que foi inspirada no Doutorado. A questão de seu estudo é a interferência da experiência religiosa nas discussões de gênero e sexualidades na formação docente. Mais uma vez, a proximidade com os sujeitos da pesquisa, neste caso tratando de mulheres religiosas (cristãs), fez-se presente, pela análise de suas impressões subjetivas através dos diários de bordo por elas escritos.

Heli Sabino de Oliveira (2015) pretendeu examinar o ensino da EJA em um ambiente não escolar, o Centro de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB), entendendo-o como espaço formativo de resistência e valorização das religiões de matrizes africanas, embora não se trate de um espaço propriamente religioso. A pesquisa leva em conta o arranjo espacial, a figura da professora e o material didático por ela utilizado. Houve uma participação atenta do autor em observar as atividades do CENARAB e entrevistar os sujeitos da pesquisa.

3.2.2. Da relação/ diálogo entre os estudos de Educação e de gênero e as religiosidades:

Em dois dos artigos analisados, gênero, religiosidades e Educação estão conectados. Knoblauch (2015) trabalha com os conceitos através das entrevistas com as alunas de pedagogia. No artigo de Castro (2015), o próprio título sugere a tendência voltada às temáticas: “*Formação docente, experiência religiosa e sexualidades: problematizações*”.

Mesmo em espaço não escolar, a pesquisa de Oliveira (2015) trata da educação formal, lecionada por uma professora da rede do Município de Belo Horizonte. O enfoque religioso é evidente e a temática das aulas abordou a questão da mulher negra na sociedade, bem como autoras e personalidades marcantes na educação e na religião, como Lélia Gonzalez e Rainha Nzinga, demonstrando conexão pertinente entre relações étnico raciais com as de gênero. Já Valente (2015) aborda as discussões concernentes à laicidade do Estado, religião e religiosidades na escola, estando ausente no artigo articulações voltadas a gênero e sexualidades nesse contexto.

3.2.3. Das tendências teóricas privilegiadas e pressupostos metodológicos assumidos:

Conforme as especificidades de cada pesquisa, foi interessante perceber as variedades teóricas e metodológicas nelas abordadas.

O texto de Valente (2015) contextualiza a desmonopolização da Igreja no controle da Educação brasileira a partir das influências da Revolução Francesa, os caminhos do Ensino Religioso nas constituições de 1891, sua institucionalização em 1934, e as discussões ainda presentes a respeito da disciplina após a constituição de 1988. Há, também, breve discussão a respeito dos conceitos de religião e religiosidade. A autora utiliza fontes como Berger e Weber para refletir sobre a escola como instituição social.

Além da pesquisa de campo foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos em periódicos A11 nas áreas de Educação, Sociologia, Antropologia e História, o qual suscitou o debate entre duas diferentes correntes acadêmicas a respeito da laicidade da Educação. Segundo a autora, um grupo seria aparentemente “parcial sobre o assunto, debatendo principalmente sobre leis e a questão dos direitos no que concerne ao currículo, à disciplina Ensino Religioso e ao princípio da laicidade do Estado”, sendo portanto desfavorável ao Ensino Religioso nas escolas, e o segundo mostraria uma visão múltipla do religioso, “ocupa-se das formas como os indivíduos carregam uma bagagem religiosa nos vários espaços pelos quais circulam, entre eles a escola” (p.4).

Fundamentalismo religioso, secularização e dessecularização são temas pertinentes em Knoblauch (2015). A autora analisa historicamente a construção de gênero e pontua os pilares Família, Escola e Religião como instâncias culturais interligadas. A análise foi fundamentada no conceito de *habitus* a partir de Pierre Bourdieu e de *habitus* híbrido e socialização segundo Setton.

Partindo das discussões sobre a temática da homossexualidade em sala de aula e a análise dos diários de bordo das estudantes, Castro (2015) investiga noções de regime de verdade, poder, sujeito e assujeitamento em Foucault (1999) e aborda estudos das sexualidades em Natividade e Oliveira (2013).

A pesquisa de Oliveira (2015), baseada nos métodos de entrevistas semiestruturadas e observação participante, coloca em relevo os conceitos de política de identidade, reconhecimento e currículo silencioso, através dos estudos de Gonçalves, McLaren e Frago.

3.2.4. Dos principais achados e lacunas:

Ainda em Oliveira (2015), foi possível perceber aspectos políticos que envolvem a entidade lócus da pesquisa, como a complexa relação entre raça e religiosidade. “o CENARAB visa dar visibilidade a uma matriz religiosa que foi ativamente silenciada, embora faça parte da realidade brasileira” (p.14). Em relação aos aspectos educacionais, o autor pontua:

Essa entidade atua tanto em conformidade com os princípios da lei 10639/03 quanto com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Isso pode ser visto nos arranjos espaciais, na mediação pedagógica e na coletânea de textos, nas ilustrações e atividades trabalhadas em sala de aula (p.14).

São caminhos de uma pesquisa aberta para possibilidades educativas também no espaço formal. Repensando “o cânone da escolar regular, com seus tempos e espaços rigidamente delimitados, a experiência de EJA no CENARAB pode se tornar uma fonte de inspiração para novas práticas educativas, em uma perspectiva emancipatória” (p.15).

Embora as trajetórias e histórias de cada estudante sejam diferentes, na pesquisa de Castro (2015) percebeu-se como o discurso religioso cristão atua na subjetividade delas, criando e estabelecendo regimes de verdade, universalizando concepções dogmáticas e apontando a conversão, enquanto única saída para os problemas no cotidiano da escola, especialmente ao ligados a indisciplina de crianças e adolescentes. As docentes em formação também coadunaram com o discurso biologizante que discrimina práticas homossexuais.

O autor, apesar dos desafios, considera “satisfatório que as estudantes incorporem algumas discussões sobre as multiplicidades das sexualidades e dos gêneros, tendo em vista sua constituição como pessoas e como futuras docentes atuando nas escolas de Educação Básica” (p.14).

Pesquisas como a de Knoblauch (2015) relatam que a religião está presente na escola, para além da disciplina de ensino religioso. Em relação à questão de gênero, a autora notou visões distintas: naturalização das diferenças de gênero, mescla entre o reconhecimento da imposição social mas com maior peso para questões biológicas, até uma posição que compreende o gênero como construção social.

Foi possível também perceber a preocupação com o processo de socialização profissional para a docência durante a formação inicial. A autora sugere que mais pesquisas sejam feitas a fim de que esse debate se estenda em cursos de formação docente inicial e continuada.

Observou-se que a trajetória anterior ao curso tem forte peso, assim como relações de amizade construídas ao longo do curso são capazes de influenciar na construção de disposições de habitus, distinguindo semelhantes e atuando como elementos de distinções. Além disso, o conteúdo religioso é forte e seleciona aprendizagens consideradas apropriadas ou não, possibilitando a constituição de um conjunto de disposições híbridas de habitus, neste caso específico, ora seculares, ora religiosas, que orientará futuros professores em sala de aula na condução do trabalho com seus alunos e alunas (p.15).

No trabalho de Valente (2015) houve a percepção da presença da religiosidade na escola em questão não por uma visão comum e estereotipada (santos, quadros, orações) mas de forma perene e subentendida nas práticas das duas docentes sujeitos da pesquisa. Com trajetórias bem distintas, enquanto uma se esquivava da abordagem religiosa nas suas práticas, a outra, por meio da linguagem e do gestual, mostrava a influência de sua religião na maneira de lidar com discentes. Ambas as professoras são de religiões cristãs e no caso de uma delas, houve um episódio de intolerância religiosa ao falar de uma religião de matriz africana. Ao final da análise, a autora coloca em xeque o modelo de laicidade francês reproduzido no contexto escolar brasileiro, afirmando que

Seria [...] oportuno admitir a presença de tal componente cultural (a religião) nas escolas e aproveitar para que ela seja uma oportunidade para se desvelar preconceitos e/ou intolerância e para promover reflexões sobre a temática. Por fim, remetendo as discussões sobre o Plano Nacional de Educação, esse estudo é uma contribuição para se pensar em perspectivas para uma prática docente reflexiva e tolerante (p.13).

3.2.5. Dos tipos de pesquisa usados e das técnicas lançadas:

Se, com relação às abordagens teórico-metodológicas, as pesquisas se diversificaram, pode-se perceber que as técnicas utilizadas e principalmente, o caráter das pesquisas é similar.

Todas elas possuem caráter qualitativo e envolvem trabalho de campo. Nas pesquisas de Oliveira (2015), Valente (2015) e Knoblauch (2015) foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Os trabalhos também envolveram observação participante, com exceção do de Knoblauch (2015), que lançou mão de questionários a respeito do perfil discente, suas aprendizagens até o momento do curso, e sobre questões ligadas à religião e religiosidade.

Em Oliveira (2015), Castro (2015) e Valente (2015) trabalhou-se com a técnica do uso de documentação. O primeiro autor analisou o material didático utilizado nas aulas da EJA na instituição lócus da pesquisa. O segundo realizou a análise dos diários de bordo produzidos pelas estudantes participantes do estudo. A terceira autora lançou mão de levantamento bibliográfico nas principais plataformas de pesquisa acadêmica.

A ANPED é uma associação de impacto grandioso na Educação brasileira, seus eventos e anais expandem perspectivas e possibilitam debates diversificados a respeito do papel social da Educação. Configura-se um desafio a abordagem das temáticas que envolvem religiosidades, gênero e sexualidades, conforme nos mostra a análise dos achados.

Chamou-me atenção o fato de o artigo de Heli Sabino de Oliveira (2015) possuir dois pontos em comum com a dissertação de Raphael Fernandes Gomes (2019): tratam de religiões afro-brasileiras e a pesquisa encontra brecha em ambientes não escolares. Tal contexto me fez recordar um congresso do qual participei em 2023¹⁵, cujas temáticas eram voltadas à religião. Na ocasião, uma das palestrantes no debate afirmou, por ser professora e umbandista: “minha fé fica do lado de fora da escola”, um desabafo sobre a censura e repressão que sofre ao manifestar sua religião dentro da sala de aula. Diversidade religiosa é uma das temáticas que de maneira mais estreita encontra-se nos trabalhos, os quais apresentam um quadro no qual religiões dissidentes são constantemente invisibilizadas.

Dentro das categorias encontradas nos grupos de pesquisa da ANPED, há o GT23, onde se encontram os trabalhos cuja temática principal diz respeito à discussão de gênero e sexualidades. Os achados relacionados também são *corpus* de análise desta dissertação.

¹⁵ Trata-se do VI Congresso de Diversidade Cultural e Interculturalidade de Angra dos Reis, realizado pela Universidade Federal Fluminense. Participei apresentando o escopo desta pesquisa.

3.2.6. Trabalhos relacionados ao GT 23 da ANPEd

Nesta seção analisaremos o material listado no Quadro 4 desta dissertação, com respeito ao Grupo de Trabalho número 23 da ANPEd, no qual são contemplados trabalhos cujos temas se relacionam especificamente à gênero e sexualidades na Educação.

3.2.7. Das motivações e envolvimento da pesquisa:

Discutir a influência do discurso da “ideologia de gênero” no contexto educacional é um ponto em comum em todos os trabalhos analisados nesta seção. Para Thais C. M. Gava (2019),

Trata-se de um exercício analítico para entender quais as estratégias utilizadas pelo campo ultra-conservador para o enfrentamento do discurso dos direitos humanos, as escolhas feitas no presente para a manutenção dessa proposta dentro de um projeto de sociedade e, quem sabe, a construção de elementos que possam problematizar e criar alternativas para esse discurso (p.1).

A autora focalizou momentos históricos da política do Brasil, próximos à época em que escreveu, um ano após as eleições de 2018, e suas consequências na abordagem de gênero e sexualidades no campo da Educação.

As pesquisadoras Lisiane Goettems, Maria Simone Vione Schwengber e o pesquisador Rudião Rafael Wisniewski (2017) se atentaram a analisar os contextos político-sociais que levaram à disseminação de terrorismos como a “ideologia de gênero” e o “kit gay” na mentalidade da população e na consequente barreira a processos democráticos na política educacional brasileira. Motivou-lhes “compreender como as formações discursivas acerca da diversidade sexual circulam (ou não) na escola e como o tom religioso, por vezes, encontra espaço na educação, em um Estado Laico” (p.1).

No artigo de Jasmine Moreira (2017), há um diferencial no que concerne a abordagem da pesquisa. Além de refletir sobre o afetamento da “ideologia de gênero” no campo escolar e suas diretrizes, destaca o apelo mercadológico que se apropria das pautas em favor da diversidade. No contexto educacional, a autora se aprofunda em discursos políticos que culminaram na retirada do termo gênero da PNE de 2014.

Carolina Langnor (2017), ao abordar “os efeitos do pânico moral sobre o movimento feminista”, problematiza “como o feminismo radical do início dos anos 1960 é ressignificado nos grupos formados por feministas universitárias que se autodenominam radicais” (p.2).

Esse artigo tem algo peculiar em relação aos outros por fazer críticas ao feminismo radical no controle das sexualidades.

Roney Polato de Castro (2017) aparece novamente entre as autorias deste Estado da Arte. O autor analisa dois conjuntos de dados: o primeiro voltado a pesquisas no campo da educação e o segundo a respeito de um material anti “ideologia de gênero” produzido por uma arquidiocese com sede em uma cidade do interior de Minas Gerais.

As motivações para produção deste texto partem da constatação e monitoramento dos debates públicos que tomam como centralidade a abordagem dos múltiplos aspectos das sexualidades e gêneros na educação, tanto no contexto nacional, a partir das notícias que circulam nas redes sociais e sites da Internet, quanto no contexto local, a partir da participação em audiências públicas na Câmara Municipal, mesas redondas, rodas de conversa e outras atividades acadêmicas, que intentam fomentar o debate e problematizar a construção e o efeito dessa rede discursiva, a qual toma a abordagem das relações de gênero e sexualidades pelas instituições educativas como nociva às crianças e jovens (p. 1).

Yasmin Serra Lino (2019) fez uma pesquisa exploratória no banco de textos do GT 23 da ANPEd buscando materiais que convirjam com sua linha de pesquisa. Seu trabalho é resultante de uma pesquisa de mestrado em andamento com a temática de Gênero e Sexualidade no Movimento Escola sem Partido no Brasil.

O ensaio de Marcos Felipe Gonçalves Maia (2019) é baseado em estudos de gênero e educação iniciados no processo de Mestrado do autor, que realizou um estudo aprofundado utilizando mais de 70 materiais jornalísticos online. Ele denomina este processo como uma autoetnografia.

No processo de construção do objeto de pesquisa, justamente pela minha identidade e subjetividade, sentimentos de dor e angústia perpassaram os dois anos do mestrado. Ler comentários de ódio na internet deu um certo desespero em relação à tanta raiva que as pessoas expõem no meio virtual e até mesmo em praças, calçadas, escolas... Essa angústia num primeiro momento assustou, mas depois se transformou em força para inclusive entender melhor o momento por que passamos (p.6).

3.2.8. Da relação/ diálogo entre os estudos de Educação e de gênero e as religiosidades:

Os trabalhos analisados de modo geral têm intrínseca relação com os três eixos temáticos desta dissertação.

O problema em questão abordado pelo artigo de Gava (2019) são as consequências do conservadorismo religioso nas decisões concernentes à Educação e que afetam a Laicidade do Estado. Em Goettems, Schwengber e Wisniewski (2017) há indícios da presença do

conservadorismo cristão no campo político, a exemplo da Bancada Evangélica, como uma barreira ao acesso à diversidade na escola. O tema central da discussão de Moreira (2017) também permeia o campo educacional. Gênero, religiosidades e educação são entrecruzados na pesquisa de Castro (2017). Em Maia (2019), no tocante à “ideologia de gênero” e Escola sem Partido, toda a problemática do discurso religioso conservador é levada em conta. No levantamento bibliográfico realizado por Lino (2019), os achados acabam esbarrando em temáticas concernentes ao conservadorismo religioso cristão.

O artigo de Langnor (2017) estabelece relação entre vertentes do feminismo e a questão da transexualidade. Por serem entrevistadas estudantes universitárias, o campo da pesquisa é o educacional. Embora o artigo não mencione ou faça alusão a aspectos da religiosidade neste contexto, julgo que quando trata dos valores e preceitos da instituição Família no controle dos corpos e no apelo ao sexo enquanto eroticidade, ficam implícitos aspectos do discurso conservador religioso nessa temática.

3.2.9. Das tendências teóricas privilegiadas e pressupostos metodológicos assumidos:

Conforme as temáticas dos artigos foram sendo aproximadas, foi possível perceber tendências teóricas-metodológicas semelhantes e convergentes.

O artigo de Gava (2019) tem base analítica bibliográfica, não pertencendo a um processo empírico, ou um estudo de caso. Aspectos políticos como a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), e teóricos como “ideologia de gênero” (Junqueira, 2017), Pânico moral (Miskolci; Campana, 2017), discurso religioso e de fé dogmática construíram a discussão.

Análises voltadas a teorias foucaultianas estão fortemente presentes em muitos dos trabalhos analisados. Goettems, Schwengber e Wisniewski (2017) baseiam-se na formação discursiva destacada por Foucault na obra *Arqueologia do saber* (1997).

Quanto aos discursos, Foucault (1997) toma-os circunscritos por práticas que seguem determinadas regras, em suas possíveis regularidades de aparições. Foi também nesse movimento que Foucault (1997) se dedicou a pensar sobre a linguagem (dizível e visível), as imagens, suas relações (p. 2).

Os objetos de análise do artigo foram a imagem (charge) e a linguagem (narrativas escolares). Foi analisada de forma crítica a charge de Latuff (2013) “O sonho da bancada evangélica no Congresso Nacional”, bem como narrado um diálogo entre estudantes da EJA, concernente a opinião a respeito da implementação do Kit anti- Homofobia.

Moreira (2017) também utiliza da análise do discurso, discutindo os conceitos de ideologia de gênero, pânico moral, heteronormatividade (em Butler) e Governamentalidade Biopolítica Neoliberal (Foucault, 2004). A autora realizou um levantamento historiográfico baseado em dados da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

O trabalho de Langnor (2019) concerne entrevistas com estudantes universitárias feministas, análise das narrativas através do mapeamento “audiográfico”, em que buscou-se “sinalizar onde as vozes do feminismo radical atual encontram locais nas teorizações feministas”(p.2). Seguindo a linha discursiva analítica, a autora debruçou-se nos teoricamente na Audiografia por Philippe Artières e no pânico moral em Rubin (2003). Também utilizou das obras “A Ordem do Discurso” (Foucault, 2014, p. 25) e Desfazendo Gênero (Butler, 2004).

Castro (2017) relembra o trabalho de campo realizado no doutorado (supracitado e analisado nesta dissertação) com estudantes de pedagogia e seus diários de bordo, além de analisar cartilhas e materiais distribuídos nas igrejas através da arquidiocese em questão. Mais uma vez percebeu-se o uso de ferramentas conceituais foucaultianas e a discussão de temas como Escola sem partido, ideologia de gênero e o PNE de 2014.

Em Maia (2019),

Metodologicamente se construiu como uma autoetnografia percorrendo a experiência do pesquisador em analisar as dez noções subsunçoras advindas de uma pesquisa de mestrado em educação finalizada no ano de 2017, que estudou, por meio de análise de conteúdo, 77 textos jornalísticos online (p.1).

Categoria de gênero por Joan Scott (1986), (Heilborn, 1991) e (Butler, 1999), sexualidade a partir da compreensão de Foucault (1988), conceitos de Pânico moral e violência de gênero foram abordados pelo autor.

A pesquisa de Lino (2019) foi fundamentada teoricamente nas análises pós-críticas em educação, nos Estudos de Gênero e pressupostos foucaultianos.

Metodologicamente, optamos por selecionar trabalhos completos, apresentados na modalidade em comunicação oral no GT 23 e publicados nos Anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) entre os anos de 2008 a 2017. [...]

Para a coleta dos textos, utilizamos os termos “Escola Sem Partido” e “Ideologia de Gênero” para selecioná-los e também como conceitos potentes para pensar sobre as produções científicas nos últimos anos, observando sobre como essas questões atuais são problematizadas nos últimos anos na ANPEd (p.1).

3.2.10. Dos principais achados e lacunas:

Entre achados e lacunas uma tendência foi constatada: a presença do conservadorismo religioso na esfera educacional.

Gava (2019) destaca o papel da escola enquanto reprodutora de opressão e construtora de resistência, com base na construção e noção de poder foucaultianas:

Esse é um fato da história recente, apresenta, de maneira explícita, como as discussões de gênero estão articuladas a pautas macro do país, não como uma cortina de fumaça, como muitas vezes é alardeado tanto por representantes de campos conservadores, como progressistas, mas como um campo em disputa que vai muito além das questões pautadas pela naturalização das diferenças sexuais entre homens e mulheres, apregoados pelos defensores do ESP (p.4).

Para a autora, “um caminho possível é explorar essa entrada na escola e a maneira como esse processo vem sendo capilarizado nas relações entre as pessoas” (p.4).

Na realidade escolar, segundo Goettems, Schwengber e Wisniewski (2019, p.13) a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e a Bíblia Sagrada, mesmo raramente manuseadas ou lidas em sala de aula, estão presentes nela. Seus escritos podem aparecer na forma de se comunicar, e na constituição de cada sujeito, nas relações de poder, adoção de valores, modos de vestimenta, palavreado, etc. Direta ou indiretamente guiam ou interferem nas diferentes realidades, inserindo-se também no campo da educação.

É possível que a diversidade sexual na educação escolar tenha ainda suas emergências sombreadas, a percepção do Outro-diferente em vivência de alteridade marcada mais por formações discursivas pessoais (valores familiares, religião), do que pela formação discursiva constitucional (laica) (pgs. 14/15).

Moreira (2017) percebeu o discurso lgbt fóbico atacando setores educacionais e pesquisas acadêmicas, os movimentos sociais, os projetos de lei e os indivíduos que defendem igualdade de gênero e respeito à diversidade.

Nesse contexto, ressalta-se a importância do campo dos estudos de gênero no Brasil. Faz-se ainda um alerta para a necessidade de desconstruir este discurso por meio da pesquisa e da prática acadêmicas, evitando sua interferência sobre a produção científica, as políticas públicas educacionais e a vida da população LGBT (p.1).

No artigo de Langnor (2019) há a diferenciação entre o feminismo radical da segunda onda 1960, e o “novo” feminismo radical, que, conforme a análise da autora, exclui pautas das transgeneridades. Ao se afastar do feminismo liberal, a entrevistada que foi sujeito da pesquisa em questão mostra que, em sua opinião “crença”, a mulher cisgênera é quem pertence a categoria da mulher, ela reivindica o fim do gênero, mas ao mesmo tempo determinando quem pertence ou não a ele, numa visão mais ensimesmada do que coletiva. A autora conclui que “se faz urgente compreender que as lentes turvas do pânico moral estão

facilmente disponíveis para qualquer outra vertente do feminismo, oferecendo muitas possibilidades de tropeço para o movimento” (p.15).

Castro (2019), entendendo que a religião perpassa de forma heterogênea as relações sociais, encontra influências do conservadorismo cristão no contexto educacional e , fortemente o apelo da igreja em uma “pedagogia religiosa” de combater a diversidade na escola e promover o pânico moral. Ele reforça a importância de “ [...] insistir nas abordagens das diversidades sexuais e de gênero, a partir dos estudos das relações de gênero e sexualidades contemporâneos, em todos os espaços educativos” (p.17).

Para Maia (2019,p.1), ainda que sejam lidos e usados de forma equivocada, estudos de gênero e pensadoras/es dele tornaram-se pauta dentro de contextos conservadores, visibilizadas. Assinala ainda a importância de usar a plataforma midiática como ferramenta de informações e divulgação de estudos e pesquisas em prol da diversidade. Por fim explana o que nomeou como as dez noções em relação à “ideologia de gênero”:

1) “Ideologia de gênero” como sendo contrária a concepção natural e “biológica” dos gêneros binários masculino e feminino; 2) “Ideologia de gênero” como prática gay, ou do movimento gay; 3) “Ideologia de gênero” como possibilidade de destruição da família [tradicional]; 4) “Ideologia de gênero” como promotora da sexualidade precoce; 5) “Ideologia de gênero” como má compreensão do conceito de gênero; 6) “Ideologia de gênero” como usurpadora da educação moral familiar; 7) “Ideologia de gênero” como conhecimento não científico; 8) “Ideologia de gênero” como uma teoria autoritária; 9) “Ideologia de gênero” como produtora de inconveniências; 10) “Ideologia de gênero” como contrária a uma sociedade onde a Bíblia junto com a Constituição Federal e o Código Civil são pilares da sociedade.

Posterior à análise dos materiais feita no trabalho de Lino (2019), houve a relação entre Escola sem partido e ideologia de gênero no cotidiano de crianças na escola. Ela ressalta que os textos discutidos denunciam quais “grupos religiosos e ultraconservadores estão no cerne da profusão e disseminação dessas ideias que apresentam o intuito de construir um discurso unificado para tentar cessar e proibir o debate das temáticas de gênero e sexualidade nas escolas” (p.2).

3.2.11. Dos tipos de pesquisa usados e das técnicas lançadas:

Se na temática e nos demais tópicos analíticos as pesquisas analisadas convergem, os tipos de técnicas utilizadas diferem-se em aspectos empíricos e exploratórios.

A pesquisa de Gava (2019) tem caráter exploratório e bibliográfico. Moreira (2017) lança mão de um estudo descritivo concernente a leis e processos políticos de enfrentamento à diversidade na educação. O artigo de Maia (2019) é exploratório e de caráter etnográfico.

Também exploratória é a pesquisa de Lino (2019), na qual a autora realizou um levantamento bibliográfico através de busca online.

Já em Goettems, Schwengber e Wisniewski (2017) houve um estudo de caso, bibliográfico e de campo com Leila e Leonel, alunos do noturno, matriculados em instituição pública, no Programa de Educação para Jovens e Adultos-PROEJA. As técnicas lançadas foram a análise de documentação (charge) e análise de narrativa dos sujeitos da pesquisa. Pelo mesmo viés caminha a pesquisa de Langnor (2017), cujas técnicas utilizadas no estudo de caso foram entrevistas e análise narrativa. Castro (2017) utiliza de documentação e análise de narrativas em seu estudo de caso.

Desde o início da pesquisa, foi possível perceber que, à medida em que se tensionam as questões de gênero e religiosidades, mais evidentes ficam narrativas conservadoras, principalmente, no cenário político educacional. Os trabalhos analisados no GT23 da ANPED discutem, em grande medida, as consequências dos movimentos neoliberais na política, como a ideologia de gênero, nesta dissertação também abordada.

A próxima seção dedica-se aos materiais disponíveis nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião.

3.3. Religiosidade, Gênero e Sexualidade na ANPTECRE

O campo das religiosidades é diverso e, academicamente, organiza-se em áreas do conhecimento específicas. Foi pertinente à pesquisa extrapolar a área da Educação para investigar como a temática se dá em pesquisas no campo das Ciências da Religião. Para tanto, o lócus de busca selecionado foram os anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião. A seguir, analisamos os resultados da seleção dos achados.

3.3.1. Das motivações e envolvimento:

Entre o Xangó e a Macumba, a Umbanda e o Candomblé: Representações sociais das religiões afro-brasileiras pelos estudantes de três Escolas de Referência da Rede Pública Estadual da região norte da cidade do Recife é o título do artigo de Constantino José Bezerra de Melo (2013), uma investigação qualitativa que permeia espaços escolares próximos à terreiros tradicionais da capital pernambucana. O autor faz um apanhado histórico aprofundado a respeito das religiões de matriz africana no Brasil, além da contextualização

histórico-cultural dos africanos e da formação das religiões afro-brasileiras, passando pelas fases históricas destas até chegar em suas tipologias no Recife - PE: Catimbó ou Jurema, Xangô ou Candomblé, Umbanda e Xangô Umbandizado.

Discutindo as representações da categoria “macumba” no imaginário infantil, Geová Silvério de Paiva Júnior (2013) parte da experiência enquanto ainda graduando e participante de um projeto que consistia em temáticas étnico raciais para crianças de escolas do Recife, até chegar na pesquisa que envolve os discursos presentes no ambiente escolar sobre a macumba.

A temática de gênero e sexualidades é o foco do artigo de Aurenéa Maria de Oliveira (2013), que trata da influência do Currículo da disciplina de Ensino Religioso na noção de tolerância e intolerância no ambiente escolar, principalmente nas pautas que concernem a comunidade LGBTQIAP+ (à época do texto, chamada LGBTTTI- (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis e Intersex). O artigo faz parte de um estudo da autora, na época, em andamento inicial, realizadas 6 entrevistas com professores de ER: duas em escolas da rede municipal e 4 em escolas da rede estadual de Recife -PE.

O estudo realizado por Fernanda Marina Feitos (2017) é um recorte da pesquisa de Mestrado da autora, que concerne a ideia colonizadora da “naturalidade dos sexos” e a conseqüente concepção de que sexo e gênero são sinônimos. Trata das influências do senso comum e da moralidade cristã conservadora na problemática da diversidade no ambiente escolar e político partidário. Estão presentes na pesquisa perspectivas interseccionais, decoloniais e feministas.

Durante uma viagem para o Canadá, Fernando Cesar Bertolino Junior (2017) pode conhecer as chamadas igrejas inclusivas. Movido por sua subjetividade enquanto pessoa gay e cristã, aprofundou seus estudos a respeito da história e dinâmicas de tal configuração cristã e fez desse tema sua pesquisa. O autor, na época do texto, dava andamento à pesquisa de mestrado, que levou ao artigo. Seu interesse foi refletir a respeito de certa “formatação heterossexual” presente no fazer missionário das “igrejas inclusivas” no Brasil, principalmente as firmadas pelo neopentecostalismo. No campo, identificou-se como também um sujeito da pesquisa, observando variadas construções sexuais.

Passei a observar os discursos e pregações, analisando minha vida e o momento que vivia, com meus dilemas existenciais, sentimentais, afetivos, emocionando-me algumas vezes. Estava sendo afetado pela minha pesquisa, pois estava dando significado a ela, fazendo sentido a vários elementos de minha vida pessoal que estavam desestabilizados [...]” (p.372).

Em *Contextualizando o Ensino Religioso no município de Caruaru/PE*, Vantuir Raimundo (2017) buscou compreender o contexto da disciplina no município, levando em

conta a presença católica marcante na região. Percebe que Projetos Políticos Pedagógicos desenvolvidos nas escolas, envolvendo festividades religiosas, o artesanato de barro priorizam os estudantes “de um grupo religioso específico” e fortalecem questões culturais ligadas, principalmente, ao catolicismo. Sua trajetória enquanto pesquisador é marcada pelos desafios docentes, suas barreiras e limitações, e a pesquisa em questão surge da inquietação frente ao quadro exposto.

Sou professor de história da rede municipal e estadual de ensino há dez anos, além de lecionar ensino religioso na rede municipal. Observo que minha prática não ia de encontro a real necessidade e perspectiva dos educandos. Meu fazer docente é reflexo da minha concepção religiosa, por conseguinte fundamentada no catecismo católico, uma vez em que se referia a minha base de conhecimento nesse campo. Sempre percebi a falta de espaço, principalmente, com relação à formação pedagógica para troca de experiências e elaboração de planejamento (p.844).

O que motivou a pesquisa de Zuleica Dantas Pereira Campos (2017) foi a urgência de se problematizar os ataques às práticas religiosas realizadas na rede Mulheres de Terreiro do Recife (PE) feitos por setores religiosos neopentecostais e discutir o enfrentamento político social das lideranças do terreiro. A autora contextualiza a importância da rede no país e no Estado, bem como conversa com Vera Baroni, uma das lideranças do Mulheres de Terreiro.

A vida de Vera Baroni está inserida no contexto da luta popular, de defesa dos direitos humanos, do enfrentamento ao racismo, da militância partidária, das lutas das mulheres. Liderança sempre presente na luta a favor da causa da mulher. Iniciou sua trajetória de militância na igreja católica. [...]. Depois de uma longa trajetória política no mundo católico, sua militância como mulher negra a fez se converter às religiões afro-brasileiras. Hoje ocupa o cargo de Yabassé no terreiro Ilê Obá Aganju Okoloia. Sua trajetória política também a levou a se formar em Direito com especialização em Direitos Humanos e saúde coletiva (p. 893/894).

O processo de pesquisa no Mestrado levou Adriana Guilherme Dias da Silva Figueirêdo (2019) ao artigo *As margens como ponto de partida: Repensando o ensino religioso a partir das abordagens pós-coloniais*. Esse trabalho é voltado ao Ensino Religioso em escolas municipais de Recife, abordando pressupostos teóricos de descolonização curricular em políticas de ensino. Amparando-se aportes legais, a autora contextualiza a importância de uma abordagem laica da disciplina, “que contemplates a diversidade religiosa, considerando que pessoas cristãs são maioria dos sujeitos dos ambientes escolares analisados” (p.1).

Em *Religião - Espiritualidade e as pessoas LGBTI+*, Maria Cristina S. Furtado (2019) suscitou refletir sobre a diferença entre religião e espiritualidade, e, pelo viés cristão, associar a fé à construção de valores de justiça e equidade social. O artigo surge da pesquisa de doutorado da autora, que é membra fundadora do grupo de pesquisa Diversidade sexual,

cidadania e religião, PUC - Rio/CNPQ, com o tema da violência de gênero e diversidade sexual.

3.3.2. Da relação/ diálogo entre os estudos de Educação e de gênero e as religiosidades:

Assim como na análise dos demais quadros desta dissertação, os eixos principais gênero, educação e religiosidades encontram-se, ora emaranhados, ora apartados nas pesquisas. Discussões surgem e se estabelecem de maneiras diversas nos achados da ANPTECRE.

O artigo de Melo (2013) trata das questões concernentes às religiões afro-brasileiras e seus afetamentos na educação da rede pública de Recife- PE, não abordando questões de gênero e sexualidades. Já na abordagem de Paiva Júnior (2013), embora não seja especificamente o foco do artigo, as experiências narradas pelo autor a respeito do comportamento das crianças e suas atividades revelam nuances da construção de gênero, principalmente das masculinidades nas dinâmicas da escola em questão.

Na pesquisa de Oliveira (2013), gênero e sexualidades estão diretamente conectadas à disciplina de Ensino Religioso no campo estudado. Também Feitos (2017) relaciona o viés político- religioso e seus afetamentos nas discussões de gênero e sexualidades no Brasil.

Bertolino Júnior (2017) aborda as configurações religiosas presentes nas “igrejas inclusivas” e sua relação com a homossexualidade. Tive a oportunidade, relembro, de participar de uma palestra na ICM Rio e o que pude notar é que espaços como aquele apresentam-se como lócus discursivos de formação, informações e, ousou dizer, educativos.

Em Raimundo (2017), Religião e Educação estão interligadas por meio da temática do Ensino Religioso presente no texto. Já o mesmo não aborda a questão de gênero. O mesmo ocorre no texto de Furtado (2019), cuja pesquisa é voltada à espiritualidade ligada à religião.

Fora do contexto formal da Educação, Campos (2017) descreve uma comunidade de Terreiro na articulação social e política dos direitos de culto afro-brasileiro e indígena numa perspectiva de gênero. O que pode-se notar no artigo de Figueirêdo (2019) é que, não especificando a categoria de gênero, o trabalho envolve práticas e conceitos decoloniais em prol da diversidade religiosa.

3.3.3. Das tendências teóricas privilegiadas e pressupostos metodológicos assumidos:

Seguindo a perspectiva qualitativa de campo, o trabalho de Melo (2013) tem como aporte teórico da psicologia social a Teoria das Representações Sociais (TRS), elaborada por Serge Moscovici e trabalhada por outros teóricos, como Mary Spink, Denise Jodelet, Sandra Jovchelovitch e Pedrinho Guareschi.

Por meio da narrativa comentada das experiências no cotidiano escolar, Paiva Júnior (2013) permeia conceitos como intolerância religiosa, fundamentalismo religioso e diversidade religiosa, além, claro, de debruçar sobre o termo “macumba” e suas reverberações no campo estudado. Algumas das referências são: a obra *A macumba paulista*, de Roger Bastide (1973), *Negro, macumba e futebol*, de Anatol Rosenfeld (1993) e *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro* de Vagner Gonçalves da Silva (2007). Metodologicamente, o autor esmiúça que

O presente texto será uma etnografia do período de acompanhamento da turma do 5º ano (antiga 4ª série) da escola particular estudada na pesquisa. Esse período corresponde mais sistematicamente ao primeiro semestre do ano letivo de 2008 no qual a equipe de pesquisa acompanhou especialmente as aulas de artes, história, geografia, projeto interdisciplinar, dança, além da hora do recreio. As visitas à escola ocorriam em média de duas a três vezes por semana. Além das técnicas de observação através do acompanhamento intenso do campo, as crianças foram ouvidas não só nas conversas informais com os pesquisadores, mas também nas entrevistas semiestruturadas que buscavam captar seu depoimento a respeito dos temas a serem contemplados pela pesquisa (p.1).

O trabalho de Oliveira (2013) tem perspectiva teórica e metodológica pós-estruturalista. Foram realizadas entrevistas e diálogos a respeito dos emblemas da disciplina de Ensino Religioso nas escolas campo, abordando o caráter enviesado do tema em contrapartida ao caráter social relacionado à disciplina. Teoricamente, são aprofundados conceitos de Sexo e Gênero em Butler, a noção de currículo, e as leis concernentes ao Ensino Religioso, como a LDB de 1996 (Resolução CEE/PE Nº 5, de maio de 2006, em seu artigo 3º).

Em Feitos (2017) há uma reflexão teórico crítica concernente à Religião enquanto produtora de símbolos culturais, como aponta Geertz (2008), além de refletir a dicotomia de gênero em estudos de Lugones (2010) e o senso comum padronizando comportamentos, pela perspectiva de Rita Segato (1998).

Inicialmente, Bertolino Júnior (2017) aborda a história das igrejas inclusivas dos EUA ao Brasil, com pesquisadores como André Musskopf e Marcelo Natividade. Posteriormente, aciona o conceito de gênero em Butler para discutir a conformação heterossexual em determinadas práticas e comportamentos presentes nas igrejas analisadas.

De cunho qualitativo, a metodologia utilizada se vale primeiramente de levantamento bibliográfico e material a respeito das igrejas inclusivas em São Paulo,

assim como a problematização da relação homossexualidade e religião, fator este que levou ao surgimento destas igrejas. Em um segundo momento, a partir de visitas às duas igrejas inclusivas, como um observador participante, notar-se-á como as identidades homossexuais são construídas ou desconstruídas a partir do discurso religioso cristão pentecostal” (p.367).

A metodologia da pesquisa de Raimundo (2017) é explicativa e descritiva, um estudo de bibliografia específica e análise da construção do programa de ensino religioso do município de Caruaru. O projeto também se fundamentou no levantamento bibliográfico de obras que abordam a temática do Ensino Religioso, destaque os livros da Doutora em teologia Laude Erandi Braudenburg e do Doutor em teologia Remí Klein, especialistas em educação e religião.

Através da análise narrativa de campo, Campos (2017) aborda a história da rede Mulheres de Terreiro, além da entrevista com Vera Baroni. Temas como intolerância religiosa, leis de proteção ao culto e ao credo, incidência do pentecostalismo e neopentecostalismo nos ataques às religiões afro-brasileiras e indígenas são foco da pesquisa.

Figueirêdo (2019) realizou um levantamento bibliográfico, bem como a análise do conteúdo das considerações de 11 docentes sujeitos da pesquisa em três escolas da Rede Municipal de Recife. Os pressupostos teóricos da pesquisa permeiam estudos pós- coloniais, na perspectiva das epistemologias do Sul: Colonialidade do Saber, em Quijano (2002), diferença colonial e entrelugares, com autores como Mignolo e Vera Candau.

O texto de Furtado (2019) é expositivo e permeia dados e estatísticas, bem como o referencial teórico que embasa a reflexão proposta. O artigo aborda a espiritualidade e suas reverberações em vivências LGBTQIAP+. A autora aborda o surgimento das igrejas inclusivas e os desafios no combate à homofobia e violência de gênero tradicionalmente respaldadas pelos dogmas cristãos. Para a reflexão, referências cristãs como Karl Rahner e Ana Maria Tepedino, e no tocante a espiritualidade voltada para as pessoas LGBTQIAP+, James Martin e o Papa Francisco.

3.3.4. Dos principais achados e lacunas:

As diferentes proposições, investigações e períodos dos estudos realizados, bem como suas convergências são indicativos de pesquisas que caminham em direção ao aprofundamento da temática de gênero, sexualidades e religiosidades.

Em Melo (2013), como se trata de um projeto de pesquisa, essa ainda se encontrava em andamento, todavia, afirma o autor, as reflexões suscitadas por ela levam a promover a valorização da história e cultura afro-brasileiras conforme lei 10.639/2003.

O projeto de pesquisa vem contribuir cientificamente para problematizar as concepções de religiões afro-brasileiras que estão sendo construídas pelos estudantes no cenário das Escolas Públicas Estaduais de Referência, possibilitando uma análise de como a escola está tratando a educação das relações étnico-raciais, e em que medida as intervenções educativas indicadas na lei 10.639/2003 estão produzindo uma nova percepção da história da África e da cultura afro-brasileira (p.2148).

Na pesquisa de Paiva Júnior (2013) percebeu-se que nem todas as crianças do 5º ano da escola particular teorizam sobre a “macumba” ou acreditam nela, todavia parecem compreender certa profundidade que a distancia de uma simples “magia ou a bruxaria dos filmes, revistas e games infanto-juvenis”, utilizando de elementos de rituais de religiões afro-brasileiras como gestos de “sorte” em brincadeiras e competições. Também, através dos relatos de experiência com as crianças, foi possível perceber o uso do termo “Macumbeiro” como pejorativo e acusatório, tido pelas crianças na mesma lógica que o xingamento utilizado por elas: “maconheiro”. São categorias enquadradas em uma mesma lógica pelas crianças, termos ambos que “remetem a práticas não oficiais, degradantes e marginais.” A trajetória da pesquisa revela a urgência de uma modificação nas pedagogias tradicionais.

A existência de uma pedagogia da diferença que desmistifique a relação entre “macumba” e religiões afro brasileiras é essencial para a transformação da representação dessas religiões no imaginário infantil, tornando possível que as futuras gerações pelo menos sejam capazes de livremente executar um exercício de relativização da categoria “macumba” (p. 2171).

O que percebeu Oliveira (2013), na reelaboração de ressignificação do currículo de Ensino Religioso por docentes da rede pública da cidade de Recife, foi uma interação entre diversidade religiosa e diversidade sexual - reafirmando a posição de “anormal”, de “doentio” de segmentos LGBTQIAPN+, através “do uso das cosmologias religiosas retroalimentadas para reafirmar processos de exclusão socialmente enraizados” (p. 2205).

[...] ao percebermos nuances e performances de professores no trato com essa disciplina, observamos as lutas e inserções destes em universos religiosos que de certa forma, os ajudam a deslegitimar vidas e corpos considerados abjetos por não se enquadrarem na lógica sexual hegemônica (p.2205).

A principal crítica tecida por Feitos (2017) em seu estudo diz respeito à negligência do Estado em garantir cidadania e direitos a todos, e, falhando, este opera na produção de sujeitos de direitos e sujeitos de marginalização. Realidade esta que interfere na Educação.

Na escola, tais segregações são perpetuadas na cobrança das crianças por adequação aos papéis de gênero esperados. Esse esforço de associação entre gênero e sexo biológico, portanto, não se dá ao acaso, mas com o objetivo de manter a realidade organizada tal qual se acredita que ela é, o que, conseqüentemente, preserva a capacidade de influência religiosa sobre a população e sobre aquilo que a sociedade tem como senso comum (p.365).

Para Bertolino Júnior (2017, p.373), é nítida a distinção entre a igreja de matriz americana e a igreja de matriz neopentecostal no Brasil. “Esse neopentecostalismo “à brasileira”, faz com que as igrejas inclusivas tipicamente nacionais adotem posturas e discursos mais conservadores, possuindo assim fortes indícios de formatação à heteronormatividade.” O autor guia-se e provoca a reflexão lançando perguntas como: haveria uma formatação heteronormativa? A cultura gay deveria ser deixada de lado ou mantida dentro destas igrejas? Haveria influência na construção ou desconstrução das homossexualidades já estabelecidas?

Durante sua experiência enquanto pesquisador observador participante em cultos de duas igrejas, percebeu discursos que tendiam a enquadrar as expressões subjetivas e coletivas da homossexualidade em padrões de “missão, pureza e conversão” que seriam os únicos aceitos nesse modelo de instituição, evidenciando que as igrejas inclusivas em questão, embora atribuíssem caráter positivo referente à homossexualidade, mantinham entre si, posições diferentes no que concerne ao exercício da sexualidade. Sem ignorar a importância social e histórica das igrejas inclusivas na promoção de novas interpretações bíblicas, o autor instiga:

Nesse sentido, temos outra questão: essas igrejas assumem a diferença sexual como eixo de suas reivindicações, tornando-se assim militantes e adeptas a todas as “homossexualidades” ou elaboram discursos que tendem a apagá-las, normatizando os seus papéis dentro de uma estrutura heteronormativa? (p.374)

Os desafios do currículo também foram constatados no estudo de Raimundo (2017), que apontam para a falta de uma matriz curricular própria no desenvolvimento do ensino da religião no município de Caruaru, cenário que carece de mudanças efetivas nas propostas. Todavia, pontua o autor, tal mudança “enfrenta grande resistência por parte dos educadores, que por falta de um projeto pedagógico específico tendem a agir de acordo com a sua própria doutrina, além de se deixarem influenciar pelo contexto proposto pela rede municipal.” Esse comportamento acaba levando estudantes que seguem outra religião a isolarem-se, criando assim, grupos excluídos do discurso.

Verificamos que não há professores de Ensino Religioso, na cidade de Caruaru – PE, tal fato pode ser explicado tendo com base a falta de formação, e licenciaturas, específicas para tal área. Existe também a questão de que a disciplina é

desprestigiada nas instituições de ensino; além de alguns professores, mesmo aqueles (as) que estão com aulas de Ensino Religioso, não procuram uma formação continuada, quando ofertada, como ocorreu com a instituição particular, que abriu inscrição para o curso de Ciências da Religião, porque acham que não vale a pena. Pesa, ainda, a questão financeira, as mensalidades são altas, e, muitas vezes, o professor (a) não tem condições de tirar do seu orçamento aquele valor para a sua formação continuada (p.847).

No debate acerca do potencial do ER para formação cidadã, Figueirêdo (2019) trata de ações que possam promover a “inclusão das margens”, isto é, promoção de maneiras com que outras religiões ocupem espaço para além do cunho folclórico e festivo dentro das escolas. A temática encontrou resistências nas escolas campo da pesquisa, evidenciando a necessidade da formação continuada em Ensino Religioso e ações educacionais de incentivo à diversidade religiosa nesses espaços.

A pesquisa de Campos (2017) configura-se, entre outros aspectos, como uma denúncia a condição de fragilidade dos grupos de terreiro atacados pela violência neoconservadora, reflexo do poder que esta exerce tanto social como politicamente, ao passo que representantes das religiões afro-brasileiras não conseguem eleição no âmbito legislativo. A Rede de Mulheres de Terreiro faz-se uma frente poderosa na luta contra as perseguições, enfatizando a importância da luta coletiva de gênero e étnico racial.

A inserção dessas mulheres no espaço público como afirma Baroni na narrativa acima envolve identidade. E como ela mesma tem consciência, “ninguém fortalece sua identidade sozinha, sempre a comunidade tem que tá junto né? Pra fortalecer”. Então essas mulheres também lutam por uma conciliação e diálogo junto com as mais diferentes denominações afro-brasileiras (p.897).

Conforme frisa Furtado (2019), assim como no Brasil, países com maior crescimento de adeptos a religiões, apresentam maior rejeição à ciência e aos direitos humanos. A autora cita essa situação inversamente proporcional para destacar o quanto as formas de opressão e violência de gênero e sexual estão entranhadas à moralidade e conservadorismo religioso, principalmente em se tratando do neopentecostalismo. Politicamente, esbarra em emblemas do setor evangélico da Bancada Parlamentar, como a “cura Gay” e a censura ocorrida na bienal do livro em 2019. Também pontua as igrejas inclusivas e sua ação na contracorrente a esse contexto.

3.3.5. Dos tipos de pesquisa usados e das técnicas lançadas:

Técnicas convergentes e divergentes apresentam-se nas trajetórias das pesquisas cartografadas. Um olhar latente na realidade do campo escolar permeia trabalhos como os de

Melo (2013), Paiva Junior (2013) e Oliveira (2013), estudos de caso voltados ao trabalho de campo, realizando levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas. A abordagem antropológica por meio de metodologia qualitativa e análise de narrativas também se faz presente.

A pesquisa de Feitos (2017) não possui caráter empírico, trata-se, sim, de uma análise crítica a respeito do tema, com a utilização de documentações e aprofundamento nos principais referenciais teóricos incorporados no estudo. O mesmo ocorre na pesquisa de Furtado (2019), uma análise de cunho expositivo, descritivo e bibliográfico que envolve dados e estatísticas a respeito da temática de gênero e espiritualidade.

Raimundo (2017) utilizou métodos explicativos e descritivos em seu estudo de bibliografia específica e análise documental referente a construção do programa de ensino religioso do município de Caruaru - PE. Pela mesma linha caminha a pesquisa de Figueirêdo (2019), consistindo em levantamento bibliográfico, e análise do conteúdo das considerações de 11 docentes sujeitos da pesquisa em três escolas da Rede Municipal de Recife a respeito da disciplina de Ensino Religioso.

O trabalho de campo de Bertolino Júnior (2017), tendo o método da pesquisa de campo, diferencia-se por se tratar de observação participante em ambientes não escolares, as igrejas inclusivas. Assim como Campos (2017), cujo estudo de caso centrou-se, por meio de entrevistas, na comunidade da Rede Mulheres de Terreiro do Recife -PE.

Diversas tensões novamente vêm à tona quando o foco da nossa lente, a atenção do voo está sobre as religiosidades. Aspectos político sociais e partidários se fazem presentes nos achados, atentados à diversidade como a “Cura Gay”, o Estatuto da família, entre outros. Mais uma vez, foi possível notar que religiões afro-brasileiras não encontram local de apoio e expressão garantidos por lei dentro da Educação Formal.

A discussão central desta seção atravessou os aportes curriculares referentes à disciplina de Ensino Religioso. A implementação do ER como disciplina facultativa fornecida aos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental I pela LDB, foi e continua sendo terreno de discussões, entre outras questões, pela associação entre Ensino Religioso e Catequese – perspectiva vigente na Secretaria do Estado da Educação até a década de 1970; pelo processo de formação e capacitação de docentes, bem como a política de credenciamento de Entidades Religiosas nas escolas; pela forma como foram estabelecidas as normas da disciplina pela LDB, como a Lei n.º 3.459/00, que, no caso do Rio de Janeiro, a institui em caráter confessional nas escolas públicas; a formação e capacitação de discentes para lecioná-la, submetidas à política de credenciamento de credos e, destaque, pela incidência do proselitismo

religioso que impõe o cristianismo à medida que negligencia a aprendizagem de outras religiões e culturas, comprometendo a laicidade da Educação.

Afetades pelo percurso até aqui percorrido, atravessando subjetividades, percebendo desafios e também possibilidades, chegamos ao fim da análise dos achados, para a qual foram usadas 3 plataformas diferentes de busca e investigados 4 tipos de trabalho. No próximo, e último capítulo, algumas considerações fazemos, a fim de provocar e entrelaçar os rizomas, as correntezas desta cartografia que almeja desaguar em pesquisas futuras.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: BRECHAS, ABERTURAS E ITINERÁRIOS FUTUROS

A caminhada investigativa se fez até aqui seguindo percursos variados e mutáveis. Antepondo a experiência ao método, dúvidas, desconfiâncias e inquietações foram o farol condutor da jornada. Da conexão pessoal e estudos prévios a respeito de noções de gênero e o interesse pelo campo das religiosidades surgiu o objetivo de investigar como a produção acadêmica, na Pós-Graduação, têm focalizado as relações entre religiosidade, gênero e sexualidades, além de mapear a produção que se faz em divulgação de eventos na área da Educação e das Ciências da Religião.

O primeiro desafio foi compreender o que a pesquisa assumiria enquanto religião e religiosidade, discutindo (mais do que definindo) ambos os termos. Por meio de um breve panorama histórico e social das origens dos conceitos, foi possível a compreensão de que religiões e religiosidades são diferentes e não substituíveis entre si. Por *religião*, abrangemos todas as instâncias de organização religiosa e, entendemos *religiosidade* enquanto formas múltiplas de se expressar fé, crença, e também descrença.

Convidamos para a conversa pensadoras/es cuja reflexão apresenta um mergulho na temática, ou seja, abraçamos referenciais teóricos nacionais contemporâneos. Com Ivone Gebara (2017) e André Musskopf (2019) refletimos a temática que permeia a diversidade religiosa, feminismo teológico e teologias queer. No tocante ao gênero na Educação e seus desafios, as reflexões de Guacira Lopes Louro (1997) e Ana Mae Barbosa (2021) foram fundamentais.

Esta pesquisa também buscou aliar duas ferramentas teórico metodológicas importantes: o estudo do tipo Estado da Arte e a Cartografia, buscando pontos de contato entre ambas como pressupostos metodológicos centrais. Conforme estudos de Virgínia Kastrup (2014), Deleuze e Guattari (1995), a cartografia se configura como o acompanhamento de processos, e a conexão das chamadas redes ou rizomas. Para a análise temática que pressupõe o Estado da Arte, amparamo-nos na perspectiva de Joana Paulin Romanowski e Romilda Teodora Ens (2006).

Logo no início das análises do estudo do tipo Estado da Arte, pude perceber, nos títulos, agradecimentos e capítulos introdutórios dos trabalhos, como autoras e autores falavam sobre si, suas origens, sua ancestralidade, como chegaram até o presente momento acadêmico. Foi importante levar em conta a autoria, nela, as subjetividades se revelaram e nos

ajudaram, também, a ter noção do processo. Um aspecto investigado com atenção foi a parte pré-textual das produções: agradecimentos e dedicatórias. Ali, muitos indícios de subjetividade puderam aparecer, como filiação religiosa, aspectos familiares, etc. Nas introduções dos textos, também houve elementos que puderam revelar aspectos subjetivos. Aquelas linhas contavam histórias de vida, de resistência, saudades, alegrias, satisfações...um campo fértil de afetos e sensibilidades de quem as escreveu.

Falar em subjetividade pressupõe falar de corpo, uma vez que através dele são inscritas as trajetórias que dão forma aos sujeitos da pesquisa, incluindo-me aqui nesta análise. Só posso falar de onde estou. Minha geopolítica é fazer ciência no pós golpe passando pelas marcas antidemocráticas deixadas pelo governo anterior. Minha geopoética é ser feminista, mulher, mineira interiorana vivendo na Cidade Maravilhosa e com sonhos para alcançar.

Corpos não configuram apenas sujeitos e assujeitados, mas exercem seu poder de ser e estar no mundo, na academia, na pesquisa. Reverberações que acenderam luzes sobre o debate das subjetividades. Assim, foi possível sustentar a ideia de que o Estado da Arte pode dialogar, sim, com o método Cartográfico. O corpo é entendido por Foucault como lócus de opressão e produção de resistência. Margaret A. McLaren (2016, p.152) nos traz a interessante indagação:

O que, além de corpos, pode resistir? É meu corpo que marcha em protestos, meu corpo que vai às eleições, meu corpo que frequenta reuniões, meu corpo que boicota, meu corpo que faz greve, meu corpo que participa em operações tartaruga, meu corpo que se lança em desobediência civil. Corpos individuais são requisitos para ação política coletiva. Seja engajando na macropolítica da luta coletiva ou na micropolítica de resistência individual, são corpos que resistem. E essa resistência, como o poder, vem de todos os lugares - de movimentos sociais, de discursos alternativos, de acidentes e contingências, de intervalos entre várias formas de pensar, da desigualdade material flagrante e das reconhecíveis assimetrias de poder.

Talvez, refletir sobre a noção de subjetividade auxilie perceber que nos sujeitos, existem pessoas, arrancando categorias dissidentes do lugar do “Outro”, do anormal, do não universal. Mais do que buscar compreender aspectos pessoais e íntimos de cada sujeito, esse movimento se caracteriza pela construção de identidades que são cultural, coletiva e socialmente construídas.

Enquanto a indagação filosófica quase sempre centra a questão do que constitui a “identidade pessoal” nas características internas da pessoa, naquilo que estabeleceria sua continuidade ou autoidentidade no decorrer do tempo, a questão aqui seria: em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o status autoidêntico da pessoa? Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero

também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade? (Butler, 2018 p.34).

A escola é o lugar por excelência de produção e reprodução de comportamentos de opressão e resistência que atravessam os corpos em dinâmicas de poder diversas. Quando Foucault (1987) fala em corpos dóceis, também revela os locais de docilização dos corpos, estruturas físicas que abrigam o exercício do poder. Escolas cercadas por grades como em prisões, contendo imagens, signos e símbolos que denunciam e anunciam um currículo silencioso, que não necessariamente se encontra expresso nos materiais didáticos, mas faz parte do cotidiano do universo educacional.

Refletindo a respeito das interseccionalidades presentes nos corpos e sua constituição no espaço escolar, minha pesquisa abrange as questões relacionadas à religiosidades, gênero e sexualidades na Educação. De que forma a fé afeta as inter relações dos corpos no ambiente escolar? Há espaço para todo tipo de crença? Ou a presença de uma religião hegemônica dita regras dentro dessa esfera político-social?

Os trabalhos nesta dissertação cartografados são, em sua maioria, reflexo das tensões geradas pela discussão de gênero, sexualidades e religiosidades no cotidiano escolar. A prática do proselitismo religioso, ainda tão presente no contexto educacional, escancara as assimetrias entre expressões de fé vinculadas por exemplo, ao cristianismo e ao candomblecismo. Falar de gênero na escola é pecado? Não se pode desvincular a prática docente da formação pessoal religiosa? a diversidade na escola está a mercê de um currículo baseado em dogmas e de estrutura conservadora?

A análise dos achados não nos fornece respostas concretas, nem poderia, se tratarmos a cartografia como o fazer do cotidiano que nos é imprevisível. Aponta, sim, pistas de esforços que têm sido feitos por parte de pesquisadoras/es nas reflexões que suscitam mudanças de paradigmas para a Educação. Sem esconder os obstáculos, esta dissertação também identifica a necessidade de novos temas e novos enfoques, principalmente, metodológicos nas discussões que concernem gênero, sexualidades e religiosidades na produção acadêmica.

No tocante às questões de gênero e sexualidades, é perceptível o reflexo da construção social na aceitação de corpos e na rejeição de outros.

Seguindo Foucault, ao assumir a inscrição cultural do corpo, Butler mostra como sexo e gênero vem a ser escritos no corpo, em parte em gestos e expressões do corpo. Sua teoria performativa de gênero ilustra o produtivo aspecto do poder - categorias sexuais são produzidas e mantidas através de práticas sociais. Ademais, uns dos ardis do poder é fazer com que essas categorias pareçam como se fossem naturais. [...] Ou seja, o gênero é produzido através de ações. Faz-se o próprio gênero (McLaren,2016, p. 132).

Durante os meses de setembro e outubro de 2023, assistimos o desenrolar das tensões a respeito da implementação do projeto de lei relatado pelo Pastor Eurico, que proíbe o casamento homoafetivo no Brasil (PL-PE). Apesar dos esforços e conduta da Frente Parlamentar LGBTQIA+, o PL inconstitucional foi aprovado na Comissão da Família. Os principais argumentos deferidos contra as minorias nesse acalorado debate foram em relação a uma suposta “guerra entre a comunidade LGBTQIA+ e as Igrejas” principalmente nos setores evangélicos. Esse intento, a deputada Erika Hilton nomeou “ficção mentirosa”, uma vez que se trata de malabarismos políticos já muito conhecidos no cenário político partidário para provocar o pânico moral. Para a deputada, “fundamentalistas são diferentes de religiosos, são diferentes de cristãos.”¹⁶ O fundamentalismo religioso é que comanda trâmites perversos contra a diversidade no país.

No campo político da escola, muitas cruzadas se dão o tempo todo. A crença religiosa que pode influenciar posturas justas, honestas e bondosas em determinados contextos, também pode suscitar discriminação, opressão e violência, em outros. A criança “viada” que se revolta contra os colegas e rebola até o chão¹⁷, é um corpo que resiste e exerce o seu poder na contracorrente da moralidade. Um professor que decide colocar um ponto de Umbanda como atividade musical para crianças de uma escola da rede pública, exerce influência na promoção da diversidade religiosa em sala de aula. Uma diretora que impede que um menino entre na escola com uma mochila cor de rosa, exerce seu poder enquanto pessoa heterossexual e cisgênera.

São tantas camadas, tantas noções que permeiam a subjetividade no contexto da Educação. Ao nos depararmos com a realidade que difere da escola que quando crianças sonhamos em estudar, podemos cair na falácia de que esse ambiente é única e exclusivamente opressor. Lugar de exercício de poder, onde operam simultaneamente opressão e resistência, a escola tem papel fundamental na luta contra os preconceitos e em prol da diversidade. Esta pesquisa visa contribuir para que as múltiplas vozes na dinâmica do cotidiano escolar continuem ecoando, mostrando que falar de diversidade não é restrito a temas transversais e

¹⁶ As falas foram feitas por Erika Hilton durante a sessão da Comissão de Prevalência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família na Câmara dos Deputados, em 27 de setembro de 2023.

¹⁷ A passagem faz referência ao artigo de autoria de Ivan Amaro, Dilton R.J. Couto e Bruno R. Ganem, integrantes do NuDES, intitulado “EU REBOLO ATÉ O CHÃO MESMO!”: vidas precárias e corpos de gênero dissidentes no cotidiano escolar” (2021). Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2237-94602021000100303&script=sci_abstract> . 18/01/2024.

nem apresenta um risco às crianças, muito pelo contrário, uma educação pela diversidade abre portas à vida de qualidade, ao autoconhecimento, ao reconhecimento coletivo e dignidade.

Se a fé afeta? Posso afirmar que ela motivou o desenrolar desta pesquisa, aberta e inacabada, cujas raízes anseiam germinar em outras produções acadêmicas numa possível e futura trajetória a nível de Doutorado. Defendo a prevalência e ampliação desta temática na Educação, almejo contribuir em possibilidades de convivência, de criação, de modificação desse contexto. Não utopicamente, é um trabalho árduo e coletivo, uma luta de séculos da qual hoje posso dizer que faço parte, e resisto, enquanto pesquisadora.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **País regrediu 20 anos na educação com pandemia, diz secretário** Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-07/pais-regrediu-20-anos-na-educacao-com-pandemia-diz-secretario>> . Acesso em 26/06/23.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALTHAUS-REID, Marcela. M. **La teología indecente**: perversiones teológicas en sexo, género y política. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.

AMARO, Ivan; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro e GANEM, Bruno Rodrigues. “EU REBOLO ATÉ O CHÃO MESMO!?”: vidas precárias e corpos de gênero dissidentes no cotidiano escolar. *Rev. Exitus* [online]. 2021, vol.11, e020143. Epub 26-Mar-2022. ISSN 2237-9460.

AMARO, Ivan. Para discutir (ainda mais) gênero e sexualidade na escola: políticas e práticas de resistências. **Periferia**, vol. 9, núm. 2, pp. 5-15, 2017.

ANÁLIO, Jackeline Moreira. **Feminismo e religião cristã** : práticas artístico pedagógicas interseccionais em espaços de religiosidade. 2021. 42 f. Monografia (Graduação em Artes Cênicas - Licenciatura) - Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto. Do in: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/3570> . Ouro Preto, 2021 A.

_____. Org. Maracá Cultural. **Os Aparelhos** , 2021 B, mostra de performances Maracá Autoral- Criar e Resistir. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jmFUPVBoIqU&list=PL0ZqmV5_Hv_wp_cZAEHYC17oy47yRozLT&index=5> . Acesso em: 26/06/23.

ANPED. **Biblioteca da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, disponível em: <<https://www.anped.org.br/biblioteca>> . Acesso em 26/06/23

ASSIS, Bárbara Pontes de. **Violência de gênero em diferentes tempos**: enfrentamentos na esfera pública e privada. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2014. 132 f.

BARBOSA, Ana Mae; AMARAL, Maria das Vitórias Negreiros do. Arte e seu ensino: são caminhos para todes? *Revista Apotheke*, v. 7 | n. 3 | p. 7-11 |Santa Catarina, 2021.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte no Brasil**: várias minorias. Niterói. v.3 n.2, p. 129-163. 1. sem. 2003.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes,1990 (texto originalmente publicado em 1897).

BERTOLINO JUNIOR, Fernando César. IGREJAS INCLUSIVAS: UMA FORMATAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NA NORMATIVA HETEROSSEXUAL? ANAIS do VI Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião: **Religião, Migração e Mobilidade Humana**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Go, 13 a 15 de setembro de 2017.

BRASIL. **LEI Nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade e dá outras providências

BRASIL. **LEI Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade / Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2018.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira, A REDE DAS MULHERES DE TERREIRO E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA. ANAIS do VI Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião: **Religião, Migração e Mobilidade Humana**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Go, 13 a 15 de setembro de 2017.

CARDITA, Ângelo Dos Santos. Cinco motivos para estudar religiões. Anais do 3º Congresso Nacional da ANPTECRE. Teologia e Ciências da Religião: **Interfaces**, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2023.

CASTRO, Roney Polato de. **Gênero, sexualidade, religiosidade e escola**: problematizando relações. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017 A.

CASTRO, Roney Polato de. Pedagogias Religiosas no combate à “ideologia de gênero”: efeitos de saber-poder-verdade. **38ª Reunião Nacional da ANPEd**. GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação UFMA – São Luís/MA, 2017 B.

CDD-BR. Site **Católicas pelo Direito de Decidir**, disponível em: <www.catolicas.org.br> . Acesso em 26/06/23.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa. GÊNERO NO BRASIL: BINARISMOS E REPRODUÇÕES PATRIARCAIS NO DISCURSO POLÍTICO-RELIGIOSO BRASILEIRO. ANAIS do VI Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião: **Religião, Migração e Mobilidade Humana**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Go, 13 a 15 de setembro de 2017.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. in **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em Educação. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

CUNHA, Vivian Fukumasu da. ROSSATO, Lucas. COMIN, Fabio Scorsolini. Religião, religiosidade, espiritualidade, ancestralidade: tensões e potencialidades no campo da Saúde. V.10 N 1 –pp. 143 a 170. Paraná: **Revista Relegens Thréskeia**, 2021.

EDUCAÇÃO & INSUBMISSÃO. **Ensino religioso escolar**: caminhos normativo-pedagógicos. Faculdade de Educação da UFRJ - Programação da Semana da Educação UNIRIO. Rio de Janeiro, 2022. Duração: 1 hora, 49 minutos e 7 segundos. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-TsALwLBWRY> > Acesso em: 03/08/2022.

ESCOLANO, Augustin. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: **Currículo, Espaço e Subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

FALCÃO, Sérgio da Cunha. ENTRE AFLIÇÕES E BOM ÂNIMO: ANSIEDADE, DEPRESSÃO E RELIGIOSIDADE EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS. ANAIS do VI Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião: **Religião, Migração e Mobilidade Humana**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Go, 13 a 15 de setembro de 2017.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade** [online]. v. 23, n. 79, pp. 257-272, 2002,.

FIGUEIRÊDO, Adriana Guilherme Dias da Silva. As margens como ponto de partida: Repensando o ensino religioso a partir das abordagens pós-coloniais. Anais do VII Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião: **Religião e Crise Socioambiental**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

FILHO, Kleber Prado; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. Barbaroi [online]. 2013, n.38, pp. 45-49. ISSN 0104-6578. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, **Vozes**, 1987. 288p.

FREIRE. Ana Ester Pádua. Perversão teológica: notas sobre a Teologia Indecente de Marcella Althaus-Reid. **Periódicus**, Salvador, n. 14, v.1, nov.2020-abr.2021

FREIRE, Paulo. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREUD, Sigmund. Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise. **Obras Completas de Sigmund Freud**. v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (texto originalmente publicado em 1912)

FURTADO, Maria Cristina S. Religião - Espiritualidade e as pessoas LGBTI+. Anais do VII Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião: **Religião e Crise Socioambiental**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

GAVA, Thais C. M. A chegada do discurso “ideologia de Gênero” no contexto educacional brasileiro. **39ª Reunião Nacional da ANPEd** (2019) GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói -RJ, 2019.

GEBARA, Ivone. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e outros direitos: uma conversa breve para lembrar coisas importantes. **in Teologias fora do armário** : teologia, gênero e diversidade sexual / Regina Soares Jurkewicz (org.). Jundiaí, SP : Max Editora, 2019.

_____. **Rompendo o Silêncio** - uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

_____. **O que é Teologia Feminista**. Tatuapé: Ed. Hedra Ltda, 2017. 1ª edição, 202007 - 1ª edição eBook 2017.

_____. **Caminhos para compreender a Teologia Feminista**. Editora Recriar, 1. ed. SP, 2023.

GN. **No Brasil, pesquisas sobre gênero ganham força nos últimos 10 anos, mas professores já falam sobre “caça às bruxas”**. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/reportagens/grupos-genero-caca-bruxas/>>. Acesso em: 26/06/23

GOETTEMS, Lisiane, SCHWENGBER, Maria Simone Vione, WISNIEWSKI, Rudião Rafael. As diversidades sexuais na escola: (in)junções discursivas entre a religião e o estado laico. **38ª Reunião Nacional da ANPEd**. GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação UFMA – São Luís/MA, 2017.

GOMES, Raphael Fernandes. **“Arreda homem, que aí vem mulher!”**: as pombagiras de umbanda e o empoderamento feminino. 2019. 222 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) - Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2019.

GUATTARI, Félix. (2004). **Psicanálise e transversalidade**: ensaios de análise institucional. Aparecida: Ideias e Letras.

GUERRA, Lúcia Helena. O universo Femino da Nação Xambá. Anais do 3º Congresso Nacional da ANPTECRE. Teologia e Ciências da Religião: **Interfaces**, 2011.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

IBICT. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**, disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 26/06/23.

IRINEU, Bruna Andrade; FROEMMING, Cecília Nunes. Homofobia e Sexismo no Ambiente Escolar: desafios e possibilidades político-pedagógicos da extensão universitária para o

Serviço Social. pp. 57 a 80. In **Gênero, Sexualidade e Direitos**: construindo políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia. Palmas, 2012.

JESUS, Maria Lina Rodrigues de ; OLIVEIRA, Raquel Miranda de. Ensino Religioso – Educação e Direitos Humanos: Uma experiência com base nas perspectivas dos direitos humanos. Anais do 3º Congresso Nacional da ANPTECRE. Teologia e Ciências da Religião: **Interfaces**, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária - ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? in. **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade** / [organizadoras] Paula Regina Costa Ribeiro, Joanalira Corpes Magalhães - Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

KNOBLAUCH, Adriane. Religião e formação docente: desafios para uma educação mais tolerante. **37ª Reunião Nacional da ANPEd**. UFSC – Florianópolis, 2015.

KOURY, Jussara Rocha. AMÉM! E NASCERAM AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS... ANAIS do VI Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião: **Religião, Migração e Mobilidade Humana**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Go, 13 a 15 de setembro de 2017.

KRAMER, Sonia, & EDELHEIT, Joseph. **Religiões e religiosidade**: o desafio de conhecer e reconhecer o outro. Foro de Educación, 16(24), 57-78. doi: <http://dx.doi.org/10.14516/fde.592>. (2018).

LAGOS, Nilza Menezes Lino. Abordagens de gênero nas práticas religiosas afro-brasileiras. Anais do 3º Congresso Nacional da ANPTECRE. Teologia e Ciências da Religião: **Interfaces**, 2011.

LANGNOR, Carolina. Os efeitos do pânico moral sobre o movimento feminista: ecos em direção à agenda conservadora. **38ª Reunião Nacional da ANPEd**. GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação UFMA – São Luís/MA, 2017.

LARROSA B; Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2002, n.19, pp.20-28. ISSN 1413-2478.

LEWIN, Kurt. **Teoria de campo em ciência social**. São Paulo: Pioneira, 1965.

LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de. Aproximações Pedagógicas entre Teologia e Ciências da Religião. Anais do 3º Congresso Nacional da ANPTECRE. Teologia e Ciências da Religião: **Interfaces**, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. Tabula Rsa.Bogotá.Nº 9: 73-101, jul-dez,2008.

MARCELINO, André Ricardo. **Quem defende a criança viada?**Cultura visual, questões de gênero e interseccionalidade no youtube. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de

Pós Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO, Rio de Janeiro -UNIRIO, Rio de Janeiro, 2020.

MANOEL, Ivan Ap. História, religião e religiosidade. **Revista de Cultura Teológica** - v. 15 - n. 59 - abr/jun 2007.

MARQUES, Doris Day Rodrigues. **Concepção de mulher em professoras da disciplina Educação Cristã em escolas educacionais evangélicas do Triângulo Mineiro**. 2016. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de PósGraduação em Educação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2016.

MCLAREN, Margaret A. Foucault, feminismo e subjetividade - São Paulo: **Intermeios**, 2016. (Coleção Entregêneros).

MELO, Constantino José Bezerra de. Entre o Xangó e a Macumba, a Umbanda e o Candomblé: Representações sociais das religiões afro-brasileiras pelos estudantes de três Escolas de Referência da Rede Pública Estadual da região norte da cidade do Recife. [Anais do] IV Congresso da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciência da Religião : **“o futuro das religiões no Brasil”** / [organizadores Gilbraz S. Aragão, Newton Darwin A. Cabral]. - São Paulo : ANPTECRE, 2013.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana. **Gênero/Sexo/Sexualidade**: representações e práticas elaboradas por professoras/es da educação infantil na rede municipal de ensino em Salvador. 166 f. : il /2014.

MOREIRA, Antônio Flávio; CÂMARA, Michelle. J. Reflexões sobre o currículo e identidade: implicações para uma prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria.; MOREIRA, Antônio Flávio(orgs). **Multiculturalismo** - diferenças culturais e práticas pedagógicas - Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

MOREIRA, Jasmine. Impactos da ‘ideologia de gênero’ na geração de políticas educacionais para a população LGBT. **38ª Reunião Nacional da ANPEd**. GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação UFMA – São Luís/MA, 2017.

MUNHOZ, Juliana Neri. Alunos não confessionais em escolas confessionais: uma análise comparada do Ensino Religioso no Colégio Arautos do Evangelho e Colégio Adventista de Cotia/SP. Anais do 3º Congresso Nacional da ANPTECRE. Teologia e Ciências da Religião: **Interfaces**, 2011.

MUSSKOPF, André S. Espiritualidade queer. **Revista Periódicus**, 2(14), 01–14. <https://doi.org/10.9771/peri.v2i14.36704>, 2021.

_____. Igrejas e grupos cristãos inclusivos e a luta por direitos. **Revista Mandrágora**, v.28, n. 1, p. 157-177, 2022.

_____. Teologias Gay/Queer. in **Teologias fora do armário**: teologia, gênero e diversidade sexual / Regina Soares Jurkewicz (org.). Jundiaí, SP : Max Editora, 2019.

_____. **Uma brecha no armário**: propostas para uma teologia gay. 3. ed. Editora: CEBI. 2015.

NAJMANOVICH, Denise. O feitiço do método. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Método. Métodos. Contramétodo**. São Paulo: Cortez, pp. 25-62, 2003.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Diversidade sexual e diversidade religiosa: desafios da abordagem na educação, a experiência de um projeto de extensão no Ceará. **37ª Reunião Nacional da ANPEd**. GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação, UFSC – Florianópolis, 2015.

NETO, Alexandre Ribeiro. **Tenha piedade de nós**: uma análise da educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul de 1925 a 1930. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO, Rio de Janeiro -UNIRIO, Rio de Janeiro, 2010.

NETO, Luiz Ramires. Um Silêncio desconcertante: A Homossexualidade Permanece Invisível na Escola. **27ª Reunião Anual da Anped**, 2004.

NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância religiosa. (**Feminismos Plurais**). Coord. de Djamila Ribeiro. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2020. 160 p.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Educação e alteridade: análise acerca do lugar que os segmentos LGBTTTI ocupam no currículo da disciplina de Ensino Religioso em escolas estaduais de Recife. [Anais do] IV Congresso da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciência da Religião : **“o futuro das religiões no Brasil”** / [organizadores Gilbraz S. Aragão, Newton Darwin A. Cabral]. - São Paulo : ANPTECRE, 2013.

OLIVEIRA, Heli Sabino de. Educação de Jovens e Adultos e religiosidades de matrizes africanas: afirmação de identidade e demarcação da diferença. **37ª Reunião Nacional da ANPEd**, UFSC – Florianópolis, 2015.

OSHIRO, Cláudia Maria Poleti. **Violência de gênero e religião**: uma análise da influência do cristianismo em relações familiares violentas a partir de mulheres acolhidas nas Casas Abrigo Regional Grande ABC e de homens autores de violência doméstica. 120 folhas. Dissertação (Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

PAIVA JUNIOR, Jeová Silvério de. A macumba no imaginário infantil: Diversidade religiosa no ensino fundamental em uma escola particular laica. [Anais do] IV Congresso da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciência da Religião : **“o futuro das religiões no Brasil”** / [organizadores Gilbraz S. Aragão, Newton Darwin A. Cabral]. - São Paulo : ANPTECRE, 2013.

PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza, 2018.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulinas, 2015.

RAIMUNDO, Vantuir. Contextualizando o Ensino Religioso no Município de Caruaru/PE. ANAIS do VI Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião: **Religião, Migração e Mobilidade Humana**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Go, 13 a 15 de setembro de 2017.

ROMANOWSKI, Joana Paulin.; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SCHINDHELM, V. G. **Educar para a Sexualidade é educar para a vida?** Um estudo sobre a sexualidade infantil numa creche comunitária. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Cátia Cândido da. **Religião, família, formação e profissão:** a amálgama no processo de significação das concepções de gênero em professores. 2017. xiii, 180 f., il. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Elenita Pinheiro Queiroz, PARREIRA, Fátima Lúcia Dezopa e LISSI, Cristian Bianchi. Sexualidade e religião: reflexões que cabem à educação escolar. in. **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade** / [organizadoras] Paula Regina Costa Ribeiro, Joanalira Corpes Magalhães - Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

SILVA, Ronald Lima da. **Novos panoramas para o Ensino Religioso:** Uma análise do modelo das Ciências da Religião para o Ensino Religioso nas escolas públicas, tendo em vista os aspectos da transdisciplinaridade, transreligiosidade e pluralismo religioso. [149 folhas]. Dissertação (Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, [São Bernardo do Campo], 2017.

SOUZA, Carlos Antônio Braga de. **Cada nascimento de uma criança intersexual é um tapa na cara da sociedade:** uma reflexão sobre religião e gênero na sociedade brasileira.. 383 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, Sandra Duarte de. Gênero, Religião e Política no Brasil: o processo eleitoral de 2010 para presidência da República. Anais do 3º Congresso Nacional da ANPTECRE. Teologia e Ciências da Religião: **Interfaces**, 2011.

SOUZA FILHO, Vicente Gregório de. **Educação sexual de adolescentes na escola pública:** matizes culturais, religiosos e pedagógicos para a sua sistematização. 2017. f. Tese (Doutorado em Teologia). Faculdades EST, São Leopoldo, 2017.

TOLENTINO, Luana. **Outra Educação é possível:** feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula. Belo Horizonte: Ed. Mazza Edições., 2018.

UNIRIO. **Site do Programa de Pós- graduação em Educação**, disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgedu>>. Acesso em 26/06/23

VALENTE, Gabriela Abuhab. A religiosidade na prática docente. **37ª Reunião Nacional da ANPEd UFSC – Florianópolis**, 2015.

